



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



GIULIA FONTES FRANCO

**Processos históricos de ocupação e apropriação territorial
da Amazônia como fronteira-*mundi*:
um panorama a partir de intérpretes do (neo)extrativismo**

CAMPINAS
2021

GIULIA FONTES FRANCO

**Processos históricos de ocupação e apropriação territorial
da Amazônia como fronteira-*mundi*:
um panorama a partir de intérpretes do (neo)extrativismo**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosana Icassatti Corazza

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

F848p Franco, Giulia Fontes, 1998-
Processos históricos de ocupação e apropriação territorial da Amazônia como
fronteira-*mundi* : um panorama a partir de intérpretes do (neo)extrativismo / Giulia
Fontes Franco. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Rosana Icassatti Corazza.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Economia.

1. Políticas públicas - Amazônia Legal. 2. Projetos de desenvolvimento -
Amazônia Legal. 3. Neoextrativismo. 4. Planejamento regional - Amazônia Legal.
5. Geopolítica - Amazônia Legal. I. Corazza, Rosana Icassatti, 1968-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Historical processes of occupation and territorial appropriation of the
Amazon as a *mundi*-frontier: an overview from interpreters of (neo)extractivism

Palavras-chave em inglês:

Public policy - Legal Amazon

Development projects - Legal Amazon

Neo-extractivism

Regional planning - Legal Amazon

Geopolitics - Legal Amazon

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Rosana Icassatti Corazza [Orientadora]

Henrique dos Santos Pereira

Carla Ladeira Pimentel Águas

Data de entrega do trabalho definitivo: 02-12-2021

GIULIA FONTES FRANCO

Processos históricos de ocupação e apropriação territorial
da Amazônia como fronteira-*mundi*:
um panorama a partir de intérpretes do (neo)extrativismo

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Data de aprovação: 02/12/2021

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Rosana Icassatti Corazza – Presidente da banca
Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp)

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira – Docente convidado
Faculdade de Ciências Agrárias – Universidade Federal do Amazonas (FCA/UFAM)

Dr.^a Carla Ladeira Pimentel Águas – Pesquisadora convidada
Departamento de Política Científica e Tecnológica – Universidade Estadual de Campinas
(DPCT/Unicamp)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais por todo o apoio para a realização da graduação e desse trabalho, a minha família e amigas. A Bruna e Alicia por tantos momentos compartilhados durante o curso e por estarem sempre presentes tornando essa trajetória muito melhor.

A minha orientadora, Rosana, com a qual tive a felicidade de realizar esse trabalho, por sua parceria, pela liberdade para a pesquisa, pelas conversas e pelo acolhimento.

Ao professor Dr. Henrique dos Santos Pereira e à Dr.^a Carla Ladeira Pimentel Águas, por terem aceitado o convite de participar da banca dessa monografia.

A professores, funcionários e colegas do IE e da Unicamp que fizeram parte de meu caminho ao longo desses anos de graduação.

*Sertão canoa das populações ribeirinhas
Que vivem dos frutos da mata e que não podem
A floresta ver destruída*

*Não venha o fogo queimar
Nem trator poder arrastar
Pra que a vida queira pulsar
E correr*

Sertão das Águas
Milton Nascimento e Ronaldo Bastos

RESUMO

Esta monografia consiste em uma revisão crítica interdisciplinar da literatura sobre processos históricos de ocupação e apropriação territorial da Amazônia brasileira, a partir das contribuições de intérpretes bem-posicionados na compreensão da formação do território e da ocupação econômica da região. Para isso, este trabalho traça um percurso histórico até a atualidade, considerando as interações entre as dinâmicas do sistema-mundo e os processos locais amazônicos, retomando momentos críticos e identificando semelhanças e especificidades. Como objetivos, buscou-se apreender quais são os determinantes da ocupação e da formação territorial da Amazônia, o papel do Estado nas transformações socioespaciais transcorridas, bem como as consequências sociais e ambientais do padrão examinado. A partir das lentes da literatura sobre o neoextrativismo, focadas nos processos de reconfiguração da realidade amazônica brasileira no século XXI, procurou-se verificar como se dá a compreensão do período de crescimento dos setores de *commodities* na América Latina e no Brasil, com suas formas de acumulação, apropriação e desenvolvimento, quais os determinantes dos ajustes realizados nesse contexto e o papel das políticas públicas e do planejamento estatal nas transformações socioespaciais decorrentes. Salienta-se, ainda, as implicações do neoextrativismo sobre a população local – inclusive povos originários –, seus direitos, formas de vida e a natureza, apontando os desdobramentos mais recentes. Diante dos objetivos do trabalho, optou-se por um conjunto interdisciplinar de leituras, com levantamentos bibliográficos em bases de periódicos e em bola de neve, mapeamento de textos chave da literatura relacionada ao tema, organização das contribuições de autores contemporâneos em quadros-síntese, estudos dirigidos da literatura especializada e acompanhamento de seminários e webinários. Os resultados revelam elementos de continuidade em relação aos padrões históricos e, por outro lado, novas forças e atores emergentes, com interesses e projetos diversos sobre a Amazônia, dos quais decorrem alianças, mas, também, disputas e conflitos. A Amazônia se coloca como fronteira-*mundi*, espaço de grande valor estratégico para o mercado capitalista global. Sua exploração, nas alianças entre Estado e capital, conduzida por interesses de elites políticas e econômicas, tem imposto sobre a região um padrão de ocupação e apropriação que enceta graves consequências socioambientais, que enfrenta resistências por parte das populações locais e tradicionais. Na Amazônia, interagem processos locais, nacionais, regionais e mundiais, que ali se colocaram em diversos momentos históricos, se transformando, se atualizando e moldando a dinâmica da região. Disputada, sob surtos intermitentes de valorização atrelados aos movimentos da economia-mundo, a Amazônia constitui fronteira-*mundi*, ícone de uma soberania supostamente ameaçada, mas, também, espaço de vida.

Palavras-chave: políticas públicas – Amazônia Legal; projetos de desenvolvimento – Amazônia Legal; neoextrativismo; planejamento regional – Amazônia Legal; geopolítica – Amazônia Legal.

ABSTRACT

This monograph consists of an interdisciplinary critical review of the literature on historical processes of occupation and territorial appropriation of the Brazilian Amazon, based on the contributions of well-positioned interpreters in understanding the formation of the territory and the economic occupation of the region. To this end, the work traces a historical path to the present day, considering the interactions between the dynamics of the world-system and local Amazonian processes, taking up critical moments and identifying similarities and specificities. As objectives, one sought to apprehend which are the determinants of the occupation and the territorial formation of the Amazon, the role of the State in socio-spatial transformations that have taken place, as well as the social and environmental consequences of the pattern examined. From the lenses of the literature on neo-extractivism, focused on the processes of reconfiguration of the Brazilian Amazon reality in the 21st century, one sought to verify how the period of growth of the commodity sectors in Latin America and Brazil is understood, with its forms of accumulation, appropriation and development, the determinants of the adjustments made in this context and the role of public policies and state planning in the resulting socio-spatial transformations. The implications of neo-extractivism on local population – including traditional peoples –, their rights, ways of life and nature are also highlighted, pointing out most recent outcomes. Considering the objectives of this work, an interdisciplinary set of readings was chosen, with bibliographic surveys in scientific journal databases and in snowballs, mapping of key texts in the literature related to the theme, organization of the contributions of contemporary authors in summary tables, directed studies of specialized literature and attending seminars and webinars. The results reveal elements of continuity in relation to historical patterns and, on the other hand, new forces and emerging actors, with diverse interests and projects on the Amazon, from which arise alliances, but also disputes and conflicts. The Amazon is considered a *mundi*-frontier, a space of great strategic value for the global capitalist market. Its exploitation, in alliances between State and capital, led by the interests of political and economic elites, has imposed a pattern of occupation and appropriation on the region that has serious socio-environmental consequences, which face resistances from local and traditional populations. In the Amazon, local, national, regional and global processes from different historical moments interact, transforming and updating themselves, and, by their turn, shape the dynamics of the region. Disputed, under intermittent surges of valorization linked to the movements of the world-economy, the Amazon constitutes a *mundi*-frontier, icon of a sovereignty supposedly threatened, but also space of life.

Keywords: public policy – Legal Amazon; development projects – Legal Amazon; neo-extractivism; regional planning – Legal Amazon; geopolitics – Legal Amazon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	15
INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	15
1.1 PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO EUROPEIA E AS DISPUTAS DA AMAZÔNIA	19
1.2 CICLO DA BORRACHA, NOVOS ATORES NA REGIÃO E O CONTEXTO DA AMAZÔNIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	23
1.3 O INÍCIO DO PLANEJAMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA COM A FORMAÇÃO DO MODERNO APARELHO DE ESTADO	26
1.4 A DITADURA MILITAR E O IMPERATIVO GEOPOLÍTICO DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA	28
1.5 A AMAZÔNIA NO FIM DO SÉCULO XX: CONSOLIDAÇÃO DO MODELO E INTENSIFICAÇÃO DE EFEITOS PERVERSOS	39
COMENTÁRIOS FINAIS AO PRIMEIRO CAPÍTULO.....	45
2 NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI E A SITUAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	50
INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	50
2.1 O NEOEXTRATIVISMO LATINO-AMERICANO NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI.....	54
2.2 RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A ECONOMIA BRASILEIRA EM CICLOS DE AJUSTE AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO	59
2.3 A AMAZÔNIA BRASILEIRA DIANTE DO NEOEXTRATIVISMO.....	65
2.4 A AMAZÔNIA ILEGAL DE BOLSONARO	75
COMENTÁRIOS FINAIS AO SEGUNDO CAPÍTULO.....	82
DISCUSSÃO FINAL.....	87
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

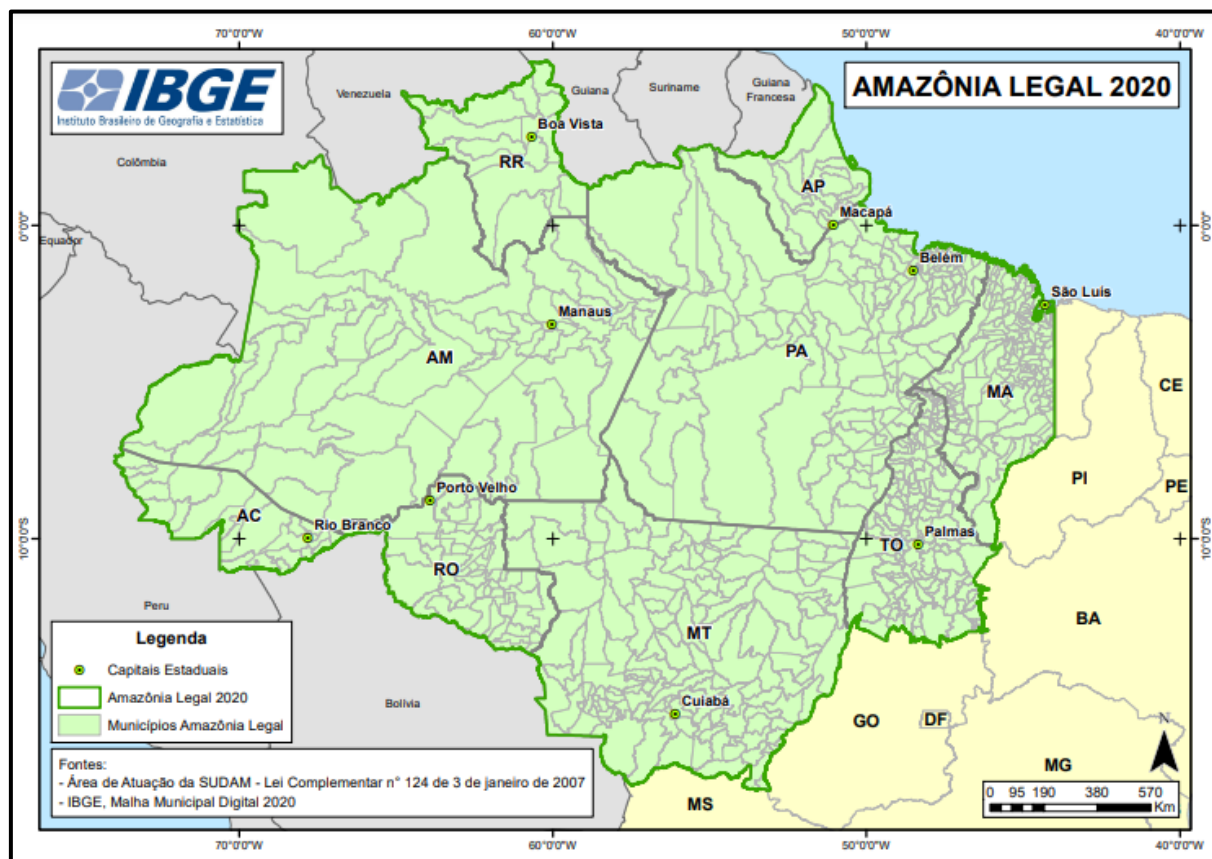
Diante da maior mobilização da história de lideranças indígenas brasileiras para a delegação da Conferência do Clima (COP26), por parte da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e suas organizações de base, e do acordo histórico firmado de doações internacionais a serem destinadas aos povos indígenas de vários países para a proteção de seus territórios, nota-se a relevância assumida por esses povos na questão climática planetária, bem como a visibilidade por eles conquistada em âmbito mundial. De uma perspectiva da mitigação das mudanças climáticas globais, se coloca a importância da proteção da Amazônia e, nesse sentido, dos povos indígenas e comunidades locais, com suas terras indígenas e as áreas naturais protegidas que atuam como barreiras à degradação florestal e ao desmatamento em regiões sob pressão, frente a demandas crescentes por terras, energia e recursos minerais amazônicos (WALKER *et. al.*, 2020). Entretanto, no caminho oposto, verifica-se que, sob o atual governo Bolsonaro, se intensifica o desflorestamento na Amazônia brasileira e aumentam as invasões a terras indígenas por empresas agroindustriais, madeireiros e garimpeiros, somando-se a isso as ameaças aos indígenas pela situação de desamparo por parte do Estado diante da pandemia da COVID-19, bem como a suas terras por meio de propostas como a do marco temporal (OLIVEIRA, 2021).

A atenção da comunidade internacional à Amazônia se reforça justamente em um momento em que seu valor estratégico na economia-mundo tem múltiplas dimensões, como econômica, política, ecológica e humana. Se constituindo a Amazônia como *fronteira-mundi*, espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo, para o mercado capitalista global, as fronteiras de expansão do capital continuam ativas na região, com uma diversificação econômica a partir dos interesses sobre seu capital natural e cultural, como apontam Wanderley e Becker (BECKER, 2001; 2009; WANDERLEY, 2016, p. 26-27). A pressão do capital se estende para além dos recursos da terra, minérios e energia, a outros elementos naturais e das tradições locais, como a biodiversidade, a água, sua enorme capacidade de armazenamento de carbono, as plantas, as sementes, os conhecimentos tradicionais e a cultura local (BECKER, 2001; CASTRO, 2017; PÁDUA, 2000; WANDERLEY, 2016, p. 26).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal é composta, atualmente, pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, de Rondônia, Roraima, do Tocantins e por parte do Maranhão, abrangendo um total de 772

municípios – 21 deles, parcialmente integrados – e ocupando uma área de 5.015.068,18 km², que corresponde a aproximadamente 58,9% do território brasileiro (FIG. 1).

Figura 1 – Mapa político da Amazônia Legal

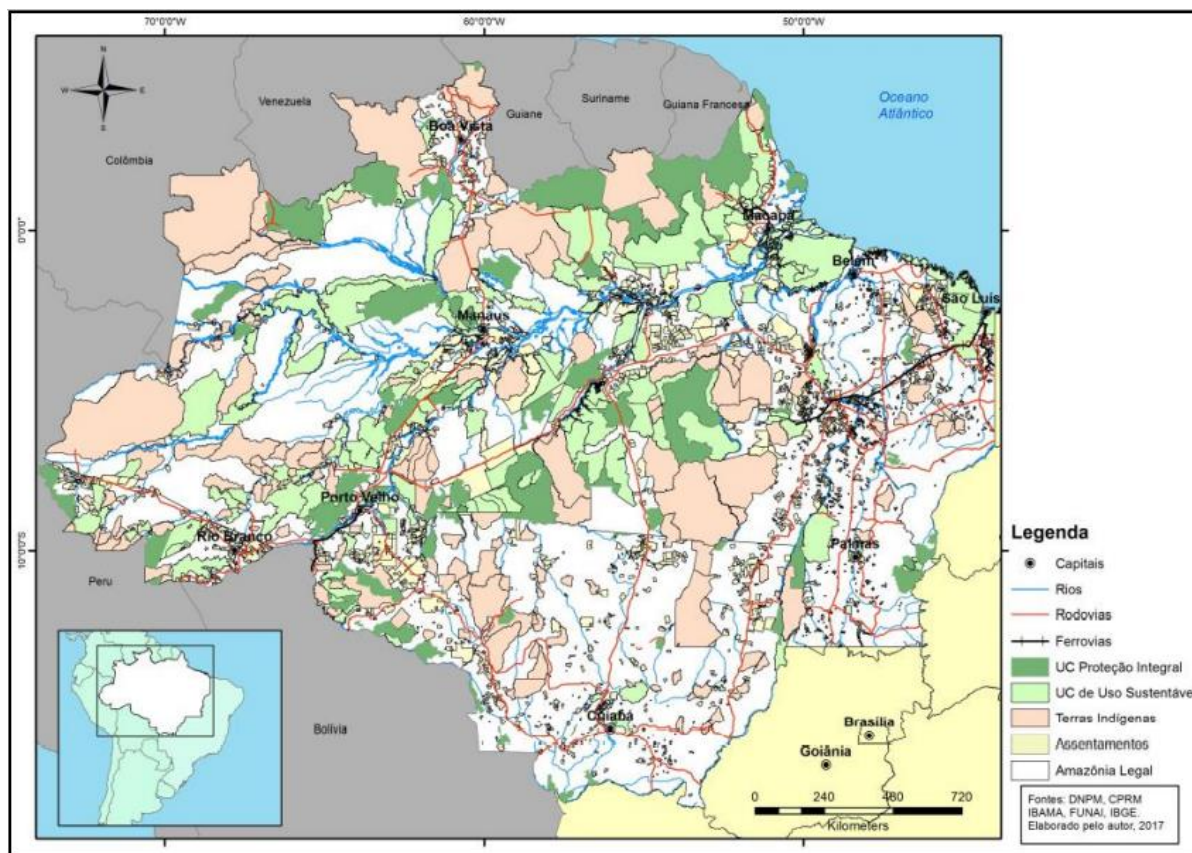


Fonte: IBGE

Essa delimitação, determinada pelo governo federal brasileiro, foi sendo alterada ao longo do tempo. Como um conceito político e administrativo, a Amazônia Legal foi criada em 1953, no âmbito de planejamento e execução de um plano econômico no período do governo Getúlio Vargas. Tendo sua abrangência modificada várias vezes no decorrer das décadas, corresponde hoje à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que visa promover o desenvolvimento regional e sustentável da Amazônia.

Na Amazônia Legal se localizam quase a totalidade das terras indígenas e a maior parte das unidades de conservação do Brasil, e nela habitam milhares de comunidades, como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, com uma rica diversidade sociocultural e de modos de vida (FIG. 2). Ademais, o próprio bioma amazônico não deve ser entendido como um macrossistema homogêneo, já que se apresenta em variadas formas (LOUREIRO, 2012). Além do bioma amazônico, a Amazônia Legal abrange parte do cerrado e do pantanal brasileiros.

Figura 2 – Mapa de unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos na Amazônia Legal



Fonte: Wanderley (2016, p. 38)

Diante da centralidade assumida pela Amazônia na atualidade e da importância de compreender os processos que nela se colocam, este trabalho, na forma de uma monografia, é resultante de uma trajetória de pesquisa que começou com o interesse pela questão dos conflitos na Amazônia e seu caráter socioambiental. Inicialmente, pretendia-se analisar a situação desses conflitos com base em iniciativas de mapeamento como: o *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas)¹, projeto em âmbito mundial dirigido por Leah Temper e Joan Martínez-Alier e coordenado por Daniela del Bene no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona (ICTA-UAB); o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil², do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ); e os cadernos anuais Conflitos no Campo Brasil³, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Diante de leituras acerca do neoeextrativismo latino-americano no século XXI, o projeto inicial de pesquisa consistia na identificação dos conflitos socioambientais na Amazônia Legal nas duas décadas mais recentes, procurando-se apreender

¹ Disponível em: <https://ejatlas.org/>.

² Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>.

³ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

os determinantes desses conflitos, suas eventuais relações com projetos de desenvolvimento, grandes empreendimentos, e verificando-se as atividades econômicas e capitais envolvidos. Ademais, buscava-se identificar os atores desses conflitos, suas formas de atuação, os territórios e comunidades afetados e de que modo isso procedia, além dos movimentos de resistência. A partir disso, se realizou uma longa etapa exploratória sobre as bases de dados desses conflitos.

O processo de pesquisa sobre uma temática que cruza a problemática da exploração econômica da Amazônia, os desafios históricos de “integrá-la” ao território nacional e os diferentes projetos de atores diversos sobre a região conduziu à realização de muitas leituras de autores procedentes de vários campos e áreas do conhecimento, tanto sobre momentos anteriores, como para o período mais recente. No caso desse projeto de trabalhar com os conflitos na Amazônia brasileira, além da grande quantidade de casos reportados, com suas especificidades de configuração e múltiplos aspectos envolvidos, o percurso de pesquisa planejado se deparou com limitações diante das diferentes metodologias usadas para classificação e organização dos conflitos e no que se refere à atualização do estado e da evolução dos conflitos. Diante disso, os próprios objetivos foram sendo construídos e reconstruídos ao longo do processo, em linha com o que propõe Umberto Eco (2007) em seu livro “Como se faz uma tese em Ciências Humanas”, com o índice como hipótese de trabalho, um índice provisório de pesquisa a ser reavaliado conforme seu decorrer.

Desse modo, foi se desenvolvendo o interesse em melhor entender os processos que configuram a Amazônia não somente no período mais recente, mas, também, os que foram estruturando-a em outros tempos históricos. Percebendo-se a necessidade de estudar os processos históricos de formação da região amazônica para qualificar a análise de seu contexto atual, o percurso de trabalho inicialmente previsto foi se transformando, os rumos da pesquisa, reavaliados, para que, assim, se pudesse conceber a presente monografia.

Com isso, este trabalho se constitui como uma revisão crítica interdisciplinar da literatura sobre os processos históricos de ocupação e apropriação territorial da Amazônia brasileira, traçando um percurso histórico até a atualidade, a partir de intérpretes bem-posicionados na compreensão da formação territorial e da ocupação econômica da região.

Orientaram essa pesquisa perguntas, com foco na Amazônia brasileira, sobre como se dá a compreensão da ocupação e da formação dos territórios diante das dinâmicas do sistema-mundo, quais os determinantes dessas formações, o papel que coube ao Estado nas transformações socioespaciais colocadas, bem como as implicações sociais e ambientais frente

a esses processos. Esse primeiro conjunto de questões é mobilizado no primeiro capítulo deste trabalho, denominado “Processos históricos de ocupação e apropriação do território amazônico” e referente ao período histórico que se estende até o fim do século XX.

A partir das lentes da literatura sobre o neoextrativismo, na análise da realidade amazônica no século XXI, buscou-se verificar como se dá a compreensão do período de crescimento dos setores de *commodities* na América Latina e no Brasil, com suas formas de acumulação, apropriação e desenvolvimento, quais os determinantes dos ajustes realizados diante desse contexto, o papel do Estado nas transformações socioespaciais, principalmente na Amazônia, e os determinantes e consequências do neoextrativismo sobre a população local – inclusive povos originários –, seus direitos, formas de vida e a natureza, apontando seus desdobramentos mais recentes. Esse segundo bloco de perguntas foi organizado no segundo capítulo do trabalho, intitulado “Neoextrativismo na América Latina no século XXI e a situação da Amazônia”.

Diante disso, optou-se por um conjunto interdisciplinar de leituras orientadas de forma a abranger essas questões de pesquisa, com levantamentos bibliográficos em bases de periódicos e em bola de neve, mapeamento de textos chave da literatura relacionada ao tema, organização das contribuições de autores contemporâneos em quadros-síntese, estudos dirigidos da literatura especializada, além do acompanhamento de seminários e webinários.

Além dessa introdução, o trabalho conta com os dois capítulos previamente mencionados e uma discussão final, que sumariza alguns dos principais pontos da linha do tempo colocada, apontando questões chave. No primeiro capítulo, “Processos históricos de ocupação e apropriação do território amazônico”, na seção 1.1, trata-se dos “Primórdios da ocupação europeia e as disputas da Amazônia”; enquanto a seção 1.2 apresenta, brevemente, o ciclo da borracha, com destaque para a presença de novos atores na região e para o contexto da Amazônia na Primeira República; a seguir, a seção 1.3, seguindo a linha do tempo, trata do início do planejamento regional da Amazônia sob a atuação do moderno aparelho de Estado que se formava a partir da década de 1930; sendo a seção 1.4 dedicada a explicar os determinantes e estratégias do regime militar com seu imperativo geopolítico de ocupação da Amazônia, retratando a compartimentalização do território, os traçados para seus fluxos e o empenho no direcionamento de investimentos para a integração e ocupação do território; finalmente, a seção 1.5 identifica, na Amazônia do fim do século XX, traços consolidados de um modelo de ocupação e de seus efeitos perversos.

No segundo capítulo, “Neoextrativismo na América Latina no século XXI e a situação da Amazônia”, se colocam quatro seções, sendo que a 2.1 circunstancia a discussão do capítulo no contexto das contribuições da literatura contemporânea que examina o neoextrativismo na América Latina no século XXI; a seção 2.2 traz a interpretação sobre a dinâmica recente da economia brasileira como uma sucessão de ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado, detalhando e complexificando o entendimento do ciclo das *commodities*, reservando atenção especial às orientações das políticas em sucessivos períodos e governos; a seção 2.3 apresenta a situação da Amazônia no contexto de neoextrativismo, contextualizando os principais projetos e políticas públicas implementados e seus desdobramentos na região; e a seção 2.4 apresenta os elementos mais atuais do neoextrativismo na Amazônia sob o governo Bolsonaro.

1 PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Introdução ao capítulo

No esforço de compreender a realidade amazônica no período recente, é preciso ter em vista o processo de ocupação e apropriação territorial da região ao longo do tempo, que estruturou as relações ali estabelecidas e as condições materiais que vêm a compor sua dinâmica no século XXI. Conforme defende Pádua (2000, p. 799), a análise da questão amazônica deve se basear em um enfoque multidimensional, já que, no complexo da região, diferentes dimensões da realidade interagem em ritmos diferentes em um mesmo tempo e lugar.

A realidade ecológica complexa da Amazônia, sua dimensão “biosférica” – já que impacta o planeta como um todo –, de acordo com Pádua (2000), é resultado de um processo evolutivo, vivo e dinâmico de longa duração, que inclui processos geológicos, biológicos, hidrológicos, climáticos e humanos, ou sociais, e que continua em movimento atualmente. Segundo o autor, aspectos constituintes da Amazônia assumem extraordinário sentido geopolítico, destacado em sua imensa biodiversidade, grande concentração de água doce e biomassa, além da enorme capacidade de armazenamento de carbono (PÁDUA, 2000).

Em contraste com uma visão – amplamente difundida no século XX – da Amazônia como uma natureza relativamente prístina, intocada, pouco impactada pela história humana, Clement *et. al.* (2015) destacam evidências crescentes da substancial influência humana na região ao longo de milhares de anos, apontando para uma Amazônia antropogênica como um complexo mosaico de sistemas naturais-humanos acoplados. Os autores apontam que a Amazônia foi domesticada antes da conquista europeia, isto é, sociedades pré-colombianas modificaram dramaticamente espécies e ecossistemas, domesticando populações de plantas e animais e grandes porções de paisagens, integrando a própria dinâmica de sua constituição. Clement *et. al.* (2015) afirmam que é provável que parte significativa da Amazônia tenha sido modificada em algum grau que persiste até hoje.

A Amazônia se configurou como importante centro mundial de domesticação de plantas, que corresponde a “[...] um processo de longo prazo no qual a seleção natural interage com a seleção humana conduzindo a mudanças que melhoram a utilidade aos humanos e adaptações a paisagens domesticadas” (CLEMENT *et. al.*, 2015, p. 2, tradução nossa). O manejo de plantas pelas pessoas na região teria sido parte importante das estratégias de

subsistência, desde sua seleção, a partir do final do Pleistoceno ao início do Holoceno, sua propagação e seu cultivo, até a domesticação de espécies como cacau, mandioca, açaí, guaraná, batata-doce, tabaco, abacaxi, pimentas, árvores frutíferas e palmeiras (CLEMENT *et. al.*, 2015).

Estudos apontam para o desenvolvimento de sistemas agrícolas na região há cerca de 4 mil anos, promovido por sociedades mais estabelecidas e adensadas (CLEMENT *et. al.*, 2015). As expansões populacionais humanas em grande escala durante o Holoceno teriam dependido das tecnologias agrícolas e, conforme ocorriam, acumulavam-se recursos genéticos de culturas, criando-se centros de diversidade genética (CLEMENT *et. al.*, 2015).

Ainda de acordo com os autores, a demografia de uma variedade de plantas úteis e domesticadas e suas interações com outros elementos como solos, terraplanagens e obras fluviais compõem a domesticação da paisagem realizada pelas populações habitantes da Amazônia, que envolvia, então, engenharia local sofisticada e planejamento regional. Como parte da domesticação das paisagens, as populações crescentes causaram modificações a longo prazo nos solos, gerando as terras escuras amazônicas, sendo a terra preta, extremamente escura, originada a partir de montes de resíduos ao redor dos assentamentos humanos (CLEMENT *et. al.*, 2015). Os locais que contêm essas terras escuras estão largamente dispersos e têm potencial de alimentar milhões de habitantes, sendo sua expansão associada à das próprias sociedades sedentárias há cerca de 2,5 mil anos (CLEMENT *et. al.*, 2015).

Nesse sentido, Clement. *et. al.* (2015) afirmam que a intensidade, forma e distribuição dos impactos humanos nas paisagens amazônicas no período pré-colombiano estão relacionados com os totais e as densidades da população nativa. Estima-se que essa população possa ter sido de pelo menos 8 a 10 milhões de pessoas, sendo mais concentrada em partes ricas em recursos ao longo dos rios maiores, menos densa ao longo dos menores e mais esparsa entre eles, enquanto a modificação da vegetação estaria ainda mais evidente próxima aos assentamentos (CLEMENT *et. al.*, 2015). Nesse sentido, a domesticação da paisagem e o manejo da terra favoreceram a expansão da produção de alimentos e das sociedades humanas, impactando profundamente a ecologia local e regional (CLEMENT *et. al.*, 2015).

Os autores destacam que, durante o período mais tardio do Holoceno, a população amazônica não apenas aumentou, como, também, sua complexidade sociopolítica, diante de articulações e integração regionais, com a presença substancial de diversos grupos em muitas regiões, redes de interação amplas e sociedades multiétnicas. A expansão de várias famílias linguísticas amazônicas, a partir de 3 mil anos atrás, teria diversificado ainda mais os

inventários de plantas domesticadas e manejadas (CLEMENT *et. al.*, 2015). Nos dois mil anos passados, Clement *et. al.* (2015, p. 6) afirmam que as diversas trajetórias regionais se tornaram crescentemente articuladas dentro das regiões e entre elas, promovendo distintos padrões de uso da terra com conhecimento ecológico associado e generalizada conectividade em amplas economias políticas regionais.

Sendo assim, na época da conquista europeia, se poderia encontrar na Amazônia grandes assentamentos populacionais, com sistemas de gestão e manejo de terra complexos e sofisticados, bem como políticas regionais integradas e planejadas (CLEMENT *et. al.*, 2015). Os autores apontam que, nesse momento, se colocava na região

[...] uma distribuição heterogênea de sistemas sociopoliticamente complexos, infraestrutura tecno-econômica semi-intensiva e paisagens domesticadas dentro de um mosaico que também incluía sistemas culturais com organização sociopolítica "minimalista", tecno-economias simples e com paisagens menos domesticadas (CLEMENT *et. al.*, 2015, p. 6, tradução nossa).

Esse cenário de rica diversidade sociocultural, de transformações de paisagens e ecossistemas, complexidades sociopolíticas e sistemas regionais sofreria os impactos da conquista europeia, traduzida na forma de “[...] despovoamento catastrófico por epidemias, fome, escravidão e brutalidade logo após 1492” (CLEMENT *et. al.*, 2015, p. 4, tradução nossa).

De acordo com Pádua (2000), com a chegada dos colonizadores europeus à Amazônia, foi se produzindo um novo padrão histórico de ocupação e apropriação dos recursos da região. Suas estruturas sociais estabelecidas até o final do século XIX teriam fundamentos no relativamente leve “domínio político-militar centrado na ocupação das vias fluviais” (PÁDUA, 2000, p. 802), no estabelecimento de uma “densidade populacional mínima sob o controle do sistema colonial” (PÁDUA, 2000, p. 802) e na subjugação de povos indígenas, além da constituição de uma economia com base na extração seletiva de elementos da floresta (madeiras e “drogas do sertão”, por exemplo) e na promoção de pecuária e certas culturas de exportação (entre elas, a cana-de-açúcar) (OLIVEIRA, 1988 *apud* PÁDUA, 2000, p. 802). Pádua (2000, p. 803) destaca que, em meio a esses processos, ao longo do tempo, foram penetrando na floresta populações não nativas – de modo rarefeito e pouco destrutivo, por meios quase exclusivamente fluviais –, se estabelecendo na Amazônia ribeirinhos, trabalhadores extrativistas, pequenos plantadores e comerciantes, coletores, pescadores etc., que viriam a compor a cultura regional.

Para Bertha Becker (2001; 2005; 2009), os interesses econômicos dominantes na região amazônica não foram, em geral, bem-sucedidos, pois incapazes de estabelecer base econômica e populacional estáveis para assegurar sua soberania. Assim, destaca-se a importância da

geopolítica para explicar o controle do vasto território amazônico com poucos recursos, por meio de intervenções em locais estratégicos, posse gradativa da terra e unidades administrativas vinculadas diretamente ao governo central (BECKER, 2001; 2005; 2009).

Segundo a autora, a motivação dominante na ocupação regional amazônica é, desde a colonização, o padrão econômico voltado para exportação, o que estaria vinculado ao fato de tanto a Amazônia, quanto o Brasil e a América Latina, constituídos como as periferias da economia-mundo capitalista, terem se forjado no paradigma da “economia de fronteira” (BECKER, 2001; 2005; 2009). Nesse paradigma de relação sociedade-natureza, conforme colocado por Kenneth Boulding (1996), “o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos” (BECKER, 2001, p. 135; 2005; 2009). Mesmo seguindo essa lógica, a ocupação da Amazônia apresenta particularidades em relação a de outras partes da América Latina, como seu caráter tardio e disputado por múltiplos atores e os surtos devassadores diante da valorização momentânea de seus produtos no mercado internacional – sempre a partir de iniciativas externas –, aos quais se seguiram grandes períodos de estagnação (BECKER, 2001; 2005; 2009).

Destacando a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil, Becker coloca que “[...] a Amazônia teve uma história diferente da brasileira. Dela se tomou posse e a região permaneceu por séculos sob processos ligados diretamente ao contexto internacional e à metrópole, praticamente à parte do Brasil” (BECKER, 2009, p. 201). De acordo com a autora, a Amazônia se constitui como *fronteira-mundi*, espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo, para o mercado capitalista global, o que explicaria “a constante interferência de forças externas na região e a dificuldade de integrá-la aos Estados nacionais até hoje” (BECKER, 2009, p. 202). Sendo assim, Becker (2001) destaca o peso significativo e predominante do contexto internacional na constituição da região.

Com isso, o propósito central deste capítulo consiste em contextualizar o debate recente sobre ocupação e desenvolvimento históricos da Amazônia segundo as lentes de intérpretes bem-posicionados na compreensão da formação territorial e da ocupação econômica da região.

São quatro as perguntas centrais dessa pesquisa para este capítulo:

- i) Como se dá a compreensão da ocupação e da formação territorial, em especial da Amazônia, diante da dinâmica do sistema-mundo?
- ii) Quais seriam os determinantes dessas formações?

- iii) Que papel coube ao Estado, via planejamento e políticas públicas, nas transformações socioespaciais ao longo desse histórico de ocupações, em especial na Amazônia?
- iv) Quais têm sido implicações ou consequências sociais e ambientais desse padrão de ocupação, também com foco especial para o caso da Amazônia?

Desta forma, deixando claramente de lado quaisquer intenções de abarcar toda a complexidade da rica literatura sobre a temática, optou-se por um conjunto de leituras oriundas de várias disciplinas – Economia, Ciência Política, Antropologia, Geografia, História Ambiental e Ecologia Política – orientadas de forma que, em nosso entendimento, abrangem de forma extremamente competente essas perguntas de pesquisa. Numa tentativa de buscar um “diálogo interdisciplinar” entre essas leituras, as contribuições são organizadas em cinco seções, além desta introdução e dos comentários finais ao capítulo.

A organização do texto procura seguir um percurso histórico em que, na seção 1.1, trata-se dos “Primórdios da ocupação europeia e as disputas da Amazônia”; enquanto a seção 1.2 apresenta, brevemente, o ciclo da borracha, com destaque para a presença de novos atores na região e para o contexto da Amazônia na Primeira República; a seguir, a seção 1.3, seguindo a linha do tempo, trata do início do planejamento regional da Amazônia sob a atuação do moderno aparelho de Estado que se formava a partir da década de 1930; sendo a seção 1.4 dedicada a explicar os determinantes e estratégias do regime militar com seu imperativo geopolítico de ocupação da Amazônia, retratando a compartimentalização do território, os traçados para seus fluxos e o empenho no direcionamento de investimentos para a integração e ocupação do território; finalmente, a seção 1.5 identifica, na Amazônia do final do século XX, traços consolidados de um modelo de ocupação e de seus efeitos perversos. A discussão final ao capítulo sumariza alguns dos principais pontos desta linha do tempo, trazendo questões para reflexão que se desdobram no capítulo seguinte.

1.1 Primórdios da ocupação europeia e as disputas da Amazônia

Na análise dos processos que se desdobraram no Brasil e na América Latina após a chegada dos europeus, é preciso ter em vista que sua ocupação “[...] corresponde a um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais e Estados europeus para exploração de recursos naturais” (BECKER, 2009, p. 203). No que tange mais especificamente à Amazônia, Becker destaca:

O que é hoje a Amazônia foi um dos lugares onde o reajuste econômico e político da Europa nos séculos XVI e XVII se deu por mais longo tempo. Enquanto na costa Leste brasileira Portugal conseguia implantar uma base econômica estável, gerando o complexo açucareiro nordestino e manchas de povoamento adensado, na Amazônia coexistiram nesses dois séculos a expansão mercantil com o sistema colonial, a crise do absolutismo monárquico europeu, e a disputa de escravos e mercados potenciais, de rotas marítimas, terra e matéria-prima (BECKER, 2009, p. 204).

Outro ponto a ser considerado, conforme assinalado por Becker (2009), seria o papel do conhecimento e da ciência à época. Nesse sentido,

A partir do século XVI, fase em que a ciência moderna começa a estruturar-se, desbravadores percorrem o que é hoje a Amazônia e produzem preciosos relatos para a Europa sobre o mistério amazônico. O empenho em encontrar novas riquezas e terras estimulou a organização de grandes e custosas expedições científicas, desde fins do século XVIII e sobretudo no início do século XIX, que desenvolveram sistematicamente a pesquisa, a informação e o conhecimento sobre a região, com destaque para naturalistas alemães e ingleses (BECKER, 2009, p. 202).

Após a chegada europeia no continente americano no ano de 1492, tem-se o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas em 1494, que reconfigurou a área de direito e poder entre Portugal e Espanha sobre a América determinada pela bula papal “*Inter Coetera*” do ano anterior (CUNHA, 2018; BECKER, 2009). Esse processo, segundo Becker (2009), representou uma mera anexação do território, sua posse, já que a conquista implicaria sua apropriação principalmente pela colonização.

Nesse período inicial, segundo Cunha (2018), a Coroa Portuguesa esteve mais empenhada no comércio com o oriente, entregando a exploração do território americano a comerciantes – que a realizaram de forma depredadora em relação aos povos nativos, à fauna e à flora –, e incursões foram empreendidas por franceses e espanhóis, a exemplo da expedição pioneira de Francisco Orellana pelo rio Amazonas em 1541 e 1542. Como expõe o autor, a fixação de colonizadores em suas margens começaria por volta de 1570, com algumas povoações, seus pequenos fortes rodeados por lavouras e indígenas escravizados (CUNHA, 2018). Para Becker (2009, p. 204), “[...] o século XVI foi um período de exploração, de reconhecimento físico por grandes expedições, viajantes e primeiros missionários”.

A apropriação da Amazônia se daria, segundo Becker (2009, p. 204), a partir da união das coroas ibéricas (1580-1640), diante da disputa com outros povos europeus – como ingleses, franceses e holandeses – e suas companhias de comércio, e com as próprias populações amazônicas. A autora coloca que as disputas das companhias de comércio na Amazônia se inseriam nos jogos de ascensão e declínio das potências europeias (BECKER, 2009, p. 205).

Nesse sentido, Becker (2009) aponta que as estratégias de apropriação do território variaram, sendo que no século XVI sua posse e seu conhecimento configuraram um “loteamento”, em que “[...] cada lote é um retalho de complexidade desse conjunto que inclui projetos diferentes de Amazônia Estrangeiras” (BECKER, 2009, p. 205). Durante esse século, bases coloniais inglesas e holandesas se estenderam ao vale do rio Amazonas, estabelecendo-se feitorias, como no Xingu, e fortes, especialmente na foz do Amazonas (BECKER, 2009, p. 205). Sua destruição, especialmente pelos portugueses, se daria em meio ao processo de conquista ibérica da Amazônia a partir da passagem ao século XVII, diante de um cenário de acirramento de conflitos armados e multiplicação de bases dos considerados invasores (BECKER, 2009, p. 205).

Nesse processo de conquista, os portugueses passam a fundar estabelecimentos militares e feitorias, com destaque para a fundação de Belém, de posição estratégica para a defesa da bacia amazônica (BECKER, 2009; CUNHA, 2018). Além disso, foram criados grandes territórios com ligação direta à metrópole – o Estado do Maranhão e Grão Pará pela Espanha em 1621, por exemplo –, configurando uma forma de resistência aos ataques, como dos franceses, na Amazônia (BECKER, 2009, p. 206). Uma terceira estratégia geopolítica importante de Portugal e da Espanha, indicada por Becker (2009), seria a presença religiosa na Amazônia.

Os religiosos acompanharam as expedições espanholas, portuguesas e francesas e, como ação de conquista, foram os primeiros organizadores das aldeias e aglomerados populacionais criados sobre agrupamentos originários. A conciliação entre Deus e Rei era possível e necessária para manter a posse – é o sentido espiritual da empresa colonizadora, que converte gentios em aliados contra holandeses, franceses e ingleses, lugar comum das experiências na Índia e na África (BECKER, 2009, p. 206).

Becker (2009, p. 206-207) aponta os jesuítas como “principais agentes da ação cultural europeia sobre os povos amazônicos”, que incorporam essas populações à economia da colônia, sendo os aldeamentos indígenas importantes para apropriação da terra e como fonte de mão de obra. Esse processo de incorporação contribuiu para a penetração econômica na bacia amazônica – e o conhecimento da própria floresta –, com a fixação dos portugueses em posição-chave na foz do rio Amazonas e, também, a criação de uma colônia no Maranhão (BECKER, 2009, p. 207).

Diante da crise dos países ibéricos e com o fim da União Ibérica, o valor estratégico e econômico da Amazônia se altera, segundo Becker (2009, p. 208-209), sendo importante garantir o poder sobre os territórios conquistados e reorganizar política e economicamente o

sistema. Essa tarefa é realizada por Portugal “[...] retomando sua independência, mas dependendo da parceria com a Inglaterra” (BECKER, 2009, p. 208). No contexto de reordenação da política colonial portuguesa, Becker (2009, p. 208) observa que a Amazônia se transforma de unidade territorial em unidade política da metrópole.

Destaca-se, no âmbito do Tratado de Madri (1750), que “finaliza, formalmente, os conflitos da fronteira amazônica entre espanhóis e portugueses, que incluíam conflitos entre a Igreja e a Coroa” (BECKER, 2009, p. 208), a importância da expansão territorial portuguesa da primeira metade do século XVIII na Amazônia, já que o tratado contempla o princípio *uti possidetis*, reconhecendo a ocupação portuguesa e sua supremacia militar na região (BECKER, 2009, p. 207-208). Becker (2009, p. 207) mostra que essa expansão territorial portuguesa teve como fator decisivo a organização da mão de obra indígena pelos jesuítas, como no caso da região paraense, que, no contexto de multiplicação dos aldeamentos, foi se transformando em centro exportador de produtos florestais apoiada por essa organização do trabalho. Além do Maranhão, esse foi um dos dois centros autônomos que emergiram na Amazônia enquanto a economia do Brasil se articulava aos polos do açúcar e do ouro por meio da pecuária (BECKER, 2009, p. 208).

Diante da crise do sistema colonial, acentuada com o declínio das economias do açúcar e do ouro, na segunda metade do século XVIII (BECKER, 2009, p. 208), a Coroa Portuguesa se interessou pelo fortalecimento do Estado e em sua autonomização do poder da Igreja, sendo essencial “i) implementar a economia; ii) nacionalizar a estrutura comercial da colônia; e iii) garantir a presença do Estado português no território” (BECKER, 2009, p. 209). Nas medidas implementadas nesse sentido, como o esvaziamento do poder dos jesuítas – com o Diretório dos Índios (1755) e sua posterior expulsão, que afetariam a economia do Pará – e a instalação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778) – instrumento do Estado mercantil –, Pombal, orientado por princípios e instrumentos de uma administração racionalizada e laica de um iluminismo ainda monárquico, teve papel central e, então, na articulação da Amazônia ao império português, de sorte a se principiar uma configuração das primeiras conexões da região com o restante do Brasil (BECKER, 2009, p. 209). Ao limite atual das terras brasileiras formalizado inicialmente no Tratado de Madrid, corresponde, segundo Becker (2009, p. 210) a linha fortificada – de fortalezas e casas-fortes – pombalina, que incorporou margens de terras dos Estados do Brasil e do Grão-Pará.

Através da articulação física de território – interna e externamente com o Brasil –, da política de valorização regional, do equacionamento das questões

diplomáticas, da subordinação da ação missionária aos interesses do Estado, e do seu aparelhamento administrativo, realiza-se a integração definitiva da região ao todo do sistema colonial e, portanto, sua articulação inicial com o Brasil (BECKER, 2009, p. 208).

Desse modo, houve a “[...] moldagem da região através da intervenção efetiva do Estado português, por correntes das transformações formadoras da economia-mundo” (BECKER, 2009, p. 210). No caso do Maranhão – centro autônomo, mas articulado com a região açucareira por meio da periferia pecuária –, mesmo tendo prosperado no último quartel do século XVIII por conta da política de Pombal, com ajuda financeira à importação de mão de obra africana de larga escala para as lavouras de algodão e arroz, essa prosperidade acaba sendo precária diante das mudanças no mercado mundial de produtos tropicais (BECKER, 2009, p. 211). Após esse período marcado pela atuação portuguesa na Amazônia, a região entra em uma fase longa de estagnação e marginalização diante da prioridade da economia cafeeira no Sudeste e em meio ao contexto de dificuldades do fim da era colonial do último quartel do século XVIII à primeira metade do XIX, com queda expressiva nas exportações (BECKER, 2009, p. 210).

No que tange à definição dos limites do território brasileiro, pode-se dizer que a primeira metade do século XIX foi marcada por disputas fronteiriças entre Grã-Bretanha e França, inclusive pelo controle do comércio e da navegação das bacias do Prata e do Amazonas, sobre as quais o Império começaria, em meados desse século, a exercer uma geopolítica nacional (BECKER, 2009, p. 212, 214). Ademais, Becker (2009, p. 212) destaca a resistente oposição da cabanagem ao movimento pela independência do Brasil, que só garante definitivamente a anexação da Amazônia com a expulsão dos cabanos de Belém pelas forças militares do Império.

1.2 Ciclo da borracha, novos atores na região e o contexto da Amazônia na Primeira República

No século XIX, a história da Amazônia, conforme coloca Becker (2009, p. 211), continuaria fortemente submetida à dinâmica da economia-mundo “[...] marcada pela Revolução Industrial, pela reorganização do sistema de Estados com a independência de colônias, e por novas disputas hegemônicas com a ascensão da Inglaterra e a seguir dos Estados Unidos” (BECKER, 2009, p. 211). É nesse contexto que, diante da valorização da borracha pelo crescimento de sua demanda internacional – atrelada, especialmente, à emergência da indústria automobilística –, se desenvolve na Amazônia o ciclo econômico da borracha, de meados do século XIX ao primeiro quartil do XX, aproximadamente (PÁDUA, 2000; 2015;

BECKER, 2009). Esse ciclo, que traz consigo um novo sistema de interações socioambientais, passa a conectar áreas extensas do interior da floresta, os seringais, a setores de ponta do capitalismo global (PÁDUA, 2015, p. 244). Nesse sentido,

O “ciclo de borracha” gera uma cadeia produtiva iniciada na floresta, em que a matéria-prima é transportada por via fluvial até os grandes portos concentradores da produção – Belém e, a seguir, também Manaus –, de onde é exportada para as indústrias norte-americanas e europeias” (BECKER, 2009, p. 213)

Segundo Pádua (2000, p. 795), a presença da seringueira na Amazônia despertou o interesse político e econômico em mobilizar capitais endógenos e, sobretudo, exógenos, e arregimentar tecnologia e mão de obra para extração do látex. Desse modo, a economia da borracha estimulou movimentos de imigração, transportes fluviais e desenvolvimento de núcleos urbanos na região, tendo como eixo central da formação do excedente a exploração intensa do trabalhador seringueiro (PÁDUA, 2000, 2015).

No contexto de abolição da escravidão e de dificuldades na região Nordeste – com concentração de terras e transformação do sistema pecuário em economia de subsistência após a decadência da economia açucareira – agravadas pela seca prolongada no fim do século XIX, a necessidade de mão de obra para a economia da borracha é suprida, em grande medida, por imigrantes nordestinos atraídos para a região (BECKER, 2009, p. 212-213).

De acordo com Becker, a economia da borracha se caracterizou por intensa desigualdade social e territorial e teve uma dinâmica que contou com o surgimento de diversos novos atores, como, nos portos, “[...] as financiadoras, exportadoras, bancos ingleses e americanos e muitos trabalhadores estrangeiros” (BECKER, 2009, p. 213), além dos chamados “aviadores”, uma espécie de comerciante e agiota. Segundo a autora, enquanto os “coronéis” da borracha rapidamente enriquecidos viviam em Belém e Manaus, chegavam produtos importados em enorme quantidade nos navios, a aparência e a infraestrutura das cidades se alteravam e a cultura se movimentava, esfervilhava; os indígenas eram expulsos para cabeceiras dos rios e os seringueiros viviam em um regime semiescravo, andando grandes percursos para extração do látex, obtendo baixa produção e remuneração muito escassa diante de seu endividamento com os donos dos seringais, os seringalistas, por conta das compras a crédito em seus armazéns (BECKER, 2009, p. 214).

Cabe destacar que a economia da borracha – que se torna o segundo maior produto de exportação brasileiro em 1912 após o café (BECKER, 2009, p. 213) – na Amazônia teve alcance limitado tanto em termos de desflorestamento, já que a extração do látex depende da

manutenção da floresta em pé, como de estabelecimento de estruturas socioeconômicas aprofundadas e permanentes, diante do caráter de curta duração desse ciclo econômico (PÁDUA, 2000; 2015). Nas décadas após a retração do ciclo da borracha, Pádua (2000) aponta que foram amadurecendo elementos de uma cultura e um estilo de vida regionais na relação com a floresta, em meio a um contexto de injustiças sociais e forte concentração de renda nas economias extrativas voltadas ao mercado interno, tratando-se de uma ordem regional que seria negada, posteriormente, pelos modelos de desenvolvimento dos anos 1970.

No que se refere à Amazônia, Becker aponta que “[...] dois movimentos asseguram a incorporação física definitiva desse espaço ao Brasil: a geopolítica nacional – imperial e depois republicana – zelosa por manter a soberania sobre o território, e as relações regionais constituídas pela imigração nordestina [...]” (BECKER, 2009, p. 211). Tais relações contribuíram não só para o povoamento e a extração da borracha, como também para a configuração da Amazônia como unidade em si, o que se deu pelo crescimento populacional e da própria economia (BECKER, 2009, p. 211).

Desse modo, Becker coloca que, no período da Primeira República, a partir do final do século XIX, “[...] o território passa a ser utilizado como instrumento de legitimação do Estado por meio de ações diplomáticas e militares” (BECKER, 2009, p. 214-215), são definidos os limites do território amazônico e estabelecidas novas redes de conexão com o Brasil (BECKER, 2009, p. 215).

Quanto à questão diplomática nesse processo, Becker (2009, p. 215) aponta que, tendo como aliados os Estados Unidos, que eram os maiores compradores de borracha e café, os diplomatas brasileiros negociam com potências rivais, conseguindo que cerca de um milhão de quilômetros quadrados do espaço amazônico fossem incorporados ao território brasileiro – com base no *uti possidetis* –, e a anexação do Acre (1903), acordada com a Bolívia. Essa era uma região na qual seringueiros e comerciantes haviam penetrado na busca por látex, impulsionando a expansão do povoamento em áreas, então, de fronteira (BECKER, 2009, p. 213).

No caso das ações militares, Becker (2009, p. 215) coloca que “[...] o Exército atua no controle interno do território, envolvendo a solução de conflitos regionais, os movimentos sociais de resistência no sertão e a integração territorial”. Segundo a autora, para manter o controle social e valorizar as terras do país, diante da insuficiência e desinteresse de capitais privados nacionais e internacionais, as Forças Armadas assumem a tarefa de expandir ao

interior os transportes e as comunicações, a exemplo da criação de linhas telegráficas, como entre Belém e o Nordeste (1886) (BECKER, 2009, p. 215). Além disso, Becker menciona que

Cândido Rondon é responsável pela expedição que previa, inclusive, contato com indígenas dispersos, estimados em 1,2 milhão, visando o assentamento dessa população e acordos sobre limites territoriais, com base no princípio do *uti possidetis*. São, assim, reconhecidos territórios indígenas, embora limites efetivos não tivessem sido demarcados, permanecendo a administração sob responsabilidade federal via criação e operação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910 (BECKER, 2009, p. 215).

1.3 O início do planejamento regional da Amazônia com a formação do moderno aparelho de Estado

O processo de ocupação da Amazônia se acelera e se torna contínuo, como coloca Becker (2001; 2009), a partir da formação do moderno aparelho de Estado, que veio a intervir cada vez mais na economia e no território, com um modelo exógeno, que privilegiava as relações com o centro do poder nacional.

Durante o período do Estado Novo de Getúlio Vargas, Becker aponta que a consolidação desse moderno aparelho de Estado se dá de forma autoritária e a acumulação avança por meio da expansão industrial e urbana e da maior intervenção estatal na economia, “seja na implantação de infraestrutura ou como empresário na indústria de base” (BECKER, 2009, p. 216). Segundo a autora, nesse contexto, a Amazônia se torna objeto de planejamento regional e o governo incorpora tendências espontâneas de frentes de expansão, estimulando-as no sentido oeste para ocupar os supostos “espaços vazios” do interior, no esforço de coincidir a fronteira econômica com a política (BECKER, 2009, p. 216).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, tem-se um novo momento de demanda internacional para a borracha da Amazônia, acordos são estabelecidos com os Estados Unidos para o fornecimento à sua indústria e medidas são tomadas pelo governo brasileiro nesse sentido, como o direcionamento de trabalhadores para a região – novamente, em grande medida, nordestinos – e a criação do Banco de Crédito da Borracha, com apoio financeiro dos Estados Unidos (CUNHA, 2018). Com o fim da guerra e da demanda do mercado externo pelo produto, desemprego e problemas sociais se colocam entre os trabalhadores e famílias deslocados para a região, e Vargas dispense grande volume de recursos para proteger a borracha brasileira, mas a situação econômica acaba se deteriorando (CUNHA, 2018).

No pós-II Guerra e com o decorrer da Guerra Fria, se projeta no mundo a “obsessão” do desenvolvimento econômico – em geral, traduzido em crescimento econômico a ser perseguido – pelo qual se barganhou a floresta Amazônica e se justificariam quaisquer atos do governo, inclusive a ditadura, e a própria extinção da natureza (DEAN, 1996, p. 280-281 *apud* CUNHA, 2018, p. 92). Segundo Cunha (2018, p. 92), esse pensamento desenvolvimentista-obsessivo predominaria no desenho das políticas públicas para a Amazônia.

É nesse contexto que, com o fim do Estado Novo no Brasil, a Constituição promulgada em 1946 prevê um programa de desenvolvimento para a região e, em 1953, se coloca o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a criação da Superintendência de Produção e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e do conceito político e administrativo “Amazônia Legal” (CUNHA, 2018; BECKER, 2009). De acordo com o Art. 2º, da lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953, para efeito de planejamento econômico e execução do referido plano, a Amazônia brasileira corresponderia à região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, do Amapá, do Guaporé e do Rio Branco – então existentes –, pela parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, pela do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e pela do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (BRASIL, 1953)⁴.

De acordo com Cunha, a SPVEA tinha uma concepção colonizadora, “[...] repleta de proposições megalomânicas e divorciadas da realidade regional, considerando a natureza como desafio a ser superado ou como matéria prima para o lucro” (CUNHA, 2018, p. 95) e era destinada a colocar recursos e incentivos destinados à região norte a serviço de empresários do sul. Além de ter estado envolvida com corrupção, metas colocadas pelo plano fracassaram, tanto em termos dos objetivos de colonização, indústria e infraestrutura, como de aumento da produção agrícola pretendidos (CUNHA, 2018, p. 95).

Com o governo Juscelino Kubitschek, ações mais efetivas afetam a região amazônica, cuja abertura seria desencadeada com a política de unificação dos mercados nacionais, associada ao avanço da industrialização (BECKER, 2001). Além dessa unificação por meio do desenvolvimento das infraestruturas de energia e transportes, a transferência da capital federal para Brasília tem impactos sobre a região (BECKER, 2009, p. 216). A construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre nesse período, “verdadeiras pinças em torno da floresta

⁴ BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11806.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

amazônica, intensificam a expansão pioneira que já se processava, atraindo migrantes de vários pontos do país bem como especuladores de terra” (BECKER, 2009, p. 216).

Quanto à construção da rodovia Belém-Brasília (1960), Becker (1978, p. 113) afirma que se vincula à acumulação primitiva que permitia a expansão agropastoril extensiva. Atravessando áreas diversas como a floresta virgem e o cerrado, a rodovia atraiu as frentes pioneiras baseadas na produção de arroz, milho e gado, com os grandes proprietários – fazendeiros do leste do Brasil – que se utilizavam da mão de obra nordestina, trabalhadores que, tendo se deslocado visando ter acesso à terra, acabaram se apossando de pequenas extensões ao longo da rodovia e cultivando gêneros alimentícios (BECKER, 1978, p. 113). De acordo com Becker (1978, p. 111), ao longo da Belém-Brasília, se colocava a fronteira de recursos na região da Amazônia.

Durante a construção da rodovia Belém-Brasília, que conecta a Amazônia ao centro do sistema espacial nacional, foram surgindo povoados em seu entorno, cuja origem se relaciona à extração e mobilização do excedente, cadeia da qual se constituem como elo elementar (BECKER, 1978, p. 113 e 116). Segundo Becker (1978, p. 116), esses povoados também se relacionam direta e funcionalmente à mão de obra que ali se concentra para a abertura da área – possibilitando, por exemplo, a apropriação da terra –, já que neles os trabalhadores encontram residência, bens e serviços.

Em meio a esse contexto de afirmação do Estado brasileiro, seja intervindo por meio das políticas públicas ou no que se refere ao controle do território, “acentuam-se crescentemente o discurso e as ações visando à integração efetiva da Amazônia, que se torna prioridade nacional na segunda metade do século XX” (BECKER, 2009, p. 217) e observa-se uma ocupação acelerada da região, que se reflete em significativo aumento populacional (BECKER, 2009, p. 216).

1.4 A ditadura militar e o imperativo geopolítico da ocupação da Amazônia

Como coloca Oliveira (2021), o golpe militar em 1964, que derruba o governo de João Goulart, tem causas que “[...] transparecem nitidamente no fato de que a dinâmica das instituições políticas vigentes colocava em risco interesses cruciais, subjacentes às condições de existência da democracia brasileira – o monopólio da terra e a associação (econômica e militar) com os Estados Unidos” (OLIVEIRA, 2021, p. 94). No que tange à reforma agrária,

que, segundo Oliveira, era “[...] uma das bandeiras centrais do governo civil deposto, tinha sido abortada pelo golpe militar, mas perduravam os conflitos sociais resultantes da estrutura fundiária concentradora [...]” (OLIVEIRA, 2021, p. 79).

Para Oliveira, diante da ruptura institucional e da limitação do funcionamento do parlamento e do judiciário, que serviu para legitimar uma democracia tutelada no plano internacional, a duração e as formas econômicas e políticas da ditadura militar só podem ser entendidas tendo em vista o contexto polarizado da Guerra Fria – com o alinhamento do governo brasileiro ao bloco capitalista –, e a criação da fronteira interna da Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2021, p. 79 e 94).

Quanto à delimitação da Amazônia brasileira, o Art. 2º da lei nº 5.173 de 1966 passa a estabelecê-la como abrangente da

“[...] região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (BRASIL, 1966)⁵.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento da área do Estado de Mato Grosso, esse último passaria a ser integrante da Amazônia, de acordo com o Art. 45 da lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977.

No período da ditadura militar, tem importantes desdobramentos a questão fundiária na Amazônia. A situação das terras na região era muito diferente antes da ditadura, sendo sua quase totalidade públicas e “livres” de titulação como propriedade privada, conforme apresentado por Loureiro e Pinto (2005, p. 77). Até meados da década de 1960, as terras pertenciam basicamente à União e aos estados, sendo 87% das registradas pelo IBGE matas e terras incultas, exploradas por caboclos e ribeirinhos com base no extrativismo vegetal e animal, 11% pastos naturais, onde fazendas de gado haviam se estabelecido há muito tempo, e 1,8% ocupadas por lavouras, só metade com título de propriedade privada (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77). Segundo os autores, as terras amazônicas

Eram ocupadas por milhares de pequenos posseiros, que nelas haviam constituído seu trabalho efetivo (como extrativistas na coleta de frutos, raízes, óleos, resinas e sementes das matas, em geral exportados para os mais diversos fins – industriais, medicinais ou alimentares; ao lado disso cultivavam roçados

⁵ BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

minúsculos, plantavam pomares e hortas nos quintais e praticavam a pesca em rios e lagos) (LOUREIRO; PINTO; 2005, p. 77)

Para Loureiro e Pinto (2005, p. 77), não se configurava um cenário marcado por disputas ou conflitos entre os habitantes seculares, naturais da Amazônia ou migrantes, mas se vivia uma vida frugal, modesta e pacífica, em que a terra era tida como parte indissociável de suas existências, a mata e os rios eram preservados e aproveitados como fonte de alimento, trabalho e vida.

De acordo com Pádua (2000; 2015), o governo ditatorial militar radicalizou a preocupação em ocupar a Amazônia, região de fronteira, e fez disso um imperativo geopolítico, adotando políticas para realizar isso rapidamente e ignorando seus potenciais impactos sociais e ecológicos, na intenção de que ela não escapasse ao controle político nacional. Diante da ideia de um “vazio demográfico”, esse governo atuou no sentido de criar condições para o estabelecimento de atividades e contingentes populacionais considerados “presença brasileira” na região, induzindo a abertura da fronteira amazônica (PÁDUA, 2000; 2015). Segundo Pádua (2000), nesse período se pode contar com volume considerável de capitais e recursos tecnológicos, com investimentos substantivos por parte do governo, para ocupação massiva da região, processo que teria se originado do cálculo geopolítico dos governos militares, e não de necessidades ou oportunidades socioeconômicas prementes ao Brasil.

Foi no período da ditadura, como afirma Becker (2001), que “o Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico” (BECKER, 2001, p.137), com um projeto geopolítico para modernização acelerada da sociedade e do território brasileiros e para alcance de um novo padrão de inserção do país na ordem mundial (BECKER, 2001, p. 137; 2009, p. 219). Esse projeto de ocupação imediata da Amazônia contou, conforme coloca Cunha (2018, p. 102), com o apoio quase ideológico e cobiçoso do empresariado.

Além de vista como possível lugar de desenvolvimento de focos revolucionários, a Amazônia era tida como solução para tensões sociais derivadas da expulsão de pequenos produtores das regiões Nordeste e Sudeste pela modernização agrícola (BECKER, 2001). Como coloca Oliveira (2021, p. 79), por meio da colonização agrícola da Amazônia – apoiada pela implantação de infraestrutura de transportes e energia elétrica – para receber trabalhadores sem-terra do Nordeste, evitando sua migração para grandes cidades do Sudeste e a possível geração de tensões sociais, se justificavam estratégica e geopoliticamente os objetivos da ditadura militar sobre a região – especialmente no terceiro governo (1970-1974), com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Becker (2001) aponta, ainda, para preocupações do

governo ditatorial militar quanto à região, nos níveis continental e internacional, diante de fatores não condizentes com seu projeto nacional.

No âmbito desse projeto geopolítico do governo ditatorial, em que a Amazônia passa a ser prioridade, Becker (2009, p. 219) coloca que o projeto da modernização já vinha sendo gestado por segmento da elite militar há mais de década, contando com apoio de frações da elite civil para se sustentar. Nesse sentido, a autora destaca, como aspectos da atuação dos militares,

i) a intencionalidade de avanço e o controle da Ciência e Tecnologia como fundamento da soberania nacional, e não apenas a indústria de bens de capital, e da consolidação do papel dirigente do Estado, entendido como único ator capaz de, por meio de planejamento racional, promover a transformação acelerada da economia e do território, condição da ascensão do país na nova era mundial; e ii) a instrumentalização do espaço como condição de execução do projeto (BECKER, 2009, p. 219)

Nesse contexto, Becker (2001, p. 137) aponta que o projeto geopolítico de ocupação acelerada da Amazônia esteve apoiado pela modernização das instituições – com a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia (Basa) e da SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que estariam envolvidas no novo “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” –, no enclave industrial da Zona Franca de Manaus em meio à economia extrativista e, principalmente, em estratégias territoriais, por meio da imposição de uma malha de controle técnico e político sobre o território amazônico, que visava inclusive sua apropriação física.

Conforme coloca Becker (2001, p. 138), essa “malha programada”, implantada pela ditadura militar, seria composta por várias estratégias, algumas reproduzindo as do legado histórico. Entre as estratégias principais dessa malha, Becker (2001, p. 138) aponta a implantação de redes de integração espacial de todos os tipos, destacando as redes rodoviária, de telecomunicações via satélite, urbana e hidroelétrica no que se refere ao investimento público. Quanto à expansão da rede rodoviária, Becker (2001, p. 138) sublinha a “implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica e Perimetral Norte, e intrarregionais como Cuiabá–Santarém e Porto Velho–Manaus”.

Também entre essas estratégias, a autora menciona os subsídios aos fluxos de capitais do Sudeste e do exterior à região amazônica – por meio de mecanismos fiscais e creditícios, com atuação de bancos oficiais como o Basa – e a indução dos fluxos migratórios (BECKER, 2001, p. 138). Ademais, se realiza a superposição de territórios federais sobre os estaduais, com o governo federal criando por decreto territórios sobre os quais passa a ter direito de propriedade

ou exercer jurisdição absoluta – como no caso da Amazônia Legal – e controlar a distribuição de terras (BECKER, 2001, p. 138).

Logo no início do período ditatorial militar brasileiro, tem-se o estabelecimento do novo “Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, disposto pela Lei Federal nº 5173/1966, que, segundo Cunha (2018, p. 99), pouco inova em relação ao anterior – estabelecido com a Lei Federal nº 1806/1953. Entre suas deliberações destacadas por Cunha (2018, p. 99), tem-se, além da criação da SUDAM para tratar do plano, a política migratória que buscava aproveitar “excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos”, o recrutamento das universidades federais para pesquisas e estudos atrelados aos objetivos do plano e para preparação de pessoal técnico e científico, e a política intensiva de estímulos fiscais, creditícios e outros objetivando assegurar o aumento da taxa de reinvestimento na região dos recursos ali gerados e atrair investimentos nacionais e estrangeiros (BRASIL, 1966).

No que se refere à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, Cunha (2018, p. 100) aponta que configuraram a primeira etapa do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual se dirigia às regiões Nordeste e Norte tendo como finalidade “financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional” (BRASIL, 1970)⁶. A Transamazônica teria surgido como uma tentativa de criar uma frente de trabalho para os nordestinos que sofriam com a dramática seca na região à época (CUNHA, 2018, p. 100).

Nesse cenário, verificou-se um processo importante de federalização das terras amazônicas, já que extensões de até cem quilômetros às margens das rodovias federais – sendo construídas ou que foram apenas projetadas – foram confiscadas dos estados amazônicos e transferidas à esfera federal, por meio de decretos presidenciais (LOUREIRO; PINTO, 2005; CUNHA, 2018). Tal processo, que significava a ampliação da área sob atuação do governo federal na Amazônia, se prolongou por mais de duas décadas na ditadura, não encontrando resistência, nesse período, dos governos dos estados da região (LOUREIRO; PINTO, 2005, CUNHA, 2018). Os estados amazônicos, mesmo tendo perdido grandes extensões de terra, continuaram vendendo grandes lotes a preços ínfimos e sem qualquer precisão cartográfica, plano de ocupação ou respeito às condições ambientais (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 86-87).

⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

Inclusive, os próprios compradores desses lotes demarcavam suas áreas, muitas vezes incorporando extensões que não lhes haviam sido conferidas (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 86).

Sob justificativas de garantia da segurança nacional e promoção do desenvolvimento, as terras confiscadas com a federalização seriam destinadas a diversas finalidades: colonização, concessão e venda, implantação de grandes projetos – mineralógicos, hidrológicos e de natureza industrial, em geral –, instalação e exploração de fontes de energia, meios de comunicação, tendo destaque os projetos agropecuários, especialmente de criação de gado bovino (LOUREIRO; PINTO, 2005, CUNHA, 2018). Cabe mencionar que, nessas disposições, também constavam a participação de imigrantes estrangeiros nos projetos de colonização e a aquisição de terras por estrangeiros (CUNHA, 2018).

Houve, nesse sentido, projetos de colonização oficiais, promovidos pelo governo, com a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a participação de prefeituras pelo Brasil, especialmente do Nordeste, para o recrutamento dos migrantes (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 86; CUNHA, 2018, p. 105). A ocupação do território por pessoas era considerada mais eficiente na garantia da segurança nacional em relação a um monitoramento por tropas armadas; por isso, a promoção da imigração à Amazônia, principalmente de famílias de colonos oriundos do Nordeste, retirantes da seca, e do Sul do Brasil, agricultores que perderam suas terras (CUNHA, 2018, p. 99). Cabe destacar, no entanto, que certos projetos de colonização oficial se destinavam a áreas já ocupadas há muito tempo, terras indígenas, por exemplo, o que intensificou tensões e gerou novos conflitos na região (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 96; CUNHA, 2018, p. 106).

Havia uma forte propaganda, inclusive em torno da Transamazônica e de demais estradas, que fomentava as expectativas de ascensão social e econômica na Amazônia (CUNHA, 2018). De fato, órgãos e entes governamentais prometiam assentamento, ajuda financeira e condições para que esses migrantes se estabelecessem e explorassem economicamente a Amazônia, auxílio que, de certo modo, se efetuiu nos momentos iniciais dessa colonização (CUNHA, 2018). Nesse processo, famílias receberam lotes com floresta intacta a ser desmatada para exploração da terra (CUNHA, 2018).

O volume de migrantes acabou sendo muito maior que a capacidade de abrangência da política de colonização do INCRA – que contava com assistência técnica, além da criação de cidades e de subnúcleos urbanos com infraestrutura (CUNHA, 2018, p. 106). Então,

Em menos de cinco anos após o início do projeto, o governo militar não precisava mais investir no transporte e no assentamento de trabalhadores e familiares rurais empobrecidos, porque o número de migrantes havia superado as expectativas do INCRA e as pessoas já estavam chegando espontaneamente (CUNHA, 2018, p. 106).

Diante disso, Cunha (2018) coloca que a prioridade do governo passa a se voltar não mais para os projetos de colonização e suporte aos migrantes, mas para os grandes projetos agropecuários na Amazônia, reforçando ações para a fixação de grandes empresas e com foco nos polos de desenvolvimento empresariais, especialmente da pecuária de corte, da exploração mineral e da madeira para exportação (PEREIRA, 2013 *apud* CUNHA, 2018, p. 106). Nesse contexto, novos atores se encaminham para a região, como mineradoras, fábricas de automóveis, empresas de transporte, bancos, companhias de seguro e construtoras, bem como grandes grupos empresariais (PEREIRA, 2013 *apud* CUNHA, 2018, p. 106).

Os projetos de colonização às margens de estrada teriam, então, fracassado, com os migrantes assentados empobrecidos, e as extensões de terra recompradas por grileiros e fazendeiros e reorganizados em grandes fazendas (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 87; CUNHA, 2018). Para Loureiro e Pinto (2005, p. 87),

Trata-se de um processo perverso pelo qual o Estado brasileiro tem historicamente produzido, sem cessar, a miséria social, por mecanismos legais e administrativos que promovem exclusão das classes desfavorecidas num extremo, e a concentração da riqueza por grupos econômicos e setores da elite (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 87)

Em sentido semelhante, Oliveira (2021, p. 79) coloca que, em meio à escalada repressiva, o governo foi mudando radicalmente sua estratégia de ocupação da fronteira, que passa a atender às demandas do empresariado por negócios lucrativos voltados ao mercado externo, com foco produtivo na pecuária, na soja e outras matérias primas, estradas não mais para levar os trabalhadores sem-terra à Amazônia, mas como corredores de exportação agroindustrial e mineradora, e colonização promovida por empresas privadas substituindo a dos projetos oficiais. No que se refere à Amazônia Legal, o autor afirma que

O estabelecimento de uma fronteira interior, a Amazônia Legal, considerada como um “imperativo de segurança nacional”, foi imposta à ferro e fogo pela ditadura militar sobre as populações camponesas, extrativistas e indígenas. Estas comunidades locais, em especial as duas primeiras, transformadas em uma massa empobrecida foram deslocadas compulsoriamente ou destruídas, seus integrantes vindo a buscar meios de sobrevivência nas grandes obras, nos garimpos, na retirada de madeiras e em outras atividades extrativistas. Deslocadas de seus sítios originais, elas vieram a esvaziar o interior, buscando as capitais da Amazônia assim como as grandes e médias cidades da região sudeste, algo anteriormente tão temido pelos primeiros governos militares,

mas depois subordinado a outras prioridades, que atendiam exclusivamente a setores do empresariado nacional associados ao mercado internacional (OLIVEIRA, 2021, p. 79-80).

Quanto aos indígenas, Oliveira (2021, p. 80) afirma que regularmente eram removidos e transferidos de seu território de origem, diante da apropriação e cobiça por empresas privadas e do mercado de terras, havendo experiências terríveis às quais muitos foram submetidos. O autor também destaca que, no último governo militar, o processo de reconhecimento de terras indígenas seria paralisado, sendo o poder de decisão transferido da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para outras esferas do Estado (OLIVEIRA, 2021, p. 80).

De acordo com Loureiro e Pinto (2005, p. 78), na intenção de atrair capitais para a Amazônia, integrando-a ao mercado nacional e internacional, a ditadura militar coloca um novo modelo de desenvolvimento para a região, garantindo a infraestrutura e oferecendo inúmeras facilidades a grandes empresários e grupos econômicos do Brasil e do exterior (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78). Os autores reiteram que, além de recursos financeiros a juros baixíssimos e até negativos, foram oferecidas inúmeras vantagens fiscais, tendo como principal instrumento os incentivos fiscais, concedidos por meio da SUDAM e do Basa para longos períodos que chegavam a ultrapassar uma década. Já a partir de 1967, esses incentivos seriam legalmente destinados “[...] principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra, destinam-se à exploração de produtos primários ou semi-elaborados e geram poucos empregos” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78). Observa-se, então, que a política de incentivos, beneficiando apenas grandes grupos econômicos, era concentradora de renda (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79).

Ademais, diante da possibilidade, proporcionada pelo governo, de destinar parcialmente ou totalmente o imposto de renda para criação de novas empresas na Amazônia, além de terem sido criadas várias de forma fictícia, muitos empresários não investiram desse modo, mas destinaram os recursos para a compra de terras para especulação ou para suas próprias empresas em outras regiões do país (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78). De acordo com Loureiro e Pinto,

As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral. Para transferir a terra pública (devoluta) para os grandes grupos econômicos e garantir a propriedade da terra aos pretensos investidores futuros, o governo alterou a legislação existente e criou dispositivos legais extraordinários e de exceção (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78).

Desse modo, afirmam que, além de desperdiçarem ou desviarem recursos públicos colocados à sua disposição e não gerarem emprego de forma significativa, grandes grupos

econômicos e empresas ocasionaram enormes prejuízos ecológicos, devastaram grandes extensões de terra, de florestas, e não trouxeram o prometido desenvolvimento (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78). Como apontam Loureiro e Pinto (2005, p. 85), muitos dos projetos incentivados pelo governo, em sua maioria agropecuários, se mostraram inoperantes, improdutivos ou sob condições irregulares.

As práticas visando a grilagem de terras tornam-se comuns a partir dos anos 1960, e, “nos anos de 1970 e 1980, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79). Diante disso, cabe destacar que o Estado legalizou a aquisição de terras demarcadas ou compradas fraudulentamente, permitindo a legitimação da grilagem de terras e contribuindo para a intensificação da violência e dos conflitos na Amazônia (LOUREIRO; PINTO, 2005). Assim, pode-se dizer que

A grilagem de terras públicas, a especulação imobiliária, a devastação ambiental e a violência explodiram na Amazônia ainda na década de 1970, em decorrência da chegada dos grupos econômicos e dos retirantes da seca do Nordeste e de camponeses do Sul e Sudeste, das dificuldades já vivenciadas pela população local (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros legítimos) e dos equívocos do Poder Público (CUNHA, 2018, p. 110).

Segundo Loureiro e Pinto (2005, p. 83), além da figura dos “grileiros”, “grandes posseiros” das terras da Amazônia, surgidos como novos empresários, especuladores e aventureiros vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo, surge e passa a integrar o cotidiano da ocupação de terra na região a figura do “pistoleiro”, que atuava na proteção contra invasão das grandes extensões de terra adquiridas e ociosas ou improdutivas, para expulsar colonos, assassinar lideranças e sindicalistas. No entendimento dos autores, a pistolagem na Amazônia “decorre da repartição do poder do Estado com os integrantes, defensores e prepostos do novo capital que se instalou desordenadamente na região desde os anos de 1970” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 84). Nesse sentido, se configurou um contexto em que

O Estado tolerou durante várias décadas esta divisão do poder de polícia, ignorando ou à revelia das denúncias da OAB, da Comissão Pastoral da Terra e de outras organizações sobre a participação de pistoleiros nessas polícias privadas. Esta prática flagrante de violação dos direitos humanos mais elementares enraizou-se nas relações sociais e políticas da região (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 84).

Assim, “desenvolveu-se durante a ditadura uma convivência estreita de interesses e até uma conivência entre grileiros-empresários-aventureiros e órgãos públicos, especialmente os

federais com ação na região” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 82), elementos que persistiriam como parte de relações políticas e econômicas na Amazônia décadas após o fim da ditadura.

Segundo Becker (2001, p. 138), com a implantação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e o estímulo à migração de pessoas com maior poder econômico para a região, expandindo-se as empresas agropecuárias e de mineração, o governo estaria implantando uma estratégia seletiva após o primeiro choque do petróleo, que seria intensificada com o segundo choque e o de juros, e se esgotaria diante da crise da dívida externa. Então, a autora aponta que o planejamento passa a concentrar recursos em poucas grandes áreas selecionadas, com o Programa Grande Carajás (1980), e a aumentar a ação militar para solucionar conflitos, como no caso do Projeto Calha Norte (1985), já com o fim da ditadura (BECKER, 2001, p. 139).

Como mostra Pádua, a atuação do governo ditatorial militar levou à ocupação predatória e caótica da região amazônica, desencadeando grande desordem social e ecológica, marginalizando as comunidades locais e configurando o estabelecimento da especulação fundiária e de uma série de atividades predatórias e ilegais, o que intensificou a insegurança e a violência na região e acelerou o processo de desflorestamento (PÁDUA, 2000). A partir da década de 1970, dá-se início às “décadas da destruição”, em termos do desflorestamento na região, que se estenderem até o final do século XX (PÁDUA, 2000; 2015). Além disso, o autor aponta que o modelo de ocupação do regime militar levou a um processo de concentração de renda, em detrimento do bem-estar social, principalmente das comunidades que já habitavam a Amazônia (PÁDUA, 2000).

Como coloca Becker (2001), a violência dessa ocupação da Amazônia resulta em duas concentrações em termos de áreas no entorno das rodovias: do ciclo do desmatamento e da exploração de madeira e pecuária, atrelados a conflitos sociais e ambientais intensos; e das representadas pelos projetos de colonização, com toda sua instabilidade e evasão. De fato, como mostram Loureiro e Pinto (2005, p. 85), “a partir de 1970, vão dominando crescentemente as madeiras e a criação de gado para os mercados interno e externo”, atividades que, praticadas desordenadamente na Amazônia, foram altamente predatórias da natureza, ocuparam grandes extensões de terra, geraram poucos empregos e desalojaram milhares de famílias que ali viviam há muito tempo.

Enquanto os moradores seculares da Amazônia habitavam as terras, que a eles pertenciam por posse imemorial, “[...] por gerações seguidas, sem se terem jamais questionado

sobre a existência de donos mais legítimos que eles próprios” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77); no período da ditadura – não havendo imagens de satélite para identificação ou limitação precisa das terras, tampouco exigência de documentos para comprovar a ausência de habitantes –, lotes foram demarcados, cercados e vendidos com os antigos moradores dentro (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79-80).

Somente quando os novos proprietários começavam a queimar a mata para formar pastos ou derrubá-la para vender a madeira, os antigos moradores se deparavam com o fato de que as terras em que moravam haviam sido vendidas, em geral para grandes sociedades anônimas, cujos proprietários habitavam fora da região. A expulsão dos moradores tornava o conflito uma prática cotidiana (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 80).

Conforme colocam Loureiro e Pinto (2005, p. 80), os direitos humanos estiveram, durante décadas, subordinados ao direito do capital. Por seu viés autoritário, a ditadura militar conseguiu implementar medidas e planos de “desenvolvimento” que vinham sendo elaborados desde a década de 1950 (CUNHA, 2018, p. 98). Trata-se de um modelo de desenvolvimento que se constitui com fundação na exploração predatória da natureza (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 84). Portanto, a ditadura militar, com seus objetivos de desenvolvimento e integração da Amazônia, carrega uma visão homogeneizante da região, desrespeitando diferenças sociais e ecológicas e destruindo “[...] gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos” (BECKER, 2001, p. 141), deixando um legado de concentração de renda, concentração de terras, devastação ambiental e graves conflitos na Amazônia.

Cabe mencionar, por fim, que, na interpretação de Becker (2001, p. 158), se colocam, historicamente, a partir de iniciativas externas, dois modelos de ocupação territorial que se contrapõem e confrontam na Amazônia. Segundo a autora, o modelo exógeno, que predominou na ocupação regional amazônica, seria o “[...] baseado numa visão externa ao território, que afirma soberania, privilegiando as relações com as metrópoles [...]” (BECKER, 2001, p. 158); e o endógeno seria o “[...] baseado numa visão interna do território, privilegiando o desenvolvimento local [...]” (BECKER, 2001, p. 158), a autonomia local e o crescimento endógeno, e sendo fruto, inclusive, do contato com os habitantes locais (BECKER, 2001; BECKER, 2009, p. 203).

Nesse cenário, Becker coloca que “ao domínio do modelo de ocupação baseado na visão externa e nas relações com a metrópole e o mercado internacional, correspondeu o modelo de redes em termos de geometria territorial” (BECKER, 2001, p. 222), composto pelas redes de circulação e telecomunicação, mobilizando-se novos fluxos de capital, mão de obra e

informação, com encurtamento de distâncias e o tempo de conexões (BECKER, 2001). Os nós dessas redes seriam os povoamentos concentrados, associados especialmente à indústria, com grandes projetos industriais da “economia de enclaves” – como a Zona Franca de Manaus – conectados a sistemas econômicos globais, e às cidades, que fizeram da Amazônia uma floresta urbanizada e se tornaram problemáticas do ponto de vista ambiental, diante da rápida imigração e da carência de serviços, ao mesmo tempo que exerciam papel logístico e de mercado regional (BECKER, 2001). Becker (2001, p. 140) ainda aponta que, no caso dos grandes projetos industriais, que se baseiam em recursos naturais, não se trata de enclaves, de fato, pois geraram desestruturação, atrelada a problemas ambientais, exclusão da sociedade local e forte atração de imigrantes.

1.5 A Amazônia no fim do século XX: consolidação do modelo e intensificação de efeitos perversos

O cenário conturbado constituído na Amazônia encontra, ainda, desde os anos 1980, um agravamento da questão agrária, diante das crises do petróleo de 1973 e 1979 e da longa recessão econômica brasileira, conforme colocado por Loureiro e Pinto (2005, p. 89). Os autores apontam que as crises do petróleo e o encarecimento da energia conduziram a mudanças estruturais nas economias ocidentais, impactando negativamente a questão agrária na Amazônia e levando ao aumento dos bolsões de pobreza (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). Assim, Loureiro e Pinto (2005, p. 89) indicam que, desde a década de 1980, o modelo configurado na região foi se consolidando, com a acentuação de alguns de seus efeitos perversos.

Desejando prosseguir com o crescimento econômico, o governo brasileiro se acomodou a esse contexto, não reorganizando sua economia de imediato, mas recebendo empresas altamente consumidoras de energia e matéria-prima dos países centrais que passavam a se direcionar aos periféricos (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). Com isso, o governo brasileiro se endividou interna e externamente, diante dos compromissos com infraestrutura, grandes projetos, além dos subsídios e demais mobilizações de recursos a que se propôs (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). Como destacam Loureiro e Pinto (2005, p. 90), tratou-se de um processo de potencialização dos lucros nos países centrais e transferências de custos à periferia capitalista, conseguindo os primeiros superar a crise em questão, e deteriorando-se a situação econômica brasileira.

Nesse contexto, os autores indicam que se inicia a fase de mineração e produção de carvão vegetal – que, para abastecer as mineradoras, explorava madeiras da floresta nativa –, se concentrando as novas indústrias mineradoras e siderúrgicas de produtos primários na Amazônia, principalmente no Pará (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). A exploração mineral foi ainda incentivada pelo governo federal por meio de alterações na legislação e da permissão da exploração em áreas indígenas, desencadeando, ainda, muitos novos conflitos (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90).

Diante da crise da dívida e das exigências das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), para estabilização financeira dos países endividados, políticas públicas de caráter neoliberal e recessivas são adotadas pelo governo federal brasileiro (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). Com a redução drástica nos investimentos – inclusive produtivos – e nas políticas sociais, a estagnação econômica e a intensificação do desemprego, como afirmam Loureiro e Pinto (2005, p. 90), a Amazônia é novamente penalizada, com uma volumosa migração desordenada de desempregados à região, “[...] em busca de oportunidade de vida ou de trabalho na retirada de madeira ou garimpando em terras indígenas, ou ainda como peões em desmatamentos para criação de gado” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90). Ademais, verifica-se que “os novos empreendimentos mineradores provocaram o aumento das queimadas para a produção de carvão e a expulsão de posseiros naturais da região de suas terras ou de migrantes que haviam ocupado terras de projetos abandonados ou improdutivos” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90).

Com a crise econômica em suas diversas dimensões e seus desdobramentos, Loureiro e Pinto colocam que

[...] esgotaram os recursos públicos necessários para uma reorganização fundiária da Amazônia, para a implantação de varas judiciais, para a demarcação de terras indígenas, para a apuração de crimes os mais diversos ligados ao trabalho escravo, à pistolagem, à grilagem e outros que transformaram a Amazônia em área conflagrada (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 90).

Loureiro e Pinto (2005, p. 92) apontam, então, para a intensificação da mineração e da extração de madeira em áreas indígenas, com a tolerância dos governos em relação ao desmatamento e às atividades predatórias. Segundo os autores,

Como a atividade produtiva ‘de boa índole’ ficou prejudicada pela prolongada recessão dos anos de 1980 e 1990, os governos dos estados da Amazônia tornaram-se tolerantes com a exploração madeireira, autorizada à larga e sem um processo de reflorestamento ou manejo florestal seriamente fiscalizado ou mesmo com a extração ilegal de madeiras (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 91).

Os autores já apontavam, além da exploração de espécies nobres de madeira em reservas indígenas no Pará, o agravante da expansão da soja no estado, com a derrubada ou queima de áreas de florestas, com o direcionamento de sojicultores do centro-oeste ao norte e sua fixação em terras próximas a Santarém (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 92-94). Assim, indicaram uma perspectiva bastante provável de abertura de novas frentes de expansão e conflito, inclusive sobre os habitantes locais e as terras indígenas (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 92-93).

Conforme mostra Oliveira (2021, p. 81), “o fim da sequência de governos militares não significou o término da tutela militar sobre a Amazônia”. Já no primeiro ano do governo Sarney, os militares apresentam o Projeto Calha Norte, que permitiu sua manutenção do controle sobre questões envolvendo a Amazônia e as terras indígenas, e passa ao controle direto do Conselho de Segurança Nacional (CSN) uma área de 14% do território nacional rica em jazidas minerais, recursos hídricos e florestas, com terras indígenas (OLIVEIRA, 2021, p. 81).

A Constituição Federal promulgada em 1988 trouxe consigo o reconhecimento de direitos indígenas, quilombolas, e a preocupação com a proteção dos cidadãos (OLIVEIRA, 2021, p. 83), além de uma perspectiva inédita de proteção ao meio ambiente e novos marcos para o tema agrário e fundiário (CUNHA, 2018, p. 119). No entanto, Oliveira (2021, p. 83) aponta que a Constituição não aborda temas-chave da reforma agrária e do controle de capitais estrangeiros, e a estrutura fundiária concentradora permaneceria intocada inclusive com os governos progressistas do século seguinte.

Para Oliveira (2021, p. 81), por mais que a promulgação da Constituição Federal de 1988, com seu teor democrático e inclusivo, seja frequentemente considerada como um ponto de inflexão das políticas públicas no que tange aos povos indígenas e à Amazônia, os processos políticos e sociais não se processaram desse modo.

Por debaixo de uma retórica nacionalista, a legislação indigenista e a Constituição foram ignoradas pelo governo existente. O argumento dos militares era de que os estudos e as propostas de delimitação elaboradas pela FUNAI implicavam no risco de criar dentro do território nacional enormes “manchas étnicas”, extensos territórios que poderiam requerer autodeterminação e proceder a um “processo de balcanização” do país (OLIVEIRA, 2021, p. 81).

O ponto de inflexão, divisor de águas, no que se refere a políticas para a Amazônia e os povos indígenas, como colocado por Oliveira (2021, p. 81), teria sido a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992, a partir da qual o governo federal daria uma

guinada radical. Além da Eco-92, Cunha destaca a maior visibilidade internacional à Amazônia também diante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), uma “[...] iniciativa conjunta do governo e da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional para conservação das florestas da Amazônia e da Mata Atlântica” (CUNHA, 2018, p. 120), financiada por doações dos países desenvolvidas e complementadas pelos governos federal e estaduais e pela sociedade civil.

Nesse sentido, as lutas dos movimentos sociais de resistência – com base na organização da sociedade civil –, que colocavam em pauta projetos comunitários alternativos, apoiados por organizações não-governamentais, religiosas e até governos estrangeiros, conseguem, com a pressão exercida, obter uma série de conquistas (BECKER, 2013, p. 111-112; BECKER, 2005, p. 73-74).

Desde então, Oliveira (2021, p. 81-82) afirma que os sucessivos governos foram se alinhando progressivamente às convenções internacionais no que tange ao meio ambiente, ao clima e à proteção dos direitos indígenas, e os militares perdendo seu lugar privilegiado na gestão do território nacional e nas questões amazônicas. Em meio a esse processo, com acordos internacionais e parcerias para cooperação, colocava-se um paradigma de maior participação e consulta das populações locais para a administração pública brasileira e suas políticas (OLIVEIRA, 2021, p. 82). Nesse contexto, e com a atuação da Procuradoria Geral da União no sentido de fiscalizar o cumprimento das leis, tem-se a atuação mais adequada da FUNAI no sentido de proteger as terras indígenas, com a superação de aspectos autoritários e coloniais de sua estrutura e seu regime tutelar (OLIVEIRA, 2021, p. 82).

Com isso, Oliveira afirma que foi possível uma reordenação do espaço amazônico nas décadas seguintes, “uma reorganização de natureza bastante distinta das políticas fundiárias anteriores” (OLIVEIRA, 2021, p. 82), com a criação de unidades de conservação, reservas extrativistas e a demarcação de terras indígenas. Para Oliveira (2021, p. 83), “a Amazônia foi se tornando uma fronteira parcialmente fechada, um lugar de reconhecimento – e não de negação – de direitos das populações locais aos recursos do meio ambiente”, sendo que os governos civis de 1992 a 2014 respeitavam as “condições subjacentes ao jogo performático dessa democracia, buscando trilhar apenas alternativas legais para o desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2021, p. 83).

Ao fim da ditadura militar, Becker (2001, p. 141) destaca o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, da intervenção estatal no território e na economia, e um processo

oposto, que denota um movimento de resistência das populações locais contra a expropriação da terra, representado pela criação do Conselho Nacional dos Seringueiros no ano de 1985. Juntamente com a pressão ambientalista em âmbitos nacional e internacional, teria sido resgatado o modelo endógeno sob diversas formas, que predominaria por cerca de uma década.

A partir de então, se fortaleceria novamente o modelo exógeno, com a retomada do planejamento por parte do governo federal, se estabelecendo um contexto de coexistência conflitiva entre esse modelo e o endógeno, sobre o qual influem forças atuantes em diferentes escalas geográficas, gerando transformações que não se dão em velocidade homogênea (BECKER, 2001). Como aponta Becker, esses modelos são “[...] orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes” (BECKER, 2001, p. 141), que “[...] expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos – em parcerias externas/domésticas – e influem na alteração do conteúdo do interesse nacional e da apropriação e uso do território” (BECKER, 2001, p. 141). Diante disso, Becker coloca:

Ao nível global, tornam-se mais acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças, como das arenas políticas nacionais e internacional, a redefinição do papel do Estado, a mercantilização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas (BECKER, 2001, p. 141)

Assim, a autora afirma ter havido uma alteração no significado da Amazônia, com a valorização estratégica da sobrevivência humana e do capital natural (BECKER, 2001, p. 143). Nesse cenário, se colocam fortes disputas entre as potências pelo capital natural amazônico, bem como lutas sociais que vão no sentido de sua proteção, com a cooperação internacional conectada, por meio das telecomunicações, às comunidades locais (BECKER, 2001, p. 143; BECKER, 2005, p. 78). Segundo Becker (2001), portanto, se configura uma combinação, sob novas formas, dos modelos de ocupação territorial endógeno, baseado em uma visão interna do território e predominante em nível territorial em áreas extensas e isoladas associadas às populações e aos recursos naturais locais, e exógeno, das relações com os centros externos de poder nacional e internacionais.

Entre as profundas mudanças estruturais na Amazônia do fim do século XX, Becker (2005, p. 73) destaca a maior conectividade regional – e as telecomunicações que permitem articulações do local com o nacional e o global –, a industrialização – e, com isso, a exploração mineral e a Zona Franca de Manaus – e a urbanização. Nesse sentido, a despeito dos enormes e perversos impactos sociais e ambientais gerados em meio aos processos, Becker (2001; 2005)

aponta elementos considerados positivos, que poderiam ser aproveitados, conforme o QUADRO 1.

Quadro 1 - Mudanças estruturais na Amazônia, impactos negativos e construções

Mudança estrutural	Principais impactos negativos	Construções
1. Conectividade – Estrutura de articulação do território: redes de telecomunicações e transporte	● migração/mobilidade do trabalho; ● desflorestamento; e ● desrespeito às diferenças sociais e ecológicas	● acréscimo e diversificação da população; ● casos de mobilidade ascendente; ● acesso à informação – alianças/parcerias; e ● urbanização
2. Industrialização – estrutura da economia	● grandes projetos – “economia de enclave”; ● subsídio a grande empresa; e ● desterritorialização e meio ambiente afetado (Tucuruí)	● urbanização e industrialização de Manaus, Belém, São Luís, Marabá; ● 2ª no país/valor total produção mineral; ● 3ª no país/valor total produção de bens de consumo duráveis; e ● transnacionalização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)
3. Urbanização – estrutura do povoamento Macrozoneamento – povoamento linear; arco em torno da floresta	● inchaço – problema ambiental; ● rede rural – urbana – ausência de presença material da cidade – favelas; ● sobreurbanização – isto é, sem base produtiva; e ● arco do desflorestamento e focos de calor	● quebra da primazia histórica de Belém-Manaus; ● nós das redes de circulação/informação; ● retenção da expansão sobre a floresta; ● mercado verde; ● locus de acumulação interna, 1ª vez na história recente; e ● base de iniciativas políticas e da gestão ambiental
4. Organização da sociedade civil – estrutura da sociedade	● conflitos sociais/ambientais; e ● conectividade + mobilidade + urbanização	● diversificação da estrutura social; ● formação de novas sociedades locais – sub-regiões; ● conscientização – aprendizado político; ● organização das demandas em projetos alternativos com alianças/parceiros externos; e ● despertar da região – conquistas da cidadania
5. Malha socioambiental – estrutura de apropriação do território	● conflitos de terra e de territorialidade; e ● conflitos ambientais	● formação de um vetor tecnocológico; ● demarcação de terras indígenas; ● multiplicação e consolidação de Unidades de Conservação (UCs); ● PAGAs nos estados; Programa de Desenvolvimento de Área (PDA); e ● capacitação de quadros de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)
6. Nova escala	● conflitos/construções	Amazônia como uma região do Brasil

Fonte: Becker (2009, p. 255)

De acordo com Loureiro (2012), a Amazônia como fronteira econômica foi se direcionando para a produção de *commodities*, para a exploração mineral e madeireira – em detrimento da produção familiar – a partir de meados da década de 1980, estando desde meados da década de 1990 nitidamente conformada como fronteira de *commodities*. Para Pádua (2000), a região amazônica estaria vivendo uma situação histórica tipicamente de fronteira diante da presença do conflito, da interação social muito pouco normatizada. Por mais que os conflitos estejam universalmente presentes na vida social, como ressalta o autor, a intensa situação de

fronteira na Amazônia consiste na fluidez e no constante movimento dos atores sociais, além da chegada de novos atores externos (PÁDUA, 2000). Deste modo, haveria uma superposição de grupos e indivíduos com interesses, propostas sociais e visões de mundo distintas (PÁDUA, 2000). Nesse sentido, Pádua (2000, p. 798) destaca a riqueza que pode ser observada diante dessa heterogeneidade sociocultural amazônica, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de políticas que conjuguem a garantia de direitos socioculturais e econômicos e a conservação da floresta.

Comentários finais ao primeiro capítulo

Com esse primeiro capítulo, procurou-se contextualizar o debate recente em torno da ocupação e do desenvolvimento históricos da Amazônia, a partir das lentes de intérpretes bem-posicionados na compreensão de sua formação territorial e ocupação econômica. Como mencionado na introdução do capítulo, abdicando de quaisquer intenções de oferecer uma visão completa da extensa literatura sobre o tema, optou-se por um percurso histórico que permitisse, em nosso entendimento, oferecer pistas para a trilha de perguntas de pesquisa que guiam a proposta deste trabalho neste capítulo, quais sejam:

- i) Como se dá a compreensão da ocupação e da formação territorial, em especial da Amazônia, diante da dinâmica do sistema-mundo?
- ii) Quais seriam os determinantes dessas formações?
- iii) Que papel coube ao Estado, via planejamento e políticas públicas, nas transformações socioespaciais ao longo desse histórico de ocupações, em especial na Amazônia?
- iv) Quais têm sido implicações ou consequências sociais e ambientais desse padrão de ocupação, também com foco especial para o caso da Amazônia?

Diante disso, foram apresentadas cinco seções: “Primórdios da ocupação europeia e as disputas da Amazônia” (1.1); “Ciclo da borracha, novos atores na região e o contexto da Amazônia na Primeira República” (1.2); “O início do planejamento regional da Amazônia com a formação do moderno aparelho de Estado” (1.3); “A ditadura militar e o imperativo geopolítico da ocupação da Amazônia” (1.4); e “A Amazônia no fim do século XX: consolidação do modelo e intensificação de efeitos perversos” (1.5).

Entretanto, cabe destacar, primeiramente, que, conforme exposto na introdução deste capítulo, antes da chegada dos europeus à América, populações humanas habitavam a região da Amazônia há milhares de anos, domesticando plantas, animais, paisagens e integrando a dinâmica de sua constituição (CLEMENT *et. al.*, 2015). Com o passar do tempo, se

estabeleceram grandes assentamentos populacionais e se configuraram redes de interação amplas, com articulações e integração regionais e sociedades multiétnicas, com políticas regionais planejadas e toda uma diversidade sociopolítica, de sistemas de gestão e manejo da terra, além de centros de diversidade genética diante do manejo de plantas e do desenvolvimento de engenharia e tecnologias agrícolas, em um cenário que seria duramente impactado pela conquista europeia (CLEMENT *et. al.*, 2015).

Na seção 1.1, que trata dos primórdios da ocupação europeia e das disputas da Amazônia, verificou-se que, nas primeiras décadas após a chegada europeia na América, a Coroa Portuguesa não esteve focada em ocupar a Amazônia, mas que sua apropriação começou a se dar com a União Ibérica (1580-1640) (CUNHA, 2018; BECKER, 2009). Diante das disputas com as populações locais e com outros povos europeus, que não só exploravam como passavam a se instalar na região, a conquista ibérica da Amazônia se deu por meio de estabelecimentos militares e feitorias, de territórios ligados à metrópole, além do papel essencial dos jesuítas, que incorporaram os povos amazônicos à economia da colônia, contribuindo para o conhecimento da floresta e a penetração econômica com a fixação portuguesa na bacia amazônica (CUNHA, 2018; BECKER, 2009). Portugal, que, vinculado à Inglaterra, já conseguira garantir o poder sobre os territórios conquistados e reorganizar política e economicamente o sistema com o fim da união das coroas ibéricas, ainda efetua importante expansão territorial na Amazônia na primeira metade do século XVIII, que seria reconhecida e oficializada no Tratado de Madrid (1750) (BECKER, 2009). Diante da crise do sistema colonial, as políticas pombalinas se impõem sobre a Amazônia, com o fortalecimento da atuação do Estado e o esvaziamento do poder dos jesuítas, se estabelecendo as primeiras conexões da região com o restante do Brasil (BECKER, 2009). Com a ascensão da economia cafeeira e o fim da era colonial, a região amazônica entra em uma fase de estagnação e marginalização (BECKER, 2009).

Na seção 1.2, vê-se que a história da Amazônia permanece submetida à dinâmica da economia-mundo no século XIX, com o desenvolvimento do ciclo da borracha na região, cuja cadeia produtiva conecta desde a floresta, passando pelos rios e os grandes portos da Amazônia, até as indústrias estadunidenses e europeias (BECKER, 2009). Com base na exploração intensa do trabalhador seringueiro – especialmente imigrantes nordestinos –, a economia da borracha traz consigo o surgimento de diversos novos atores na região, se caracteriza por intensa desigualdade social e territorial, e pelo alcance limitado em termos de desflorestamento e de estabelecimento de estruturas socioeconômicas permanentes (BECKER, 2009; PÁDUA, 2000,

2015). Nas décadas seguintes à retração do ciclo da borracha, foram ali amadurecendo elementos de uma cultura e um estilo de vida regionais na relação com a floresta, configurando-se uma ordem regional, em meio a fortes injustiças sociais e concentração de renda, que seria negada pelos modelos de desenvolvimento com a ditadura militar (PÁDUA, 2000). Destacou-se, também, nessa seção, que a incorporação física da Amazônia ao Brasil foi assegurada por meio da geopolítica nacional e das relações constituídas com a imigração nordestina (BECKER, 2009). No período da Primeira República, o Estado, por meio de ações diplomáticas e militares, usa o território para legitimar-se, e estabelecem-se os limites do território amazônico e novas redes de conexão com o país (BECKER, 2009).

A seção 1.3 mostrou que o início do planejamento regional da Amazônia se deu com a formação do aparelho de Estado moderno, a partir do Estado Novo de Vargas, que incorpora tendências espontâneas de frentes de expansão no sentido oeste na intenção de coincidir a fronteira econômica com a política (BECKER, 2001; 2009). Após um novo breve momento de aumento da demanda pela borracha amazônica e medidas adotadas para suprir essa demanda dos Estados Unidos, a situação econômica acaba se deteriorando com o fim da II Guerra e deixa um legado de desemprego e problemas sociais entre os trabalhadores que haviam sido direcionados pelo Estado à região (CUNHA, 2018). A obsessão desenvolvimentista do pós-II Guerra se reflete na tentativa de se instaurar um plano de valorização econômica da região, que acaba fracassando em seus objetivos (CUNHA, 2018). Verificou-se que as ações do Estado teriam maior impacto na Amazônia no governo Kubistchek, com a abertura da região desencadeada com as políticas de unificação dos mercados nacionais e industrialização (BECKER, 2001). Destacaram-se os efeitos da construção das rodovias Brasília-Acre e Belém-Brasília sobre a Amazônia, com o aumento da migração e a expansão agropastoril, bem como a ligação da região ao centro do sistema espacial nacional, colocando-se um processo de ocupação acelerada sobre a Amazônia (BECKER, 1978). Então, pode-se dizer que, na segunda metade do século XX, a Amazônia torna-se prioridade nacional e intensificam-se as ações para sua integração (BECKER, 2009).

A seção 1.4 se dedicou a explicar os determinantes e as estratégias do governo ditatorial militar, com seu imperativo geopolítico de ocupação acelerada da Amazônia, que contou com o apoio do empresariado e o alinhamento aos Estados Unidos em meio a Guerra Fria (BECKER, 2001; CUNHA, 2018; OLIVEIRA, 2021; PÁDUA, 2000; 2015). Nesse sentido, pode-se ver que se impuseram transformações profundas sobre a Amazônia e a vida de seus habitantes seculares, o que perpassa fortemente a questão fundiária. Prevaleceu uma retórica de

modernização da sociedade e do território nacionais, da busca por um novo padrão de inserção do Brasil na ordem global e da garantia da segurança nacional, e, assim, houve um forte empenho em integrar a Amazônia, considerada um espaço vazio e homogêneo. Se inicialmente as ações para ocupação da fronteira amazônica estiveram pautadas na colonização – apoiada por infraestrutura de transportes e energia –, inclusive por projetos oficiais com o assentamento nas margens das rodovias federalizadas, quando o movimento de migração à região se torna intenso e espontâneo, a estratégia governamental se volta para a instauração de grandes projetos agropecuários (CUNHA, 2018). Enquanto os colonos empobreciam e as terras eram recompradas por fazendeiros e grileiros, o governo passou a oferecer inúmeras facilidades e vantagens a grandes empresários e grupos econômicos do país e do exterior para sua instalação na Amazônia (CUNHA, 2018; LOUREIRO; PINTO, 2005; OLIVEIRA, 2021). Entre elas, pode-se destacar os incentivos fiscais, a transferência massiva de grandes extensões de terras públicas a esse conjunto de empresários e grupos econômicos, além da promoção de obras de infraestrutura (LOUREIRO; PINTO, 2005). É nesse contexto que explodem a grilagem de terras, com a conivência do Estado, a especulação imobiliária, a devastação ambiental e a violência na Amazônia (CUNHA, 2018; LOUREIRO; PINTO, 2005). A pistolagem, tolerada pelo Estado, passa a integrar o cotidiano da ocupação de terra e contribui com a violência contra as populações locais, que tiveram as terras que habitavam compradas, privatizadas, sem seu consentimento (LOUREIRO; PINTO, 2005). Com o autoritarismo, a ditadura impôs a fronteira interna da Amazônia Legal sobre essas populações, subordinando os direitos humanos aos do capital e deixando um legado de concentração de renda, de terras, destruição ambiental e graves conflitos na Amazônia, não se alcançando na região o prometido desenvolvimento (CUNHA, 2018; LOUREIRO; PINTO, 2005; OLIVEIRA, 2021).

Finalmente, a seção 1.5 identifica, na Amazônia do fim do século XX, traços consolidados de um modelo de ocupação e seus efeitos perversos, que se intensificam em meio às crises do petróleo e à recessão econômica brasileira (LOUREIRO; PINTO, 2005). Diante de mudanças estruturais nas economias ocidentais, o Brasil se acomoda para receber as empresas intensivas em energia e matérias-primas dos países centrais – em meio a um processo de potencialização dos lucros nesses países e transferência de custos à periferia capitalista –, criando condições para seu suporte e se endividando (LOUREIRO; PINTO, 2005). Tem-se, com isso, o início de uma fase de mineração e produção de carvão vegetal, com novas indústrias mineradoras e siderúrgicas se instalando na Amazônia (LOUREIRO; PINTO, 2005). Com a crise da dívida, o governo adota políticas neoliberais e recessivas, prejudicando a região, que

passa a receber volumosa migração de desempregados (LOUREIRO; PINTO, 2005). Observa-se, assim, o aumento de atividades predatórias da natureza, como as queimadas, bem como a expulsão de posseiros que ali habitavam, e se intensificam a mineração e a exploração de madeira em terras indígenas, com a tolerância do Estado (LOUREIRO; PINTO, 2005). Loureiro (2012) aponta que a Amazônia como fronteira econômica foi, então, se constituindo como uma fronteira de *commodities* a partir de meados da década de 1980, estando, a partir da década de 1990, nitidamente conformada desse modo. Diante de um conjunto de fatores, como as mobilizações sociais e a maior visibilidade e atenção internacionais para a questão ambiental, se coloca um ponto de inflexão no que tange às políticas para a Amazônia e os povos indígenas, com sua maior valorização e proteção a partir da década de 1990 (OLIVEIRA, 2021). Esses processos possibilitariam uma reordenação do espaço amazônico nas décadas seguintes, com a Amazônia se tornando uma fronteira parcialmente fechada, à exploração empresarial a qualquer custo, e elementos que a configurariam como um local de reconhecimento de direitos socioambientais às populações locais (OLIVEIRA, 2021).

2 NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI E A SITUAÇÃO DA AMAZÔNIA

Introdução ao capítulo

O objetivo central deste capítulo é identificar e caracterizar a situação atual da ocupação econômica da Amazônia diante do superciclo de *commodities* a partir da década de 2000, com destaque para a literatura especializada contemporânea voltada a esta análise, enfatizando seus determinantes e suas consequências, em especial sobre a população local – inclusive povos originários –, sobre seus direitos, suas formas de vida e a qualidade do meio ambiente. A fim de alcançar este objetivo central, foram realizados estudos dirigidos da literatura especializada, abaixo identificada, com análise dos conteúdos de suas contribuições para o entendimento do seguinte conjunto de perguntas de pesquisa:

- i) Como se dá a compreensão do período recente de crescimento dos setores de *commodities* na América Latina diante da dinâmica do sistema-mundo?
- ii) Quais seriam os determinantes dos ajustes realizados nesse contexto?
- iii) Que papel coube ao Estado, via planejamento e políticas públicas, nas transformações socioespaciais, em especial na Amazônia?
- iv) Quais têm sido implicações ou consequências sociais e ambientais do neoextrativismo, também com foco especial para o caso da Amazônia?

Responder a essas perguntas de pesquisa demandou tarefas de identificar, reconhecer, ler e analisar contribuições de autores que investigam esses temas. Leituras dirigidas, conhecimentos prévios adquiridos ao longo do curso de graduação em Economia, discussões realizadas em disciplinas eletivas, acompanhamento de seminários e webinários com temas relacionados às questões levantadas, como os do Fórum Permanente “Amazônia em transe: estratégias, impactos e impasses para o século 21”, realizado pela Unicamp em 2020 e que contou com a participação da socióloga Maristella Svampa, do *Global Landscape Forum* (GLF) Amazônia 2021, e eventos que contaram com a exposição do contexto amazônico por parte de populações locais e tradicionais, bem como por elas organizados, como o webinário “Indigenizando a bioeconomia na Amazônia”, promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) no ano de 2021, contribuíram com reflexões para esse debate, além de levantamentos bibliográficos em bases de periódicos e em bola de neve, permitindo o mapeamento de textos chave dentro dessa literatura. A estrutura dos quadros, a seguir, reflete a estrutura do capítulo, representando suas três primeiras seções, com o desdobramento, ainda, em uma quarta, que trata dos movimentos mais recentes, em curso na Amazônia brasileira, além desta introdução e dos comentários finais ao capítulo.

Quadro 2 – Organização e contribuições da literatura para a seção
2.1 – O neoextrativismo latino-americano no capitalismo do século XXI

Seção	Título e contribuição para este trabalho	Referências	Referências Bibliográficas	Atuação e Filiação Institucional
2.1	O neoextrativismo latino-americano no capitalismo do século XXI	SVAMPA (2019a e 2019b)	SVAMPA, Maristella. Neo-extractivism in Latin America: Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives. Cambridge: Cambridge University Press, 2019a. 68 p. SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019b. 192 p	Socióloga, Investigadora CONICET e Professora da Universidade Nacional de La Plata - Argentina
	Esta seção circunstancia a discussão do capítulo no contexto das contribuições da literatura contemporânea que examina o neoextrativismo na América Latina no século XXI	ACOSTA & BRAND (2018)	ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. 224 p.	Acosta é economista e político. Professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais no Equador. Brand é Cientista Político, professor da Universidade de Viena, na Áustria.
		GUDYNAS (2018)	GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violências. Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global, v. 143, p. 61-70, 2018.	Ecologia Social. Pesquisador do Centro Latino Americano de Ecología Social (Claes) no Uruguai.
		BURCHART (2016)	BURCHARDT, Has-Jürgen. El neo-extractivismo en el siglo XXI. Qué podemos aprender del ciclo de desarrollo más reciente em América Latina. In: BURCHADT, Has-Jürgen; DOMÍNGUEZ, Rafael; LARREA, Carlos; PETERS, Stefan (Org.). Nada dura para siempre: Neoextractivismo después del boom de las materias primas. Quito: Abya Yala, 2016, p. 55-89.	Economista e Cientista Social. Professor da Universidade de Kassel, Alemanha.
		CASTRO (2017)	CASTRO, Edna Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Ramos de (org.). In: Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.	Cientista Social. Professora da Universidade Federal do Pará, Brasil

Quadro 3 – Organização e contribuições da literatura para a seção
2.2 – Rentismo-neoextrativismo: a economia brasileira em ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado

Seção	Título e contribuição para este trabalho	Referências	Referências Bibliográficas	Atuação e Filiação Institucional
2.2	Rentismo-neoextrativismo: a economia brasileira em ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado	CARVALHO, MILANEZ & GUERRA (2018)	CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias Ribeiro (Org.). Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-58.	Carvalho atua em Sociologia e é professora da Universidade Federal do Ceará; Milanez atua em Política Ambiental e é docente na Universidade Federal de Juiz de Fora; Guerra atua em Sociologia e é docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
	Esta seção traz a interpretação sobre a dinâmica recente da economia brasileira como uma sucessão de ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado, que detalha e complexifica o entendimento do ciclo das <i>commodities</i> reservando atenção especial às orientações das políticas em sucessivos períodos e governos	PAULANI (2012 e 2015)	PAULANI, Leda Maria. A dependência dobrada. Le Monde Diplomatique Brasil, ed. 61, 2012. PAULANI, Leda Maria. Crise atual reflete dependência estrutural da economia brasileira. Carta Maior, 2015.	Paulani é Economista e docente na Faculdade de Economia e Administração da USP.
		CARVALHO (1999)	CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 1999.	Idem à primeira célula nesta coluna.
		WANDERLEY, GONÇALVES & MILANEZ (2020)	WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. Revista da ANPEGE, v. 16., n. 29, p. 555-599, 2020.	Wanderley é Geógrafo e docente na Universidade Federal Fluminense. Gonçalves é Geógrafo e docente da Universidade Federal de Goiás.
		MILANEZ & SANTOS (2015)	MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rogério S. P. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. Revista de Estudios Sociales, v. 53, p. 12-28, 2015.	Santos é Cientista Político e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro
		NISSANKE (2012)	NISSANKE, Machiko. Commodity market linkages in the global financial crisis: excess volatility and development impacts. The Journal of Development Studies, v. 48, n. 6, p. 732-750, 2012.	Nissanke é Economista e professora da School of Oriental and African Studies (SOAS), no Reino Unido.

Quadro 4 – Organização e contribuições da literatura para a seção
2.3 – A Amazônia brasileira diante do neoextrativismo

Seção	Título e contribuição para este trabalho	Referências	Referências Bibliográficas	Atuação e Filiação Institucional
2.3	A Amazônia brasileira diante do neoextrativismo	BECKER (2005 e 2013)	BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. BECKER, Bertha. Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional. Parcerias Estratégicas, v. 18, n. 36, p. 107-128, 2013.	Becker, <i>in memoriam</i> , Geógrafa, Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Pará.
	Esta seção apresenta a situação da Amazônia no contexto de neoextrativismo, contextualizando os principais projetos e políticas públicas implementados e seus desdobramentos na região	LOUREIRO (2012)	LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. Revista Direito GV, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.	Loureiro é Socióloga e professora emérita da Universidade Federal do Pará.
		CASTRO (2012 e 2017)	CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Caderno CRH, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012. CASTRO, Edna Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Ramos de (org.). In: Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.	Cf. quadro 2
		WANDERLEY (2016)	WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Repensando a noção de fronteira no contexto de reestruturação espacial da Amazônia no século XXI. Revista Terra Livre, v. 1, n. 46, p. 13-48, 2016.	Cf. quadro 3
		OLIVEIRA (2021)	OLIVEIRA, João Pacheco de. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. Confluente – Rivista Di Studi Iberoamericani, v. 13, n. 1, p. 77-104, 2021.	Oliveira é Antropólogo e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2.1 O neoextrativismo latino-americano no capitalismo do século XXI

O início do século XXI foi marcado por uma alta internacional dos preços das *commodities* – sobretudo dos hidrocarbonetos e insumos minerais – diante de sua crescente demanda internacional, intensificada pelos países asiáticos, em especial a China (SAES, 2017; SVAMPA, 2019a; 2019b). Deste modo, países exportadores dessas *commodities*, como os latino-americanos, foram beneficiados economicamente por esse fenômeno. Seus governos progressistas – que emergiram a partir de 2003 em um momento de contestação ao neoliberalismo – buscaram aproveitá-lo para promover uma estratégia de desenvolvimento que ficou conhecida como “neoextrativista” e combinava políticas econômicas heterodoxas, expansão das políticas sociais e do consumo, distribuição de renda, redução da pobreza e crescimento econômico (SVAMPA, 2019a; 2019b; ACOSTA; BRAND, 2018; SAES, 2017).

O começo do atual século traz consigo uma mudança de época, marcada pelo advento do Consenso das *Commodities*, que sucede o Consenso de Washington até então dominante (SVAMPA, 2019a; 2019b). O Consenso das *Commodities*, na compreensão de Svampa, teria uma carga político-ideológica, “[...] já que alude à ideia de um acordo – tácito ou explícito – acerca do caráter irresistível da atual dinâmica extrativista, produto da crescente demanda global por bens primários” (SVAMPA, 2019b, p. 42). Isso significa que, nesse momento, é propagada e disseminada a suposta inexistência de alternativa ao extrativismo, em detrimento de esforços no sentido de contrariar tal consenso, que vinha sendo imposto na América Latina pelas elites progressistas e pelas conservadoras (SVAMPA, 2019a; 2019b). A tendência à reprimarização da economia no Consenso das *Commodities* foi intensificada diante do crescimento chinês, em um contexto geopolítico de transição hegemônica, policentrismo conflituoso, com a ascensão da China como potência global e declínio relativo dos Estados Unidos (SVAMPA, 2019a; 2019b).

Nesse contexto de Consenso das *Commodities*, o chamado neoextrativismo se expande na América Latina. As inúmeras contribuições acerca do neoextrativismo atribuem-lhe caracterizações diversas, como modalidade de acumulação, modo de apropriação, estilo de desenvolvimento ou traço estrutural do próprio capitalismo como economia-mundo (SVAMPA, 2019b). Trata-se de um fenômeno com raízes históricas que remontam à colonização das Américas, e que, como conceito, surge na América Latina como uma recriação do extrativismo diante das novas dimensões que adquire no século XXI (SVAMPA, 2019a; 2019b).

Para Svampa,

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. (SVAMPA, 2019, p. 33)

Entre outros aspectos importantes, destacam-se sua orientação exportadora em larga escala e a abrangência de atividades além das extrativistas tradicionais, como a megamineração a céu aberto, a expansão das fronteiras de petróleo e energia, das monoculturas, a generalização do modelo do agronegócio, a superexploração da pesca, a construção de grandes hidrelétricas e projetos de infraestrutura (SVAMPA, 2019a; 2019b). A superexploração neoextrativista se dá em escala ainda maior que em modos anteriores, isto é, em escala geograficamente mais extensiva e de forma mais intensiva nos territórios, com maior intensidade tecnológica, hídrica, energética, e de capital, diante dos megaempreendimentos, e ainda com maior velocidade, ou seja, também é intensiva no tempo.

Nesse mesmo contexto, Gudynas (2018) propõe que os chamados extrativismos, em sua pluralidade, corresponderiam a um tipo de apropriação dos recursos naturais em grande escala e intensidade, majoritariamente direcionada à exportação como matérias-primas, sendo seu processamento industrial ausente ou muito limitado, o que evidencia sua dependência com a globalização. Tal fenômeno acaba por reforçar a inserção subordinada dos países latino-americanos na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, como fornecedores globais de *commodities*. Como afirmam Acosta e Brand, “o extrativismo do século XXI expressa uma forma substancial da modalidade de acumulação primário-exportadora, resultado de um modelo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 61).

Para além dessa dimensão, Svampa aponta o neoextrativismo como uma categoria analítica com “grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e amplo poder mobilizador” (SVAMPA, 2019b, p. 24). De acordo com a autora, trata-se de uma “janela privilegiada” para ler as múltiplas crises atuais em seus diferentes níveis e complexidades, como as crises econômica, de democracia, socioecológica e do projeto de modernidade.

No contexto da ascensão dos governos progressistas na América Latina, o neoextrativismo trouxe em seu entorno o que Svampa (2019a; 2019b) chama de “ilusão desenvolvimentista”, isto é, a crença de que, com base nas vantagens comparativas, nas

atividades extrativistas, o desenvolvimento poderia ser alcançado aproveitando-se das oportunidades econômicas naquele momento de alta dos preços das *commodities*, com a participação ativa do Estado. Esses governos, então, “[...] buscaram justificar o neoextrativismo afirmando ser ele a via que permite gerar divisas ao Estado, logo orientadas à redistribuição de renda e ao consumo interno, ou a atividades com maior valor agregado” (SVAMPA, 2019b, p. 40). Tal posicionamento garantia um certo nível de legitimidade social quanto a sua forma de atuação, ao passo que os impactos ambientais e sociais desse modelo continuavam ocorrendo (SVAMPA, 2019a).

Outro atributo essencial a ser considerado do modelo sociopolítico e territorial neoextrativista é sua dinâmica territorial, que tende à ocupação intensiva dos territórios e à grilagem de terras, promovendo o deslocamento de outros modos de produção locais ou regionais e de suas populações (SVAMPA, 2019b). Com isso, pode-se dizer que o neoextrativismo redefiniu as disputas por terra, assimétricas em favor dos interesses de grandes agentes econômicos (SVAMPA, 2019b).

Frente à enorme pressão exercida sobre a natureza e os territórios e ao avanço impetuoso da fronteira de *commodities*, conforme foram se expandindo a quantidade de projetos extrativos, sua intensidade e as áreas territoriais afetadas, houve uma intensificação na ocorrência de denúncias, resistências, em síntese, dos conflitos (SVAMPA, 2019a; GUDYNAS, 2018). Tais conflitos evidenciam disputas em âmbito político, social, ecológico, territorial e até econômico, em que se colocam novos e renovados processos de resistência.

Nesse contexto, Svampa (2019a; 2019b) aponta que os conflitos socioambientais incluem aqueles relacionados ao acesso e ao controle dos recursos naturais e do território, que implicam interesses e valores divergentes de atores opostos com grande assimetria de poder. Nem todos esses conflitos na América Latina, como reitera Svampa (2019b), contestam o modelo dominante de desenvolvimento, neoextrativista, havendo atores sociais que aceitam essa narrativa e focam a discussão na distribuição do benefício econômico. No entanto, segundo ela, o que se destaca na América Latina hoje são os conflitos e lutas que desafiam tal modelo, tendo em vista formas diferentes de construir a sociedade e habitar o mundo, disputando o que se entende por “desenvolvimento”, exigindo maior participação democrática e convergindo para novas narrativas contra-hegemônicas sobre natureza, ambiente, território e cultura.

Diante dessa situação, governos conservadores e progressistas latino-americanos atuaram “[...] negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias econômicas, sociais, ambientais e territoriais” (SVAMPA, 2019b, p. 17) geradas, assim como as discussões

sobre o tema, assumindo, inclusive, um discurso desenvolvimentista beligerante na defesa do neoextrativismo, atrelado à promoção de uma visão produtivista do desenvolvimento (SVAMPA, 2019a; 2019b). Alinhados às corporações envolvidas no extrativismo, sua reação a tais mobilizações se deu de forma hostil e controladora, com a criminalização de movimentos e práticas sociais, especialmente os camponeses e indígenas, a convivência com o aumento da repressão – inclusive com assassinatos de líderes locais -, e a intensificação da violência estatal e paraestatal (SVAMPA, 2019a, 2019b; GUDYNAS, 2018). Deste modo, Svampa (2019a; 2019b) destaca a associação entre o neoextrativismo e a derrubada das fronteiras da democracia, o que também pode ser visto em restrições, constrangimentos e até manipulações das formas de participação popular nas decisões e na falta de controle ambiental. Observa-se, então, que tais processos estão associados a violações dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que o contexto em que se insere e que caracteriza o neoextrativismo é o do capitalismo não apenas globalizado, mas financeirizado. De acordo com José Carlos Braga, a financeirização se constitui um modo de ser do capitalismo contemporâneo, sendo padrão sistêmico de riqueza, que envolve a totalidade dos atores relevantes das economias numa orientação de gestão, definição e realização da riqueza pela lógica de um cálculo financeiro geral, abrangendo operações com ativos financeiros e não financeiros (PRATES *et. al.*, 2017). Nesse contexto, é recorrente que as grandes empresas adotem uma estratégia financeirizada e voltada especialmente para a maximização do valor de seus acionistas – sendo que a evolução dos preços das ações da empresa condiciona a remuneração de seus diretores –, em detrimento dos benefícios e interesses da sociedade, de seus próprios funcionários, fornecedores ou do governo.

Para Gudynas (2018), a voracidade da globalização explica que as atividades extrativistas sejam a maior causa dos impactos ambientais e territoriais na América Latina atualmente. No entanto, o caráter dependente global desses países, muito subordinado aos mercados internacionais, dificulta o manejo da situação pelos governos, contribuindo para que sigam protegendo os extrativismos, que são localmente ancorados, mas dependem da globalização (GUDYNAS, 2018). Nesse âmbito, a dimensão financeira atua sobre e dita a própria dinâmica de exploração das *commodities*, sendo determinante nas variações de seus preços internacionais.

De acordo com Svampa (2019a; 2019b), o modelo atual de acumulação, do neoextrativismo, se relaciona com as reformas do capitalismo neoliberal e financeiro, iniciadas na década de 1990 e aprofundadas após a crise de 2008, a qual agravou as desigualdades sociais.

Ademais, quando os preços internacionais das *commodities* declinaram pelo ano de 2013, o modelo neoextrativista foi aprofundado, inclusive com aumento da presença chinesa, com a qual a América Latina estabelece vínculos econômicos e socioecológicos crescentemente desiguais (SVAMPA, 2019b).

Nesse cenário, verifica-se que o comércio internacional de natureza desigual e injusta foi agravando os conflitos socioambientais (PORTO; MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Num mundo globalizado e cada vez mais interligado, se configura um comércio ecologicamente desigual entre o Norte e o Sul globais no século XXI, quando se dá um aumento sem precedentes no consumo material e energético (SAES, 2017). Se coloca que há, portanto, um fluxo assimétrico de recursos biofísicos rumo aos países que apresentam um padrão de consumo já elevado, sendo que parte significativa dos custos e impactos ambientais permanece nos países exportadores de *commodities*, majoritariamente do Sul (SAES, 2017; MARTÍNEZ-ALIER, 2008).

O fato de o local e o global estarem cada vez mais ligados (PORTO; MARTÍNEZ-ALIER, 2007) se aplica às ações com impactos ambientais e aos elementos que configuram os conflitos socioambientais, que atravessam fronteiras, ao mesmo tempo que apresentam conformações locais. Dessa forma, para compreender tais questões, é necessário analisá-las numa perspectiva multiescalar e integrada. Nesse sentido, pode-se dizer que as desigualdades vinculadas aos padrões de desenvolvimento, produção e comércio predominantes concentram suas principais cargas de danos nas populações mais pobres e marginalizadas socialmente (PORTO; MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Tal fenômeno se configura como uma forma de injustiça que deve ser observada pelo prisma que é tanto social quanto ambiental, por conta de seu intrincamento, nas lutas pelo que corresponderia à denominada justiça socioambiental.

Diante do exposto, observa-se que o caráter predatório da exploração das *commodities* se articula a seu vínculo subordinado à esfera financeira do capital. Nesse sentido, se interconectam as violações do direito à terra e ao território e a financeirização da natureza (BARRETO; TURA, 2016), entendida como “[...] um processo de reconfiguração ontológica por meio do qual diferentes qualidades da natureza e da produção baseada em recursos são traduzidas em uma forma de valor financeiro a ser negociado em mercados especializados” (OUMA; JOHNSON; BIGGER, 2018, p. 501, tradução nossa). De acordo com Barreto e Tura (2016), nessa dinâmica, as decisões sobre a gestão dos bens comuns “[...] passam a ser formuladas em searas cada vez mais distanciadas das populações que os manejam, significam e preservam para a reprodução de sua própria existência [...]” (BARRETO; TURA, 2016, p.

25) e, além dos elementos naturais, os próprios direitos, modos de produzir e viver são mercantilizados e passíveis de serem transacionados e apropriados de forma privada.

Nesse contexto dos extrativismos do século XXI, a visão dominante sobre os territórios, então, passou a se alinhar mais estritamente ao modelo de desenvolvimento dominante, aos interesses do capital (SVAMPA, 2019a; 2019b). Na defesa da ideologia do progresso, que traz consigo uma noção linear e homogeneizante, territórios que contêm bens valorizados pelo capital são recorrentemente caracterizados como “vazio demográfico”, como reserva de recursos inesgotável, têm suas comunidades invisibilizadas, suas economias regionais desvalorizadas ou suas crises intensificadas, e todo um discurso lhes atribui um caráter de ociosidade, improdutividade e ineficiência, favorecendo e legitimando sua ocupação por grandes empreendimentos (SVAMPA, 2019a; 2019b).

De modo mais geral, quanto ao neoextrativismo nos diferentes países da América Latina, Burchardt (2016) aponta três dinâmicas regionais: a dos países andinos, como Equador, Venezuela, Peru, Chile e Bolívia, com certa tendência à monoprodução e historicamente uma proporção alta de renda derivada das *commodities*; o México e a América Central, que não apostavam tanto no extrativismo, mas avançaram nesse sentido; e os países de economia mais diversificada, cuja importância do extrativismo aumenta, como seria o caso do Brasil, com a mineração, a soja e o petróleo (SVAMPA, 2019a).

Saes (2017), no que se refere ao neoextrativismo brasileiro, aponta que a dinâmica da economia nacional nos governos petistas não se resumiu a esse padrão de acumulação, que não era o foco central *a priori*. Porém, os “setores neoextrativistas” acabaram sendo importantes no período, complementando estratégias de desenvolvimento diante do intenso crescimento da demanda asiática, constituindo-se como um dos fatores de ampliação da demanda efetiva e contribuindo para a minimização da restrição externa ao crescimento (SAES, 2017). Também se destacaram os problemas decorrentes da reversão do ciclo de preços das *commodities*, e o reflexo da intensificação neoextrativista na exacerbação dos impactos e conflitos ambientais (SAES, 2017).

2.2 Rentismo-neoextrativismo: a economia brasileira em ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado

Caracterizando o padrão de acumulação capitalista dominante na América Latina como rentista-neoextrativista, Carvalho, Milanez e Guerra (2018) examinam a versão brasileira desse

modelo, que tem como elementos centrais a financeirização dependente e o extrativismo intensivo de riquezas. Os autores apontam para um aprofundamento das transformações no capitalismo, a partir do final do século XX e nesse começo do século XXI, associadas ao intenso desenvolvimento científico e tecnológico que, no entanto, se mostraria desvinculado das necessidades humanas e da ética do bem viver e do cuidado (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

No contexto do capitalismo financeirizado, Carvalho, Milanez e Guerra (2018) analisam o Brasil contemporâneo tendo em vista os percursos de sua experiência de ajuste a essa ordem, desde 1990, delineada por sua inserção ativa e subordinada na acumulação rentista. Nesse sentido, o país teria se configurado como plataforma emergente de valorização financeira e como exportador de *commodities*, caracterizando sua dependência redobrada (PAULANI, 2012) nos movimentos de acumulação do capital em nível global, nessa “intrincada relação entre extrativismo e mercado financeiro”, que constitui um arranjo de risco, conforme apontado pelos autores (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Em sua análise do rentismo-neoextrativismo, Carvalho, Milanez e Guerra (2018) contextualizam a configuração do cenário brasileiro ao final do século XX, em que se dá a “confluência complexa e contraditória” de dois processos de distintas perspectivas sociopolíticas. Por um lado, verifica-se o advento da democratização na década de 1980, que estabelece o Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito e atua no sentido de expandir os direitos sociais, promulgando a Constituição Federal de 1988 (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Por outro, a partir de 1990, observa-se a entrada tardia e intensiva do país no ciclo de ajuste estrutural latino-americano ao capitalismo financeirizado, o qual submete o Estado a seus ditames de expansão, fazendo prevalecer um Estado ajustador, como colocado por Carvalho (1999), que se amplia pelo mercado e intervém ativamente no sentido de “[...] viabilizar as exigências e condições impostas pelos segmentos do capital e organismos multilaterais, no processo de ajuste” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 22). Trata-se do “Estado que ajusta e se ajusta às exigências de expansão do capital” (CARVALHO, 1999 *apud* CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 22). Sendo assim, os autores destacam as tensões constituintes desse cenário, já que esse segundo processo atua no sentido de fragilizar o Estado democrático, limitando a democracia brasileira.

Diante das inflexões no padrão de ajuste brasileiro no contexto da financeirização e considerando as peculiaridades no modelo rentista-neoextrativista, Carvalho, Milanez e Guerra (2018) delineiam cinco “ciclos de ajuste” ao longo do período de 1990 a 2017-2018. O primeiro

deles, “ciclo de estabilização da economia”, abrange os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002). Segundo os autores, trata-se de um ciclo marcado pela “[...] inserção ativa e dependente no capitalismo financeirizado, atada à agenda estratégica do Consenso de Washington e a seus pilares neoliberais [...]” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 23), com a “submissão aos ditames das políticas de ajuste, estabelecidos pelos centros hegemônicos” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 23) e foco nas vantagens comparativas da economia, no “crescimento para fora” com ênfase na exportação de *commodities*. O governo Fernando Henrique Cardoso teria assumido o neoliberalismo como programa de governo e construído as condições para ingresso ativo do país na era da financeirização (PAULANI, 2015), a despeito de forte oposição por parte de diversas formas de lutas sociais (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Com o acirramento das contradições desse modelo de ajuste neoliberal e a ascensão dos governos progressistas na América Latina, dá-se início ao “ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas” no Brasil, no primeiro e em parte do segundo governo Lula (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Segundo Carvalho, Milanez e Guerra (2018), se mantém e aperfeiçoa a política macroeconômica de ajuste do período Fernando Henrique Cardoso e “persiste o modelo de ajuste dominado pela lógica do capital financeiro, em composições orgânicas com os setores exportadores, sobretudo na área de *commodities* agrícolas e minerais” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 25), com o esforço no sentido de garantir que a economia brasileira estivesse inserida nos circuitos globais de acumulação. Em paralelo a isso, adotam-se políticas de enfrentamento à pobreza e expansão do consumo de massas, em um contexto de pretensa conciliação de classes, a qual se segue até o governo Dilma e compõe um cenário de tensões persistentes (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

No “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimento”, o terceiro ciclo de ajustes referido pelos autores, que vai da segunda metade do segundo governo Lula até o primeiro governo Dilma, o núcleo duro da política de ajuste é mantido, ao mesmo tempo em que se observa uma inflexão na política econômica rumo a uma dimensão mais heterodoxa, em especial nesse mandato de Dilma (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Entretanto, sobre a pretensão neodesenvolvimentista, acabam prevalecendo os interesses do financismo, dos setores rentistas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

De acordo com os autores, no cenário de recessão econômica mundial, especialmente nos anos de 2011 e 2012, o Brasil teria consolidado sua inserção ativa e dependente no movimento global da acumulação capitalista sob dominância financeira, com o modelo rentista-neoextrativista (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Com a crise estrutural do capital e suas manifestações no Brasil, oposições conservadoras e atreladas ao sistema financeiro exercem intensas pressões sobre o governo Dilma, que começaria uma virada programática para tentar atender às propostas do financismo de combate à crise (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Assim, seu segundo mandato adota uma posição muito favorável ao rentismo, num quarto ciclo de ajustes, inclusive por meio do esforço para materializar os mecanismos de ajuste fiscal propostos pela oposição, constituindo o ciclo de “retomada da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Em um contexto de crise econômica e política, forças concorreram para culminar na retirada da presidenta eleita de seu mandato, como mostram Carvalho, Milanez e Guerra (2018), deflagrando o que identificam como um quinto ciclo de ajustes, com “submissão radical ao financismo e desmonte de direitos pela via do golpe”. Sob o governo de Michel Temer, caracteriza-se por processos intensivos de neoliberalização, radicalização conservadora sob a égide do rentismo, imposição de um Estado conservador e autoritário submetido aos interesses do financismo, cuja lógica de dominância passou a ser introduzida mais marcadamente na Constituição Federal, e, com isso, um aumento da austeridade com os gastos em políticas públicas, seu desmonte especialmente quanto à seguridade social, e amplo retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Segundo os autores, nesse novo momento há um processo de aprofundamento de “uma política de espoliação de direitos, das riquezas nacionais, do fundo público, das políticas públicas, intensificando a superexploração da força de trabalho no Brasil” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 28).

De acordo com Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020), a política liberal de desenvolvimento do governo Temer se aproximaria de um neoextrativismo conservador, no sentido da construção de uma agenda de retração da atuação estatal e maior subordinação aos interesses do mercado, com privatizações, flexibilização de legislações trabalhistas e ambientais, maior participação empresarial na gestão pública, menor espaço para participação da sociedade civil organizada nas decisões políticas, limitando esse diálogo e o debate público. Tal direcionamento seria incorporado, aprofundado e acelerado pelo governo Bolsonaro, o que

pode ser visto inclusive no projeto político-econômico de ajuste fiscal (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020).

Relações rentistas-neoextrativistas

Carvalho, Milanez e Guerra (2018) apontam que, desde o final da década de 1990, pode ser observado um aumento da importância dos produtos intensivos em recursos naturais na economia dos países latino-americanos, entre eles, o Brasil, em parte devido a elevação de preços internacionais a partir de 2003. De acordo com os autores, o crescimento da participação dos produtos intensivos em recursos naturais no PIB do país teria se dado, principalmente, em razão do processo de reprimarização de sua pauta exportadora (MILANEZ; SANTOS, 2015 *apud* CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018). Dados físicos da produção dos setores extrativistas brasileiros entre 2000 e 2015, como da extração de minério de ferro, bauxita, produção de soja e milho mostram um crescimento expressivo desses setores extrativistas em toneladas. (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Em meio ao processo de inserção regressiva da pauta exportadora, os autores também destacam a diminuição de sua diversificação e uma dependência cada vez maior da balança comercial quanto a poucos produtos (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

De acordo com Carvalho, Milanez e Guerra (2018, p. 36), os “[...] processos de expansão e retração, próprios da economia dos recursos naturais, tendem a se tornar mais frequentes e extremos, em contextos de forte especulação financeira sobre as *commodities*, no mercado de capitais”. Além disso, colocam que um processo crescente de financeirização do setor de *commodities* estaria aumentando sua relação com o mercado financeiro (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Tal relação estaria sendo estabelecida por meio das negociações no mercado futuro de *commodities*, envolvendo especialmente produtores de *commodities* agrícolas, na busca por minimizar riscos atrelados a atividades de ciclos de produção mais longos (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

No contexto da financeirização, com o fim dos principais Acordos Internacionais de *Commodities* na década de 1980, verificou-se um cenário de maior volatilidade e, então, de oportunidade de ganhos financeiros acima da média, em especial com os derivativos (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Isso incentivou a entrada de especuladores, que acabou por ampliar a relação entre setor de *commodities* e mercados derivativos, em meio à emergência de instrumentos de especulação sobre os preços futuros das *commodities*

(NISSANKE, 2012 *apud* CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Assim, o mercado de *commodities* vai se tornando disponível a um maior número de agentes financeiros e especuladores, que passam a interagir com o mercado de *commodities*, tornando-o mais sujeito a pressões em sentidos diversos (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Com isso, pode-se dizer que “[...] os preços futuros das *commodities* são definidos a partir de vários aspectos não necessariamente relacionados com os fundamentos do mercado” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 39), com sua configuração de oferta e demanda. Carvalho, Milanez e Guerra (2018) argumentam que “[...] de modo crescente, o mercado financeiro e as motivações rentistas vêm influenciando o comportamento das *commodities* e deixando países como o Brasil duplamente reféns do sistema financeiro” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 41).

A intensidade do *boom* das *commodities* no mercado global nos anos 2000 estaria associada, além da rápida inserção chinesa e sua demanda no mercado internacional, ao crescimento considerável dos recursos mobilizados pelo mercado financeiro nesses anos (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Cabe explicitar que esse período de *boom* teve início por volta de 2003 e 2004, terminando em 2011 e até 2012, afetando as *commodities* agrícolas e, sobretudo, minerais, que passaram por valorização e desvalorização mais intensas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Essa movimentação acaba por impactar a economia brasileira, subordinada ao modelo rentista-neoextrativista, assim como o comportamento de suas empresas, do governo e da sociedade (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Neoextrativismo ultraliberal marginal

Em sua análise especialmente acerca da política mineral do governo Bolsonaro no primeiro ano e meio de governo, Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020) apontam que o Brasil segue na expansão do modelo de desenvolvimento neoextrativista, com o consequente aprofundamento da reprimarização da pauta exportadora. Tal modelo de desenvolvimento, em implementação sob a gestão Bolsonaro, mantém o projeto econômico, político e corporativo da reprodução do capital em meio a globalização neoliberal (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020).

Para além da continuidade da orientação para exploração rápida e massiva das riquezas naturais para exportação, observa-se um processo de intensificação da agenda econômica liberal

e conservadora do governo Temer, que passa, no governo Bolsonaro, a ter um caráter ultraliberal, o que “[...] reflete o apoio do tradicional bloco político-econômico do agro-minero-petro-negócio, associado ao capital financeiro rentista nacional e internacional (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020, p. 591). Como afirmam os autores, o foco da proposta política do novo governo para a mineração seria o avanço sobre os recursos minerais não disponíveis ao mercado de forma legal, a abertura de novas áreas de exploração em terras indígenas, unidades de conservação, faixa de fronteira ou em posse de entes estatais, por exemplo (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020).

Nesse sentido, se configuraria um modelo com bases no aprofundamento de desregulação e da entrega de reservas e ativos públicos para corporações privadas, com instituições públicas associadas à política mineral ocupadas por um bloco militar-jurídico-policial e postas a serviço de interesses corporativos, diante da implantação de medidas para acelerar as concessões minerais, da venda de ativos minerários em poder do Estado, além da flexibilização da legislação ambiental (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020). Ademais, Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020) destacam que são almejadas “novas frentes de acumulação do capital via mercado financeiro, com regularização de título minerário como garantia financeira e estímulos à formação de fundos de investimento para pesquisa e a extração mineral” (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020, p. 591).

Outro novo aspecto trazido pelo modelo neoextrativista bolsonarista apontado pelos autores seria seu viés marginal. Essa atribuição se explicaria pela mobilização, por parte do governo de Jair Bolsonaro, de práticas e discursos com propósitos antidemocráticos, eco-etnocidas e criminosos, por meio da promoção de inconstitucionalidades, permissividade com ações ilegais e conivência com crime, em paralelo à ausência de diálogo com diferentes setores da sociedade, ameaças a opositores, instituições da república e direitos dos trabalhadores e das minorias, imposição de discursos autoritários fundamentados em notícias falsas ou carentes de embasamento, demonstrando, ainda, sua feição violenta contra territórios e povos da terra, das águas e das florestas (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020).

2.3 A Amazônia brasileira diante do neoextrativismo

Como foi observado, há uma profunda contradição entre os processos de democratização e de inserção do Brasil no ciclo de ajuste estrutural latino-americano ao capitalismo financeirizado no fim do século XX (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Reconhecendo-se esse aspecto, Castro (2017, p. 26) aponta, ainda, para o paradoxo entre a legislação ambiental avançada, com a aprovação de dispositivos legais e institucionais, e o avanço da fronteira do capital na Amazônia. Tal paradoxo estaria visível nas dinâmicas recentes do Brasil a partir do século XXI, impossibilitando a manutenção da floresta em pé (CASTRO, 2017, p. 26). Nesse contexto, tem-se, ainda, o paradoxo do “reconhecimento de direitos à terra como bem comum, de povos indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo que financia o avanço rápido da pecuária, das plantações de soja e dos megaempreendimentos em direção a esses territórios” (CASTRO, 2017, p. 26).

No contexto do capitalismo globalizado e financeirizado, verificou-se processos de intensificação da competição, concentração e centralização de capital, e a retomada, nos países latino-americanos, de “[...] programas desenvolvimentistas na formulação de políticas nacionais, marcada por processos de reestruturação econômica neoliberal” (CASTRO, 2017, p. 22). A “conjuntura internacional favorável à exploração e exportação de *commodities* agrominerais e semi-industrializadas” (WANDERLEY, 2016, p. 33), por sua vez, se colocou como fator central de transformação para a Amazônia, impulsionando a expansão do capital extrativo sobre a região (WANDERLEY, 2016, p. 33).

Diante desse cenário, na análise do contexto amazônico e de sua alteração territorial recente – decorrente das mudanças na economia e na sociedade nas últimas décadas –, é importante ter em vista a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, para compreensão dos fluxos transnacionais, bem como da pressão de estruturas e agentes econômicos sobre a natureza, vista na forma de recursos (CASTRO, 2017, p. 19).

De acordo com Castro (2017, p. 19), o Estado retoma os processos de intervenção por meio do planejamento do desenvolvimento com foco no agenciamento de grandes grupos nacionais e internacionais, destacando-se os fortes investimentos em infraestrutura dos projetos neodesenvolvimentistas, impulsionados pelas políticas nacionais para a Amazônia nas últimas décadas. Esse movimento sinalizaria “um novo momento de expansão mais rápida do capital comprometido com a produção intensiva de *commodities* agrícolas e minerais, entre outras de uso intenso de recursos naturais e com baixíssimo, ou nenhum, investimento para integração vertical de valor agregado” (CASTRO, 2017, p. 19). Diante disso, verifica-se que o Brasil “priorizou as políticas de incentivo à produção e exportação de *commodities* e aposta ainda, de forma determinante, no crescimento do *agrobusiness* e do mercado exportador de alimentos” (CASTRO, 2017, p. 20).

Castro (2017, p. 20) destaca um cenário de ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e dos mercados, vista por meio das ações estatais, com suas estratégias conjugadas sobre o território, bem como dos agentes econômicos sobre a Amazônia. Com isso, a Amazônia assume centralidade na geopolítica brasileira e sul-americana, seja no âmbito dos Estados, que a tem como um espaço estratégico de integração, seja no das grandes empresas e corporações, com maiores interesses sobre a região (CASTRO, 2017, p. 21).

No caso das empresas nacionais e internacionais, se reforçam estratégias de apropriação de terras e recursos, seja para uso e investimento imediatos ou reserva de valor, de nichos de mercado (CASTRO, 2017, p. 20; CASTRO, 2012, p. 55). Ainda mais explicitamente nas políticas governamentais, brasileiras e dos demais países que abrangem a região amazônica, Castro aponta que está em jogo “[...] a ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, essa imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e rico potencial mineral, hídrico e de biodiversidade” (CASTRO, 2017, p. 21).

Nesse contexto,

Os interesses econômicos mundiais sobre os recursos naturais de solo e subsolo têm levado, continuamente, ao aumento das pressões sobre os territórios mais preservados no mundo, como é o caso da Amazônia com maior incidência de terras agriculturáveis, de florestas com rica biodiversidade e água abundante. Os espaços transfronteiriços, para além, portanto, da Amazônia brasileira, tornaram-se áreas de expansão de mercado, cujos interesses promovem alianças e disputas por empresas de diversos setores econômicos, e das políticas governamentais com os grandes projetos de infraestrutura de transporte e energia (CASTRO, 2017, p. 22)

Diante disso, as políticas nacionais brasileiras estiveram articuladas, associadas, com as políticas em âmbito sul-americano, o que pode ser observado no caso dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (CASTRO, 2012; 2017). Para Castro (2012, p. 50; 2017, p. 45-46), parecem coordenados e complementares, já que ambos foram construídos na mesma orientação, de integração competitiva, com um modelo de modernização conservadora baseada nos megaprojetos de investimentos em infraestrutura, articulados pela concepção de eixos de integração e desenvolvimento. Tanto a IIRSA quanto o PAC se voltavam a projetos de logística de transporte, energia e comunicação (CASTRO, 2012, p. 46).

Na concepção da IIRSA, se reconhecia a importância central da infraestrutura física para integração sul-americana, apontada por Castro (2012, p. 46-47) como um dos principais objetivos das estratégias políticas e econômicas dos governos da região e elemento central da

política externa brasileira. Segundo Castro (2012, p. 46), os governos dos países sul-americanos consideravam que a IIRSA possibilitaria sua maior competitividade e condições mais vantajosas no mercado internacional. A autora coloca que o conceito de integração pertinente a essa perspectiva pressupunha ações estatais em âmbito supranacional, sem que se valorizasse “[...] os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras, marcados por populações que ali vivem e têm suas práticas ancoradas em uma dada ordem social e econômica” (CASTRO, 2012, p. 47).

De acordo com Castro (2012, p. 47), a noção de território que passa a ser retomada no planejamento nacional a partir do final dos anos 1990 tem o espaço como desconectado de valores, lugares, tradições, passando a ser regido por relações econômicas e políticas, com o protagonismo dos agentes do mercado. Na visão da autora, realizar essa desconexão teria se tornado um desafio para as corporações e para o Estado por meio das políticas que contrariam interesses locais, dos grupos que vivem na Amazônia, em benefício dos interesses do mercado (CASTRO, 2012, p. 47-48).

Nesse contexto, Castro (2012, p. 48) coloca que os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento passam a constituir a matriz do planejamento e da intervenção dos governos brasileiros desde o final da década de 1990, por meio do Plano Brasil em Ação (1996-1999) e do Avança Brasil (2000-2003) nos governos de Fernando Henrique Cardoso e nos Planos Plurianuais a partir de então. Segundo a autora, esses Eixos “[...] pressupõem uma visão geográfica de domínio e controle dos territórios” (CASTRO, 2012, p. 48) e “[...] seguem um perfil de intervenção consagrado em décadas anteriores por meio dos polos de desenvolvimento, de regionalização ou dos grandes projetos geopoliticamente referenciados” (CASTRO, 2012, p. 48). Conforme afirma a autora, o PAC “[...] retoma a experiência do planejamento da década de 70 para a Amazônia e projeta, para essa região, uma modernização com base na produção de *commodities* dos setores pecuária, madeira, grãos, minérios e energia” (CASTRO, 2012, p. 48).

De acordo com Castro (2017, p. 28), “a política nacional de infraestrutura tornou-se central no atual modelo de crescimento econômico do país”, com parte significativa dos investimentos destinados à Amazônia. Nesse contexto, cabe destacar que

As obras de infraestrutura constituem um recurso estratégico de gestão por mobilizar recursos importantes, acionar parcerias e gerar emprego com relativa rapidez. Mas é, ao mesmo tempo, uma política territorial com fortes impactos na reconfiguração do espaço. O governo brasileiro, a partir de 2007, formulou, com base na “visão de futuro”, planos e programas voltados à

infraestrutura com investimentos massivos nos setores elétrico, transporte e terminais portuários, objetivando acelerar o crescimento econômico (CASTRO, 2017, p. 28).

No que tange aos projetos para geração de energia, destaca-se a construção de hidrelétricas na Amazônia, “[...] destinadas a servir às dinâmicas econômicas de diversas regiões do país e reduzir o custo das *commodities* minerais e agrícolas, com a energia nelas embutidas, transportadas aos Estados Unidos, Europa e países asiáticos” (CASTRO, 2017, p. 31). Castro (2017, p. 31) coloca que as obras de hidrelétricas compõem um novo ciclo de ocupação colonial da Amazônia, e que a pressão do setor minerometalúrgico, consumidor intensivo de energia, estaria contribuindo à visão autoritária de considerar os rios amazônicos como prioridade energética (CASTRO, 2017, p. 31).

Nesse sentido, cabe ressaltar que “as mega-hidrelétricas ali construídas são intervenções que atuam no local, que deixam impactos sociais e ambientais irreversíveis, mas os benefícios do processo de acumulação do capital se realizam fora, no ‘ambiente econômico’ de outros territórios” (CASTRO, 2017, p. 33). Além de não contribuírem para o desenvolvimento da região ao seu entorno, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas ou o barateamento da energia, as hidrelétricas trazem consigo deslocamentos compulsórios de trabalhadores, inclusive, de povos indígenas, devastação de ecossistemas, desmatamento, conflitos, violência e pobreza (CASTRO, 2017, p. 31-32). Em meio a isso, movimentos de resistência por parte de grupos locais, em áreas urbanas e rurais, indígenas, tentam impedir a barragem dos rios e sua poluição, tendo em vista a gestão coletiva da água (CASTRO, 2017, p. 32).

No que tange aos projetos de infraestrutura de transportes, se destacam tendo em vista os objetivos de viabilização da ligação física do Atlântico ao Pacífico e de incorporação de novos territórios ao mercado de terras, conforme colocado por Castro (2017, p. 21). A preocupação insistente em saídas pelos dois oceanos é motivada pelo foco no mercado dos países asiáticos e, então, pela necessidade dos corredores de transporte, com conectividade e ligações intermodais, para redução de custos, aumento de rentabilidade e competitividade nacionais e globais (CASTRO, 2012, p. 49; CASTRO, 2017, p. 53). Nesse sentido, os tempos e usos dos territórios acabam sendo pautados e regulados por esse mercado externo, altamente competitivo (CASTRO, 2012, p. 49). Na política de transportes que se baseia no PAC, têm papel importante os investimentos para viabilização da navegação e do transporte fluvial (CASTRO, 2017, p. 33). Com isso,

Os rios da Amazônia tornaram-se um novo espaço de interesse de mercado, seja de empresas de mineração, do agronegócio, de transporte de cargas ou de

uma série de outras atividades empresariais mobilizadas pelas grandes obras de infraestrutura, entre elas, com destaque, os terminais portuários. O tempo e a rapidez na instalação de empreendimentos minerais, na montagem de logísticas de transporte, na construção de terminais portuários, é impressionante pelo poder de transformação observada nos territórios. Grandes rios como o Amazonas, o Tocantins, o Xingu, o Madeira e o Tapajós, responsáveis pela capilaridade de uma extensa rede hidrográfica em imenso território de floresta, com uma história de ocupação milenar, tornaram-se territórios redefinidos pelas políticas nacionais e interesses dos grupos econômicos do setor mineral, do agronegócio, do papel e celulose e da pecuária, como se fossem territórios vazios (CASTRO, 2017, p. 33).

De acordo com Castro,

No Brasil, o conjunto de instrumentos que compõem o sistema de planejamento tem reforçado projetos para os estados com grandes faixas de fronteira – como Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas –, não apenas por razões de defesa territorial e segurança, mas também por razões de ordem econômica. Amplia-se, assim, a intervenção do Estado e o ordenamento dos espaços amazônicos. Trata-se de um projeto, acima de tudo, de grandes impactos sociais e ambientais, por ser amplo, totalizante, hegemônico e autoritário (CASTRO, 2012, p. 50-51).

No âmbito dos planos de desenvolvimento regional, “as novas fronteiras elétrica, mineral, madeireira e agropecuária se difundem, inclusive transfronteiriças, norteadas por eixos intermodais de infraestrutura rodo-ferro-hidroviária” (WANDERLEY, 2016, p. 34). No que tange à mineração industrial, apontada por Wanderley (2016, p. 33) como um grande fator de mudança regional, se intensificam pesquisa, exploração e a implantação de novos empreendimentos, abrigando a região amazônica grandes e médios projetos, que exigem densa infraestrutura para extração e escoamento, muitas vezes financiada por bancos estatais.

Wanderley (2016, p. 33) indica, também, o avanço da fronteira agrícola, se colocando, principalmente, por meio do monocultivo da soja associada ao milho, que se expandia sobre terras recém-desmatadas especialmente nos estados Mato Grosso, Tocantins, Pará, Rondônia e Maranhão. Segundo o autor, essa expansão da agricultura de grão para o norte do Brasil pressionou os governos a “[...] promoverem, incentivarem e aprovarem o incremento da infraestrutura logística para exportação [...]” (WANDERLEY, 2016, p. 33), aprimorando e ampliando o sistema de transporte, intermodal.

Nesse cenário, Becker (2013, p. 111) aponta para a expansão do “imenso cinturão boi-soja” sobre a Amazônia. A Amazônia se consolidava como grande produtora de carne para os mercados nacionais e internacionais, com financiamento público e subsídios, diante da expressiva ampliação da capacidade industrial instalada em seus municípios (BECKER, 2013, p. 110). A pecuária é acompanhada pelo extrativismo madeireiro que, como colocado por

Becker (2013, p. 111), a precede e acompanha, tornando-se vetores da expansão da fronteira. Nesse contexto,

Acelera-se o avanço da pecuária extensiva a partir do sul do Pará, norte do Mato Grosso, Rondônia até o sul do Acre que, em associação com o extrativismo madeireiro expande a fronteira para o interior do Pará – a partir de São Felix do Xingu em direção à Terra do Meio e do norte do Mato Grosso pela estrada Cuiabá-Santarém, tendendo as duas frentes a se encontrarem. E, sinalizando o caminho do boi, o extrativismo madeireiro avança à frente pelos afluentes da margem direita do Rio Amazonas, no Estado do mesmo nome. Não mais através do corte raso das árvores, isto é, do desflorestamento propriamente dito, mas por degradação da floresta, cortando árvores até menos de 50% do dossel para que o processo não seja detectado por satélites (BECKER, 2013, p. 110).

Diante disso, portanto, pode-se observar que as ações do Estado tiveram foco em atender a interesses do mercado e promover o crescimento econômico com base principalmente nas *commodities* agrícolas e minerais (CASTRO, 2017, p. 35). Para isso, Castro (2017, p. 39) aponta que se optou pela solução mais tradicional de desenvolvimento, “a construção de grandes obras de infraestrutura supervalorizando os benefícios do desenvolvimento” (CASTRO, 2017, p. 39), o que acaba se revelando ineficaz social e ambientalmente. A autora afirma que, por meio dessas obras, o Estado assegurou a implantação de grandes grupos empresariais, da mineração, da pecuária, da exploração madeireira, da agricultura mecanizada (CASTRO, 2012, p. 49).

Em meio a essa estratégia nacional e continental, o Brasil desempenha papel central, com obras não só em seu território, mas articulando e financiando projetos nos países amazônicos vizinhos, com o BNDES, e atuando neles por meio de suas empresas como a Petrobras e a Vale (CASTRO, 2012). Nesse sentido, Castro afirma que, diante dos objetivos do Brasil de se tornar um gigante das *commodities* agrícolas e minerais, a Pan-Amazônia se torna central. Além dos megaprojetos de infraestrutura no âmbito dos transportes, da energia e da comunicação, bases do PAC I e II e da IIRSA, tem-se a monocultura de eucalipto, dendê e soja, além do extrativismo mineral, se impondo junto ao avanço da fronteira hidrelétrica (CASTRO, 2017, p. 23).

Conforme aponta Castro, estratégias como o PAC e a IIRSA “baseiam-se no mercado global, nos padrões de competitividade e de produtividade que seguem lógicas econômicas e nos processos de produção que obedecem a agendas de diferentes empresas em redes de clientes, de fornecedores ou consumidores” (CASTRO, 2012, p. 49).

Enquanto isso,

Vemos comunidades inteiras serem ameaçadas e expulsas de suas terras de antiga ocupação, processos que atravessam os países da Pan-Amazônia, empurradas de seus territórios, impossibilitadas de manter seus modos de vida, vendo se instalarem ali grandes siderúrgicas, portos, hidrelétricas, estradas e gasodutos, impostos sem respeito à ancestralidade da ocupação, aos impactos ambientais e aos conflitos provocados, utilizando discursos de legitimidade justificada pela relevância para o crescimento do país; garantem o avanço do capital nacional e internacional representado nas grandes empresas apoiadas pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) econômico. A linha estratégica conservadora é a construção de grandes obras, com volumosos investimentos em infraestrutura (CASTRO, 2017, p. 39).

Em meados da década de 2000, Becker (2005, p. 74) já coloca a Amazônia como fronteira do capital natural em nível global, na qual se identifica, além do projeto de integração da Amazônia sul-americana, o projeto internacional para a Amazônia. Esse segundo projeto seria o que reavalia e revaloriza a natureza a partir de duas lógicas: a civilizatória ou cultural, de uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida; e a da acumulação, que considera a natureza como recurso escasso ou reserva de valor para realização de capital futuro, no que se refere ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço tecnológico, mas, também, à água, por exemplo (BECKER, 2005, p. 74). Em meio a isso, verifica-se em curso na Amazônia o processo de mercantilização da natureza (BECKER, 2005, p. 77). Como atores envolvidos no projeto internacional para a Amazônia, Becker (2005, p. 78) destaca organizações não-governamentais nacionais e internacionais, movimentos ambientalistas, organizações religiosas, empresas como as focadas no sequestro de carbono e em madeira certificada, bem como a cooperação internacional técnica, financeira ou científica em grandes projetos e as agências de desenvolvimento de governos estrangeiros.

Em sentido semelhante, Wanderley (2016, p. 30) aponta para duas formas de inserção da Amazônia no sistema-mundo contemporâneo do século XXI. A primeira delas seria a exploração de seus recursos naturais, na função de periferia de recursos constituída historicamente e fundadora da ideia da Amazônia como região (WANDERLEY, 2016, p. 30); e, a segunda, o “significado difuso e cada vez mais monetarizado de preservação da natureza” (WANDERLEY, 2016, p. 30), isto é, como fronteira destinada à preservação de biodiversidade para apropriação econômica sustentável e financeira ou para criar áreas de proteção à natureza, contando com repasses financeiros internacionais, programas e políticas públicas (WANDERLEY, 2016, p. 30). Segundo Wanderley (2016, p. 26), as fronteiras de expansão do capital permanecem ativas na Amazônia, não se restringindo aos recursos da terra, minério e energia, mas se estendendo a outros elementos naturais, da biodiversidade e das tradições locais,

como as sementes, as plantas, o carbono, a água, os conhecimentos tradicionais, a cultura popular, entre outros. O autor aponta, mencionando Becker, para uma diversificação econômica a partir dos interesses sobre o capital natural e cultural da Amazônia, que, mesmo incipiente, estimula a abertura de novas fronteiras aos agentes capitalistas.

No período mais recente, a Amazônia como fronteira tem sua dinâmica atrelada mais intensamente ao mercado internacional e seus movimentos, grande motivação para expansão de tal fronteira, e muito menos à conjuntura e ao mercado nacionais (LOUREIRO, 2012). Como apontam Loureiro (2012) e Castro (2012; 2017), a Amazônia se transformou em uma fronteira de *commodities*, com estímulo e apoio do Estado (LOUREIRO, 2012). Enquanto isso, “[...] a abertura e a expansão da fronteira em vários sentidos, simultaneamente, retiraram do Estado o já restrito controle que o mesmo tinha sobre a Amazônia” (LOUREIRO, 2012, p. 533). Como coloca Loureiro,

[...] a fronteira transformou-se, alargou-se em várias direções e assombra as populações amazônicas, ao se espalhar em vários sentidos, absorvendo terras e expulsando populações, desde Roraima, no extremo norte, estendendo-se pelos limites sul e sudoeste de Rondônia e Acre, adentrando pelo norte de Mato Grosso, envolvendo grande parte de Tocantins, o sul e o sudeste do Pará; e agora, penetrando o coração da Amazônia, quando sobe em direção ao centro do Pará (LOUREIRO, 2012, p. 533).

Loureiro (2012, p. 533) ainda aponta que as duas grandes obras de infraestrutura, penetrando o coração da Amazônia, da rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá) e a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, estavam, já em sua construção, intensificando a grilagem de terras e os conflitos sociais, tendo o primeiro empreendimento provocado a aceleração do desmatamento em uma área central da Amazônia.

A todo esse fenômeno não correspondeu, então, a melhoria das condições de vida das populações; pelo contrário, manteve-se um padrão de concentração de renda, miséria, superexploração do trabalho e exaustão da natureza, além de ter comprometido a multiculturalidade amazônica, levando a uma homogeneização das sociedades, violado os direitos humanos fundamentais das populações tradicionais e locais e gerado poucos empregos (LOUREIRO, 2012). Como expõe Becker (2013, p. 111), “este modelo, legado da história regional com novas roupagens, muito pouco beneficia a região; não gera emprego nem renda, são poucas as cadeias produtivas completas baseadas em recursos naturais [...]”.

E, finalmente, constata-se que o Estado brasileiro se vê enredado na complexidade dessa situação, e nela se comporta de forma oscilante e dúbia porque, ao mesmo tempo em que aspira a lucros cada vez maiores, decorrentes da produção de *commodities*, fere direitos humanos fundamentais das

populações locais e tradicionais, e ainda quando coloca as últimas em risco de desaparecer física ou culturalmente, ao menosprezar a rica multiculturalidade dos povos que povoam a Amazônia. Além disso, o Estado tem que enfrentar os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e sociais e das questões ambientais (LOUREIRO, 2012, p. 535).

Para Oliveira (2021, p. 83-84), a partir da última década do século XX, começa a se processar uma reorganização do espaço amazônico, em que “as terras habitadas pelos povos indígenas e populações tradicionais pareciam pela primeira vez estar deixando de ser um território livre para exploração empresarial” (OLIVEIRA, 2021, p. 83). Esse processo se deu, portanto, com o reconhecimento dos direitos das populações locais, indígenas, quilombolas e povos tradicionais, inclusive aos “recursos do meio ambiente”, e, então, a demarcação de terras indígenas, de territórios quilombolas e assentamentos rurais agroextrativistas, e a criação de unidades de conservação (OLIVEIRA, 2021; WANDERLEY, 2016). Como coloca Oliveira (2021, p. 83), com essa distinta forma de ocupação da Amazônia, resguardando populações locais e a natureza, ela foi se tornando uma fronteira parcialmente fechada, um lugar de reconhecimento, e não da negação dos direitos dessas populações.

No entanto, essa nova forma de ocupação permaneceu “[...] em disputa com aquela fronteira a ser livremente apropriada por interesses econômicos externos e explorada de forma predatória” (OLIVEIRA, 2021, p. 83). Em sentido semelhante, Wanderley (2016) já indicava que “[...] tais espaços sociais estão permanentemente sob pressão e cobiça, podendo, a qualquer momento, serem extintos ou acabarem incorporados à lógica de apropriação capitalista do espaço e dos recursos naturais, até mesmo por meio do incentivo ou da conivência do próprio Estado” (WANDERLEY, 2016, p. 38-39).

Então, nos últimos anos, se coloca mais fortemente a promessa de reabertura da fronteira amazônica, representada por Jair Bolsonaro, que tem compromisso político prioritário “[...] com a paralisia do processo de reconhecimento de direitos coletivos e com a desmontagem das estruturas e procedimentos que contribuíam para isso” (OLIVEIRA, 2021, p. 85). Para Oliveira (2021, p. 85), as performances políticas no governo atual se articulam com um projeto de reabertura da fronteira amazônica cujos objetivos e métodos são semelhantes aos praticados pela ditadura e, ainda, com uma retórica muito mais agressiva.

2.4 A Amazônia ilegal de Bolsonaro

Segundo Oliveira (2021, p. 85-86), o setor mais belicoso dos produtores de soja e do agronegócio reconheceram em Bolsonaro alguém que poderia defender seus interesses. Desse modo, “operou-se uma simbiótica identificação entre o candidato e aqueles setores mais extremados do agronegócio, que estavam financiando organizações para-militares para proteger suas fazendas e agir de maneira ilegal e violenta contra os seus oponentes” (OLIVEIRA, 2021, p. 86). Verifica-se, então, a reiteração de uma retórica de guerra, de extermínio de inimigos, em um governo que concebe o exercício do poder de forma estritamente patrimonial, considerando e atuando como se a estrutura estatal devesse se voltar exclusivamente a servir aos propósitos do dirigente (OLIVEIRA, 2021, p. 86).

O governo atuou nesse sentido por meio de diversas ações, como a transferência da atribuição de definir e demarcar terras indígenas da FUNAI para o INCRA – revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF); a tentativa de transferir a FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; utilizando de seu poder de nomear executores das políticas públicas substituindo indigenistas de carreira da FUNAI por pessoas sem experiência na questão indígena – processo que prosseguiu nas instâncias regionais e locais, com muitos cargos passando a ser ocupados por militares de baixa patente; e reduzindo fortemente ou desativando equipes que fiscalizavam invasões e desmatamento em terras indígenas (OLIVEIRA, 2021, p. 87). Esse movimento é acompanhado por uma tentativa, por meio da FUNAI, de facultar ao órgão “[...] reconhecer a legitimidade de propriedades particulares existentes dentro de terras indígenas” (OLIVEIRA, 2021, p. 89) – com a Instrução Normativa 09 – e de legitimar que “[...] viesse a arbitrar de forma soberana sobre a condição de indígena, decidindo livremente sobre as reivindicações que iria encaminhar, isso podendo aplicar-se ao reconhecimento de terras, ao estabelecimento de cotas para o ensino, ao censo nacional ou até ao fornecimento de vacinas para a COVID” (OLIVEIRA, 2021, p. 89).

Ademais, a prioridade do ex-ministro Ricardo Salles, durante sua administração do Ministério do Meio Ambiente, conforme apontada por Oliveira (2021, p. 88), era “[...] a agilização do licenciamento ambiental e a exploração dos recursos naturais, estando dirigido por interesses inteiramente colidentes com aqueles de seu mandato legal”. O ex-ministro foi acusado de promover o desmonte do sistema de proteção ambiental no Brasil, com forte redução nos recursos para fiscalização, punição de fiscais e alteração de normas de atuação, sendo afastado do cargo após uma queixa-crime no STF – por parte do Superintendente da Polícia

Federal do Amazonas, Alexandre Saraiva – acusando-o por organização criminosa e advocacia administrativa (OLIVEIRA, 2021, p. 88).

No período do governo Bolsonaro, funcionários que fiscalizavam invasões e desmatamento em terras indígenas foram frequentemente alvos de ameaças – além de deixados sem suporte dos órgãos federais para trabalhar –, aumentaram as ameaças de morte a indígenas, invasões de terras indígenas por empresas agroindustriais, madeireiros e garimpeiros, bem como o desmatamento na Amazônia, de forma exacerbada (OLIVEIRA, 2021, p. 87-88).

Como aponta Oliveira (2021, p. 89), “a expansão da soja, que era antes algo característico do centro-oeste, atualmente se expandiu em muitas outras direções, chegando com força na Amazônia Ocidental, no Pará, em Roraima e no Maranhão, disputando com os indígenas a utilização de seus territórios tradicionais”. O autor também destaca a regularização da mineração em terras indígenas como um fator de grande impacto e relevância para a fronteira amazônica (OLIVEIRA, 2021, p. 91). Nesse sentido, o governo Bolsonaro elaborou – e continua se esforçando e articulando para que seja aprovado – o projeto de lei PL 191, que visa estabelecer as condições para pesquisa e lavra de recursos minerais, aproveitamento hídrico de rios para geração de energia elétrica, exploração econômica por meio de agricultura, pecuária, extrativismo, turismo e admitindo o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas (OLIVEIRA, 2021, p. 92).

Além disso, durante o governo Bolsonaro se verificou um processo de restauração da tutela militar sobre a Amazônia (OLIVEIRA, 2021, p. 93). Em 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão foi colocado na “[...] coordenação do recém-criado Conselho Nacional da Amazônia Legal, cuja função é coordenar as políticas públicas para a região” (OLIVEIRA, 2021, p. 93), e reuniu diversos colaboradores militares. Ademais, se estabeleceu a operação Verde Brasil II, iniciada em maio de 2020 – diante do aumento extraordinário da taxa de desmatamento, anunciado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) –, de grande repercussão midiática e mobilização do Exército, porém com resultados bastante moderados na redução do desmatamento, de acordo com Oliveira (2021, p. 93). O autor destaca ainda que, em fevereiro de 2021, Mourão anuncia a retirada dos militares das operações de fiscalização da Amazônia, ficando ela exclusivamente a cargo dos órgãos federais, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA (OLIVEIRA, 2021, p. 94).

Por fim, além de aumentar a quantidade de indígenas assassinados em conflitos de terra no ano de 2020, a pandemia da COVID-19 teve os indígenas como setor da população brasileira

mais duramente afetado (OLIVEIRA, 2021, p. 90). Diante da situação de desamparo por parte do governo, que promoveu contra eles uma necropolítica, os próprios indígenas tiveram que garantir sua proteção, interditando o acesso a suas terras. Oliveira ressalta ainda que, mesmo com a pandemia, “[...] algumas áreas indígenas têm sido crescentemente invadidas por garimpeiros e madeireiros, o que agrega à destruição de recursos ambientais a ameaça pela contaminação e agravamento da condição sanitária dos indígenas” (OLIVEIRA, 2021, p. 91).

Perante o exposto, destaca-se como proposta e objetivo do governo Bolsonaro para a Amazônia

[...] a reabertura da fronteira à expansão do agronegócio, não importa a que preço ou de que forma for, com a paralisação da demarcação de terras indígenas, quilombolas e reservas extrativistas, assim como com a permissão de atividades de grilagem de terras, extração de madeira e implementação de garimpos ilegais e mineração clandestina. Esta foi a função dos ministérios e órgãos reformatados e aparelhados por grupos com interesses econômicos específicos e imediatos, como o MAPA, o MMA, a FUNAI, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, entre outros (OLIVEIRA, 2021, p. 95).

Com isso, é importante ter em vista que

No contexto do Brasil atual a reabertura da fronteira foi trazida à cena pública por meio de um projeto político desenvolvimentista e agroexportador, que se sentia tolhido por direitos coletivos estabelecidos pela Constituição de 1988. Atos de desobediência civil, de formação de um corpo armado não oficial e manifestações abertas de racismo e intolerância foram graves expressões anteriores disso, não coibidas então pelos poderes da República.

Para reverter com a máxima rapidez o cenário constituído ao longo de três décadas, o caminho escolhido pelo setor mais belicoso do agronegócio foi na eleição presidencial de 2018 apostar na conquista do Executivo através de um midiático outsider que explicitamente firmou compromissos com a implementação de uma Amazônia à margem da lei, uma Amazônia ilegal. (OLIVEIRA, 2021, p. 97).

Nesse sentido, cabe ressaltar que Bolsonaro foi denunciado no Tribunal Penal Internacional (TPI), conhecido como tribunal de Haia, que julga principalmente crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio (BREDA, 2021). Em comunicação apresentada pelo Coletivo Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) e pela Comissão Arns à procuradoria do TPI, já em novembro de 2019, se solicitou o “Exame Preliminar sobre ataques sistemáticos e generalizados e incitação a genocídio contra os povos indígenas cometidos pelo presidente da República Jair Messias Bolsonaro no Brasil” (BREDA, 2021, p. 13). Com farta documentação e embasamento na jurisprudência internacional, a comunicação demonstra que

[...] Jair Bolsonaro, na condição de chefe de Estado e de governo, encorajou a prática de crimes contra a humanidade e genocídio contra os povos indígenas

cujos territórios se encontram dentro dos limites geográficos do Brasil, além de incentivar em seus discursos e facilitar, com medidas administrativas, a devastação ambiental, sobretudo na Amazônia (BREDA, 2021, p. 13).

Entre as medidas que vem sendo adotadas por Bolsonaro, desde o início de seu governo, a comunicação destaca “[...] atos oficiais e não oficiais de desmonte das políticas públicas para proteção dos direitos socioambientais; perseguição política generalizada a funcionários públicos de órgãos socioambientais; e ataques aos processos de demarcação de terras indígenas” (BREDA, 2021, p. 29), desmonte das estruturas de fiscalização ambiental, esvaziamento dos órgãos ambientais e acelerada desinstitucionalização da política indigenista brasileira. Ademais, Bolsonaro expressa um discurso sistemático de desautorização da aplicação de leis que protegem o meio ambiente, desprezo aos povos indígenas e tradicionais e à participação da sociedade civil, incitando, encorajando e anuindo com a violência a esses povos e aos defensores dos direitos socioambientais, além de desprezo por dados científicos quando não coadunam com seus interesses, como sobre o aumento das queimadas na Amazônia (BREDA, 2021, p. 24 e 29).

Diante disso, a comunicação indica que se instaurou um cenário de insegurança quanto aos direitos socioambientais, direitos humanos que vêm sendo atacados sistematicamente, agravamento dos conflitos, da violência, do desmatamento e dos incêndios na Amazônia (BREDA, 2021). Destaca-se o efeito acentuado e desproporcional da degradação ambiental e da violência de seus perpetradores sobre os povos indígenas, que têm seus modos de existência baseados na relação com a floresta, a terra, os rios, os animais, dos quais dependem material, social e simbolicamente (BREDA, 2021, p. 24 e 45). A comunicação do CADHu e da Comissão Arns ainda aponta para a correlação entre o desmatamento e a expansão de atividade ilegais, engendrando conflitos violentos e constantes entre os povos indígenas e os fazendeiros, grileiros e pistoleiros (BREDA, 2021, p. 100-101). Nesse sentido, aponta que

A degradação ambiental não caminha sozinha: ataques de grupos armados, projetos de infraestrutura estatais e privados, mineração ilegal e expansão do agronegócio sobre florestas e terras demarcadas são fatos que têm forçado as comunidades a sair de suas terras tradicionais ou a vivenciar situação de precariedade, traduzida em fome, assassinatos, violência e confinamento em reservas. É esse contexto que leva muitas comunidades a deslocamentos forçados que comprometem seu próprio senso de identidade étnico-comunitário (BREDA, 2021, p. 25).

A referida comunicação reitera, de forma extremamente relevante, que

Sob o pretexto de levar o desenvolvimento à região amazônica, a administração de Bolsonaro transforma em política de governo o encorajamento ao ataque à população indígena e às terras por ela ocupadas.

Não é apenas a omissão do governo (que se transmuda em aquiescência às ilegalidades que ocorrem na região amazônica); trata-se de um plano preconcebido de maus-tratos e de desrespeito aos direitos de uma população específica. Esse plano se traduz nos discursos de que o *modus* de vida do índio seria um problema em si (precisando “ser integrado à sociedade brasileira”), bem como nos planos de desenvolvimento que o presidente pretende promover por meio de projetos de infraestrutura, mineração, atividade madeireira e agronegócio em região florestal (BREDA, 2021, p. 25).

Os povos indígenas são, assim, tratados como “inimigos” do país, sub-humanos, potencial ameaça à soberania nacional e obstáculo ao desenvolvimento (BREDA, 2021, p. 45 e 79). Apesar do reconhecimento de que povos indígenas sofrem historicamente a violação de seus direitos, se coloca que os ataques diretos de Bolsonaro não têm precedentes na história democrática brasileira (BREDA, 2021, p. 45).

A essa denúncia de 2019, soma-se o comunicado protocolado pela APIB em agosto de 2021, primeira vez na história em que os povos indígenas vão diretamente ao TPI, com seus advogados indígenas, na luta por seus direitos (APIB, 2021a). Nesse novo comunicado, que reúne relatos diretos de povos indígenas afetados, pesquisas acadêmicas, notas técnicas e documentos oficiais, a organização solicita o exame dos crimes contra a humanidade e genocídio, promovidos por Bolsonaro desde o início de seu mandato e, especialmente, durante a pandemia da COVID-19 (APIB, 2021a). A APIB reitera que esse governo traz de forma inédita a construção de uma política anti-indígena, sistemática e intencional, com “[...] a desconstrução da infraestrutura de proteção dos direitos indígenas e dos direitos socioambientais” (APIB, 2021a).

É importante ressaltar que, conforme coloca a comunicação de 2019 da CADHu e da Comissão Arns,

Os ataques às terras indígenas são uma forma direta de promover o seu genocídio, dada a estreita relação que a sobrevivência dos povos indígenas enquanto tais têm com a sua terra ancestral. A terra é elemento central da reprodução da vida, cultura, crenças, práticas e costumes dos povos indígenas (BREDA, 2021, p. 100).

Nesse sentido, é muito grave que pautas que ameaçam as terras indígenas (TIs), como a tese do marco temporal, estejam se recolocando com força no período atual, com o apoio do governo Bolsonaro e sob protestos e intensas mobilizações por parte dos povos indígenas. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB),

O “marco temporal” é uma interpretação defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das TIs que restringe os direitos constitucionais dos povos indígenas. De acordo com ela, essas populações só teriam direito à

terra se estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Alternativamente, se não estivessem na terra, precisariam estar em disputa judicial ou em conflito material comprovado pela área na mesma data (APIB, 2021b).

A tese do marco temporal voltou a ser julgada no Supremo Tribunal Federal (STF) – por meio do Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) nº 1.017.365 – no início do segundo semestre de 2021, e, segundo o advogado indígena, coordenador jurídico da APIB e amigo da corte nesse processo, Luiz Eloy Terena, deve ser declarada inconstitucional, sendo uma interpretação forçada da Constituição e afronta ao direito constitucional (APIB, 2021c)

Nesse âmbito, tem-se, também, pronto para entrar na pauta de votações do plenário na Câmara dos Deputados, o PL 490/2007. Segundo a APIB,

O projeto prevê a restrição das demarcações de terras indígenas com base na tese do marco temporal, abre terras demarcadas para atividades como garimpo, mineração, agronegócio e construção de hidrelétricas e outras grandes obras, e propõe até que a União se aproprie e disponibilize para a reforma agrária terras em que tenha havido “alteração dos traços culturais” da comunidade indígena (APIB, 2021b).

A APIB (2021b) ainda destaca que o PL 490 promoveria o contato forçado com povos indígenas isolados, com a permissão da atuação de extremistas religiosos e a abertura econômica das terras indígenas, de acordo com avaliação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi).

O sociólogo Rogério Mendes aponta que o PL 490 representa um enorme retrocesso no que tange ao reconhecimento do direito dos povos nativos à terra e à manutenção de sua cultura, podendo sua eventual aprovação e a do marco temporal significar ameaças ainda maiores do que as enfrentadas pelos povos indígenas diante da fiscalização precária e do incentivo à invasão de suas terras atualmente (VEIGA, 2021).

Como mostram Walker *et. al.* (2020), a posse e a gestão de terras indígenas são, ainda, elementos chave para “[...] salvar a floresta amazônica contra demandas crescentes por terra, energia e recursos minerais da região” (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3022, tradução nossa). Ainda mais no contexto das mudanças climáticas globais, os autores apontam a enorme importância que os povos indígenas e comunidades locais da Amazônia, com suas terras e as áreas naturais protegidas, têm tido no sentido de atuarem como barreiras contra a degradação florestal e o desmatamento em regiões sob pressão, assim, limitando emissões de carbono para

a atmosfera, garantindo a integridade da floresta, protegendo seus estoques de carbono e demais serviços ecossistêmicos críticos (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3022-3023)

Nesse cenário, Walker *et. al.* (2020, p. 3023) destacam que a perspectiva no que tange à floresta Amazônica é muito vinculada ao Brasil e à configuração de seu futuro político e econômico, já que em seu território se localizam mais da metade das terras protegidas e do carbono florestal da Amazônia (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023). No entanto, a situação brasileira é preocupante, tendo representado, entre 2012 e 2018, um aumento anual de 65% no desflorestamento da Amazônia Legal, e de cerca de 150% só de 2016 a 2018 (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023). Isso coincide, segundo os autores, com um período de erosão na governança a partir de 2012, quando a controversa revisão da legislação florestal brasileira anistiou “[...] indivíduos acusados de desmatamento ilegal antes de 2008 e diminuiu proteções florestais em propriedades privadas em estados da Amazônia [...]” (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023, tradução nossa) onde a maior parte da área é protegida.

Com o governo Bolsonaro, Walker *et. al.* (2020, p. 3023) apontam que as políticas atuais têm o potencial de apagar décadas de progresso, como quanto ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais e quanto à limitação da perda florestal. Entre os retrocessos observados no governo Bolsonaro, os autores destacam o recuo nas proteções aos povos indígenas e comunidades locais, o congelamento nos processos de reconhecimento dos direitos à terra dos indígenas, o enfraquecimento de agências encarregadas da gestão das terras indígenas e das áreas naturais protegidas, a abertura de terras indígenas para agricultura e mineração, além do desencadeamento, perante suas políticas orientadas ao desenvolvimento, de uma nova onda de grilagem e especulação, que teria contribuído para os picos recentes em termos de desmatamento e incêndios generalizados atrelados à limpeza de terra (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023). Também se menciona a paralisação do recebimento de fundos internacionais destinados a projetos para diminuição do desflorestamento e apoio ao desenvolvimento sustentável no Brasil, diante do anúncio da revisão de regras da seleção de projetos do Fundo Amazônia, pelo então ministro Ricardo Salles (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023).

Diante do exposto, Walker *et. al.* (2020) ressaltam que “os direitos coletivos dos povos indígenas e comunidades locais amazônicos a suas terras tradicionais, seus territórios, e recursos naturais associados devem ser entendidos e respeitados como um direito humano fundamental” (2020, p. 3023, tradução nossa), além de sua gestão da terra protegida politicamente e apoiada financeiramente, já que representa um serviço ambiental global. Desse modo, os autores apontam que são necessários, também, esforços regionais renovados “[...] para

fortalecer a aplicação da lei para evitar atividades extrativas ilegais dentro e ao redor de territórios indígenas e áreas naturais protegidas” (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3023, tradução nossa). Nesse sentido, Walker *et. al.* (2020, p. 3023) reafirmam o papel claro e atual que os povos indígenas e comunidades locais têm a desempenhar na contenção das mudanças climáticas globais, e que isso dependerá do reconhecimento dos direitos desses povos da floresta a suas terras, tanto em âmbito local e nacional quanto regional, e de políticas que deem suporte a seus modos de vida tradicionais.

Comentários finais ao segundo capítulo

Este capítulo teve como propósito principal identificar e caracterizar a situação atual da ocupação econômica da Amazônia, em meio ao contexto de neoextrativismo estabelecido na América Latina no século XXI, com destaque para a literatura especializada contemporânea voltada para esta análise, enfatizando seus determinantes e suas consequências, em especial sobre a população local – inclusive povos originários –, sobre seus direitos, suas formas de vida, a qualidade do meio ambiente e a situação da natureza, apontando seus desdobramentos mais recentes. Diante disso, colocou-se o seguinte conjunto de perguntas de pesquisa:

- i) Como se dá a compreensão do período recente de crescimento dos setores de *commodities* na América Latina diante da dinâmica do sistema-mundo?
- ii) Quais seriam os determinantes dos ajustes realizados nesse contexto?
- iii) Que papel coube ao Estado, via planejamento e políticas públicas, nas transformações socioespaciais, em especial na Amazônia?
- iv) Quais têm sido implicações ou consequências sociais e ambientais do neoextrativismo, também com foco especial para o caso da Amazônia?

Perante essas questões, o percurso do capítulo foi construído por meio da articulação de quatro seções: “O neoextrativismo latino-americano no capitalismo do século XXI” (2.1); “Rentismo-neoextrativismo: a economia brasileira em ciclos de ajuste ao capitalismo” (2.2); “A Amazônia brasileira diante do neoextrativismo” (2.3); e “A Amazônia ilegal de Bolsonaro” (2.4).

Na seção 2.1., “O neoextrativismo latino-americano no capitalismo do século XXI”, se buscou compreender o debate em torno do neoextrativismo, verificando-se que, diante de um momento de maior demanda internacional pelas *commodities*, intensificada pela demanda asiática, especialmente a partir da China, os governos latino-americanos apoiaram seus projetos de desenvolvimento na superexploração da natureza voltada à exportação em larga escala.

Verificou-se que se trata de um fenômeno de raízes históricas que remontam à colonização da América, mas que se recoloca em novas dimensões, atualizadas no século XXI (SVAMPA, 2019a; 2019b). A superexploração neoextrativista, configurada no contexto do capitalismo globalizado e financeirizado, abrange atividades além das extrativistas tradicionais, se dá em escala geograficamente mais extensiva e de forma mais intensiva nos territórios, com maior intensidade tecnológica, energética e de capital diante dos megaempreendimentos, e em velocidade maior, sendo mais intensiva no tempo. A dinâmica territorial neoextrativista, que promove o avanço da fronteira de *commodities* e da exploração sobre os territórios, exerce enorme pressão não somente sobre a natureza, mas sobre as comunidades, trazendo consigo impactos socioambientais negativos e uma série de violações de direitos, à terra, ao território e à manutenção de modos de vida de povos tradicionais (SVAMPA, 2019a; GUDYNAS, 2018). Assim, as atividades extrativas desencadeiam uma série de conflitos, com formas de denúncia e resistência contra o avanço neoextrativista e disputas pelo que é entendido por “desenvolvimento”, diante do predomínio da defesa da ideologia do progresso, que traz consigo uma noção linear e homogeneizante, além da consideração de territórios como “vazios demográficos” (SVAMPA, 2019a; 2019b). Diante disso, os governos progressistas, mas também os conservadores, latino-americanos, alinhados às grandes corporações, negaram ou minimizaram as desigualdades e assimetrias econômicas, sociais, ambientais e territoriais geradas, reprimindo – muitas vezes, de forma violenta – os movimentos que contestavam tais lógica e modelo (SVAMPA, 2019b). O neoextrativismo reforça a inserção subordinada dos países latino-americanos na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, como fornecedores globais de *commodities* em meio ao comércio internacional injusto e desigual, inclusive ecologicamente (SAES, 2017). Enquanto os fluxos de recursos biofísicos se direcionam aos países considerados desenvolvidos, grande parte dos custos e impactos ambientais permanece nos países exportadores de tais produtos, majoritariamente do Sul global (SAES, 2017; MARTÍNEZ-ALIER, 2008).

A seção 2.2, “Rentismo-neoextrativismo: a economia brasileira em ciclos de ajuste ao capitalismo financeirizado”, se dedicou a compreender como o neoextrativismo se colocou e configurou mais especificamente no caso brasileiro. Com base no trabalho de Carvalho, Milanez e Guerra (2018), que classificam o padrão de acumulação dominante na América Latina como rentista-neoextrativista – da financeirização dependente e do extrativismo intensivo em riquezas como elementos centrais –, se colocam cinco ciclos de ajuste da economia brasileira ao capitalismo financeirizado, com suas peculiaridades no modelo rentista-

neoextrativista, em um contexto de “confluência complexa e contraditória” da inserção do país no ciclo de ajuste estrutural latino-americano a esse capitalismo e da democratização, no final do século XX. Desse modo, o primeiro ciclo, de 1990 a 2002, seria o “ciclo de estabilização da economia”, com a submissão aos ditames das políticas de ajuste neoliberal, características do Consenso de Washington, e foco nas vantagens comparativas da economia, na promoção do crescimento pela exportação de *commodities* (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Com o primeiro governo Lula, tem-se o “ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas”, que se estende até parte de seu segundo governo, em que persistem as políticas de ajuste com a dominância da lógica financeira, conectadas também aos setores exportadores, especialmente de *commodities* agrícolas e minerais, paralelamente à adoção de políticas de combate à pobreza e expansão do consumo de massas, em uma pretensa conciliação de classes (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). No terceiro ciclo, “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimento”, que vai até o primeiro governo de Dilma Rousseff, o núcleo duro da política de ajuste permanece, ao mesmo tempo que se coloca uma inflexão heterodoxa na política econômica, com a prevalência dos interesses do financismo, dos setores rentistas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Já no quarto ciclo, com a recessão econômica mundial, tem-se o ciclo de “retomada da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita”, com a aceitação das proposições do financismo para o combate à crise (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). No quinto ciclo, da “submissão radical ao financismo e desmonte de direitos por via do golpe”, sob o governo de Temer, se colocam processos intensivos de neoliberalização, imposição de um Estado conservador e autoritário, desmonte de políticas públicas principalmente para a seguridade social, austeridade de gastos e retrocessos em direitos sociais e trabalhistas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020) apontam a política liberal de desenvolvimento do governo Temer como próxima a um neoextrativismo conservador, enquanto o governo Bolsonaro corresponderia a um neoextrativismo ultraliberal marginal. Segundo os autores, além de manter a exploração rápida e massiva das riquezas naturais para exportação, expandindo o neoextrativismo e aprofundando o processo de reprimarização da pauta exportadora, se coloca o caráter ultraliberal do governo Bolsonaro, refletindo o apoio do “bloco político-econômico do agro-minero-petro negócio”, ligado ao capital financeiro rentista (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020). Seu caráter marginal, por sua vez, se reflete na adoção de práticas e

discursos antidemocráticos, eco-etnocidas e criminosos (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020).

Diante desse contexto mais amplo, que perpassa as mudanças no capitalismo, financeirizado e globalizado, do fim do século XX, os processos de neoliberalização, mas, também, o processo de democratização, foi abordada a configuração do neoextrativismo na América Latina (seção 2.1) e no Brasil (seção 2.2). A partir de então, buscou-se verificar como esses processos se refletiram sobre a Amazônia. Assim, na seção 2.3, “A Amazônia brasileira diante do neoextrativismo”, observou-se que os paradoxos estabelecidos, na prática, dificultaram a manutenção da floresta em pé e culminaram em processos que foram centrais na transformação da realidade amazônica (CASTRO, 2017). Inicialmente, tem-se, de um lado, uma legislação ambiental avançada, com dispositivos legais e institucionais, de outro, o avanço da fronteira do capital; o reconhecimento dos direitos à terra como bem comum dos povos tradicionais, mas, também, o estímulo à expansão do agronegócio e dos megaempreendimentos sobre seus territórios (CASTRO, 2017). Diante de um cenário de ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e mercados, verificou-se a centralidade assumida pela Amazônia na geopolítica brasileira e sul-americana, com as grandes empresas e corporações reforçando suas estratégias de apropriação de terras e recursos e os Estados tendo-a como um espaço estratégico de integração (CASTRO, 2017). Desse modo, as políticas nacionais brasileiras estiveram associadas com as políticas sul-americanas, havendo uma certa coordenação e complementaridade entre elementos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), conforme destacado por Castro (2012; 2017). Nesse contexto, a Pan-Amazônia se configura como uma área de expansão do mercado, com alianças e disputas de empresas de diversos setores e dos governos, que, no âmbito do PAC e da IIRSA, tinham como foco de suas políticas os projetos de logística de transporte, com transporte fluvial e a importância das conexões intermodais, comunicação e energia, com destaque para a construção de hidrelétricas na Amazônia (CASTRO, 2012; 2017). Como visto, estratégias como as do PAC e da IIRSA estiveram baseadas nos padrões de competitividade e produtividade do mercado, inclusive global, tendo as ações do Estado foco em atender a seus interesses, promovendo o crescimento econômico com base principalmente em *commodities* agrícolas e minerais (CASTRO, 2012; 2017). Com a implantação de grandes grupos empresariais na Amazônia, assegurada pelo Estado inclusive por meio das obras de infraestrutura, foram se difundindo as fronteiras elétrica, mineral, madeireira e agropecuária (CASTRO, 2012; WANDERLEY, 2016). Enquanto o

capital nacional e internacional, representado pelas grandes empresas, avançou apoiado pelas políticas do Estado, comunidades inteiras foram ameaçadas e expulsas das terras que ocupavam há muito tempo, impossibilitadas de manter seus modos de vida enquanto as grandes obras e a fronteira de exploração se impunham sobre os territórios, provocando graves impactos sociais e ambientais, e gerando uma série de conflitos (CASTRO, 2017). Esse modelo de ocupação da Amazônia e de desenvolvimento, que não se restringiu ao Brasil, era justificado pela alegada relevância do crescimento do país, com a supervalorização dos benefícios do desenvolvimento (CASTRO, 2017). Destaca-se que, como fronteira, a Amazônia tem sua dinâmica fortemente atrelada ao mercado internacional e seus movimentos, tendo se configurado como uma fronteira de *commodities*, com estímulo e suporte do Estado (CASTRO, 2012; 2017; LOUREIRO, 2012).

Ainda no contexto do neoextrativismo, agora em sua versão ultraliberal marginal, colocou-se uma seção 2.4, intitulada “A Amazônia ilegal de Bolsonaro”, como referida por Oliveira (2021), para destacar alguns processos importantes em curso na Amazônia atualmente. Nesse sentido, foi exposta, a partir de Oliveira (2021), a perspectiva de que está em curso uma reabertura da fronteira amazônica, à expansão do agronegócio, em detrimento do respeito e da proteção dos direitos socioambientais das populações locais e da natureza. Como mostra Oliveira (2021), essa reabertura da fronteira se deu com um projeto político desenvolvimentista e agroexportador. Com isso, foram destacadas uma série de medidas adotadas por Bolsonaro e seu governo no sentido de paralisar a demarcação de terras indígenas, quilombolas e reservas extrativistas, permitir a grilagem de terras, atividades predatórias ilegais, limitar a ação de agências de proteção socioambiental etc., o que desencadeou o aumento das ameaças de morte a indígenas, a defensores dos direitos socioambientais, das invasões de terras indígenas por empresas agroindustriais, madeireiros e garimpeiros, bem como do desmatamento na Amazônia (OLIVEIRA, 2021). As ações de Bolsonaro também foram sinalizadas em uma denúncia no tribunal de Haia, já em 2019, por ataques sistemáticos e generalizados e incitação a genocídio contra os povos indígenas, colocando que os ataques diretos de Bolsonaro aos povos indígenas não têm precedentes na história democrática brasileira (BREDA, 2021). Observou-se, ainda, o agravamento da situação de ameaça a esses povos diante do contexto da pandemia da COVID-19 – como denunciado pela APIB –, que se reforça, ainda, com a retomada de pautas em torno do marco temporal. Acrescenta-se a isso mais uma dimensão, a do papel que os povos indígenas e as comunidades locais, com as terras indígenas e as áreas naturais protegidas na Amazônia, têm em limitar o avanço das mudanças climáticas globais, protegendo a floresta; caminhando as ações do governo Bolsonaro em sentido claramente contrário (WALKER *et. al.*, 2020).

DISCUSSÃO FINAL

Esta monografia teve como objetivo a compreensão dos processos históricos de ocupação e apropriação territorial da Amazônia brasileira ao longo do tempo, contextualizado a situação na atualidade, por meio de uma revisão crítica interdisciplinar dessa literatura. Tendo em vista o interesse em melhor entender os processos que foram configurando a região, hoje correspondente a mais da metade do território nacional, optou-se por trabalhar com um percurso histórico que permitisse oferecer respostas para a trilha de perguntas de pesquisa propostas.

Desse modo, este trabalho foi dividido em dois capítulos, “Processos históricos de ocupação e apropriação do território amazônico”, que teve como propósito central a contextualização do debate sobre ocupação e desenvolvimento da Amazônia até o século XX, a partir das lentes de intérpretes bem-posicionados na compreensão da formação territorial e da ocupação econômica da região; e “Neoextrativismo na América Latina no século XXI e a situação da Amazônia”, cujo objetivo principal consistiu em identificar e caracterizar a situação atual da ocupação econômica da Amazônia, em meio ao contexto de neoextrativismo estabelecido na América Latina no presente século, com destaque para a literatura especializada contemporânea voltada a esta análise, enfatizando seus determinantes e suas consequências, em especial sobre a população local – inclusive povos originários –, sobre seus direitos, suas formas de vida, a qualidade do meio ambiente e a situação da natureza, apontando seus desdobramentos mais recentes.

Nesse sentido, orientaram esse estudo as perguntas, com foco na Amazônia brasileira, sobre como se dá a compreensão da ocupação e da formação dos territórios diante das dinâmicas do sistema-mundo, quais seriam os determinantes dessas formações, o papel que coube ao Estado nas transformações socioespaciais colocadas, bem como as implicações sociais e ambientais frente a esses processos. Buscou-se analisar, também, a partir das lentes da literatura sobre o neoextrativismo, como se dá a compreensão do período de crescimento dos setores de *commodities* na América Latina e no Brasil, com suas formas de acumulação, apropriação e desenvolvimento no século XXI, quais os determinantes dos ajustes realizados nesse contexto, o papel do Estado nas transformações socioespaciais, principalmente na Amazônia, bem como os impactos sociais e ambientais do neoextrativismo sobre a região.

Diante disso, abdicando claramente de quaisquer intenções de abarcar toda a complexidade da rica literatura sobre a temática, optou-se por um conjunto de leituras oriundas de várias disciplinas – Economia, Ciência Política, Antropologia, Geografia, História

Ambiental e Ecologia Política – orientadas de forma a abranger essas perguntas de pesquisa. Respondê-las demandou e mobilizou tarefas de identificar, reconhecer, ler e analisar contribuições de autores que investigam os temas colocados, levantamentos bibliográficos em bases de periódicos e em bola de neve, permitindo o mapeamento de textos chave dentro dessa literatura, organização das contribuições de autores contemporâneos em quadros-síntese, estudos dirigidos da literatura especializada, conhecimentos prévios adquiridos ao longo do curso de graduação em Economia, discussões realizadas em disciplinas eletivas, acompanhamento de seminários e webinários com temas relacionados às questões levantadas, e de eventos que contaram com a exposição do contexto amazônico por parte das populações locais e tradicionais, bem como por elas organizados. Todos esses fatores contribuíram com reflexões para essa pesquisa e, não somente para as respostas, mas para a formulação das próprias perguntas de pesquisa, além da identificação de argumentos e contribuições centrais dos autores, possibilitando, assim, a organização do texto para a exposição dos elementos pertinentes a esse trabalho.

A partir de Becker, cabe retomar algumas dimensões importantes no que se refere aos processos históricos relativos à Amazônia. Se coloca que “[...] a Amazônia teve uma história diferente da brasileira. Dela se tomou posse e a região permaneceu por séculos sob processos ligados diretamente ao contexto internacional e à metrópole, praticamente à parte do Brasil” (BECKER, 2009, p. 201). Inserida no contexto do Brasil e da América Latina, constituídos como as periferias da economia-mundo, Becker (2001; 2005; 2009) aponta que a Amazônia teve como motivação dominante de sua ocupação, desde a colonização, o padrão econômico voltado para exportação, especialmente da natureza vista na forma de recursos. Entretanto, a ocupação amazônica apresenta suas particularidades, como o caráter tardio e disputado por múltiplos atores e os surtos devassadores diante da valorização momentânea de seus produtos no mercado internacional – sempre a partir de iniciativas externas –, aos quais se seguiram grandes períodos de estagnação (BECKER, 2001; 2005; 2009). Becker (2001) destaca o peso significativo e predominante do contexto internacional na constituição da região, que se coloca como *fronteira-mundi*, espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo, para o mercado capitalista global, explicando “a constante interferência de forças externas na região e a dificuldade de integrá-la aos Estados nacionais até hoje” (BECKER, 2009, p. 202).

Diante da análise realizada, verificou-se que o governo ditatorial militar (1964-1985), em meio ao contexto da Guerra Fria com alinhamento aos Estados Unidos, ao bloco capitalista, radicalizou o projeto geopolítico de ocupação acelerada da Amazônia, com apoio do

empresariado, induzindo a abertura da fronteira amazônica (BECKER, 2001; CUNHA, 2018; OLIVEIRA, 2021; PÁDUA, 2000; 2015). Sob uma retórica de modernização da sociedade e do território nacionais, da busca por um novo padrão de inserção do Brasil na ordem global, de desenvolvimento, de garantia da segurança nacional e da Amazônia como “vazio demográfico”, houve um forte empenho para ocupação e integração da região, que deixou um legado de concentração de renda, de terras, devastação ambiental e graves conflitos.

Para atrair grandes grupos econômicos e empresas à região, com foco nos projetos agropecuários, atendendo a suas demandas por negócios lucrativos voltados ao mercado externo, o governo passa a oferecer inúmeras vantagens, fiscais, creditícias, implantando infraestrutura, e, de forma bastante significativa, facilidades legais para lhes transferir terras públicas, estimulando o acesso a grandes extensões de terra e à natureza (BECKER, 2001; CUNHA, 2018; LOUREIRO; PINTO, 2005; OLIVEIRA, 2021). Tornam-se comuns na região as práticas visando a grilagem de terras, com o Estado legalizando a aquisição de terras demarcadas ou compradas de forma fraudulenta, e a atuação dos pistoleiros, figura que surge e passa a integrar o cotidiano da ocupação de terra na Amazônia, com a tolerância do Estado (LOUREIRO; PINTO, 2005)

Enquanto isso, se impõe a fronteira interna da Amazônia Legal, à ferro e fogo, sobre as populações locais, com as comunidades camponesas, extrativistas e indígenas sendo tiradas de suas terras e até destruídas (OLIVEIRA, 2021). Moradores seculares da Amazônia tiveram as terras que habitavam loteadas, cercadas e vendidas com eles dentro, especialmente para grandes sociedades anônimas, que os expulsavam delas, tornando o conflito prática cotidiana na região, agravada pelos fenômenos da grilagem e da pistolagem, ainda hoje presentes na Amazônia (LOUREIRO; PINTO, 2005).

O cenário conturbado estabelecido na Amazônia conta, ademais, com o agravamento da questão agrária a partir dos anos 1980, diante das crises do petróleo e da recessão econômica brasileira, com a chegada de empresas altamente consumidoras de energias e matérias-primas dos países centrais e o início de uma fase de mineração e produção de carvão vegetal com a concentração de novas indústrias mineradoras e siderúrgicas na Amazônia (LOUREIRO; PINTO, 2005). Ademais, o governo federal incentiva a exploração mineral, com alterações na legislação e permissão dessa prática em áreas indígenas, desencadeando muitos novos conflitos (LOUREIRO; PINTO, 2005). A Amazônia acaba sendo ainda mais penalizada com as medidas neoliberais e recessivas adotadas pelo Brasil diante da crise da dívida, com volumosa migração desordenada de desempregados à região, tolerância dos governos amazônicos com a exploração

madeira em larga escala sem fiscalização do manejo florestal e até ilegal, queimadas e expulsão dos habitantes de suas terras.

Na década de 1990, Oliveira (2021) indica, diante de fatores como as mobilizações sociais e uma maior preocupação internacional com a questão ambiental, um fechamento parcial da fronteira amazônica, à exploração empresarial a qualquer custo, e sua configuração como um local de reconhecimento de direitos socioambientais às populações locais. Entretanto, há que se destacar que se colocam processos contraditórios a partir do fim do século XX, que influenciam o contexto do neoextrativismo brasileiro e da Amazônia no século XXI. Por um lado, tem-se os desdobramentos do processo de democratização a partir da década de 1980, que expande os direitos sociais; por outro, a inserção do Brasil, de forma tardia e intensiva, no ciclo de ajuste estrutural latino-americano ao capitalismo financeirizado, em meio aos processos de neoliberalização (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Ademais, colocam-se os paradoxos entre a vigência de uma legislação ambiental avançada e o avanço da fronteira do capital na Amazônia, bem como entre o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e quilombolas à terra como bem comum e o suporte do Estado ao avanço acelerado da pecuária, da soja e dos megaempreendimentos, que se direcionam aos territórios dessas comunidades. (CASTRO, 2017).

Nesse sentido, para a compreensão do contexto amazônico no presente século, é preciso ter em vista a interação entre processos locais e a dinâmica dos mercados globais, com seus fluxos e a pressão de estruturas e agentes econômicos sobre a natureza (CASTRO, 2017), bem como sobre os territórios. Diante da valorização das *commodities* no mercado internacional, diante de sua maior demanda, intensificada pelos países asiáticos, com destaque para a China, verificou-se que os países latino-americanos, exportadores desses produtos, buscaram aproveitar esse momento para promover um modelo de desenvolvimento apoiado no neoextrativismo (ACOSTA; BRAND, 2018, SAES, 2017; SVAMPA, 2019a; 2019b). Svampa (2019a; 2019b) aponta, então, para o advento do “Consenso das *Commodities*”, com a preeminência da ideia, e atuação nesse sentido por parte dos governos, de suposta inexistência de alternativa ao extrativismo, sobre os quais esses governos majoritariamente progressistas, mas também os conservadores, apoiaram suas estratégias de desenvolvimento. A tendência à reprimarização dessas economias seria intensificada diante do crescimento chinês, em meio a um contexto geopolítico de transição hegemônica, policentrismo conflituoso diante da ascensão da China como potência global e declínio relativo dos Estados Unidos (SVAMPA, 2019a; 2019b).

Essa “conjuntura internacional favorável a exploração e exportação de *commodities* agrominerais e semi-industrializadas” (WANDERLEY, 2016, p. 33) se colocou como fator central de transformação para a Amazônia, impulsionando a expansão do capital extrativo sobre a região (WANDERLEY, 2016, p. 33). Nesse período de neoextrativismo no século XXI, há, ademais, uma supervalorização de certas *commodities* produzidas na Amazônia, como grãos e minérios, no mercado financeiro internacional (WANDERLEY, 2016, p. 28). Nesse contexto, a Pan-Amazônia se configura como uma área de expansão do mercado, assumindo centralidade na geopolítica brasileira, bem como sul-americana, com alianças e disputas de empresas de diversos setores e dos governos, e o papel de destaque brasileiro (CASTRO, 2012; 2017).

Articulando-se as políticas nacionais brasileiras com as políticas regionais sul-americanas, que tinham como ponto central a integração da América do Sul, estratégias como as do PAC e da IIRSA estiveram baseadas nos padrões de competitividade e produtividade do mercado (CASTRO, 2012). Assim, as ações do Estado tiveram foco em atender a seus interesses, promovendo o crescimento econômico com base principalmente em *commodities* agrícolas e minerais (CASTRO, 2017). Diante disso, o Estado assegurou a implantação de grandes grupos empresariais na Amazônia, inclusive por meio das obras de infraestrutura, difundindo-se as fronteiras elétrica, mineral, madeireira e agropecuária (CASTRO, 2012; WANDERLEY, 2016). Enquanto o capital nacional e internacional, representado pelas grandes empresas, avançou apoiado pelas políticas do Estado, comunidades inteiras foram ameaçadas e expulsas das terras que ocupavam há muito tempo, impossibilitadas de manter seus modos de vida enquanto as grandes obras e a fronteira de exploração se impunham sobre os territórios, provocando graves impactos sociais e ambientais, e gerando uma série de conflitos (CASTRO, 2017).

Esse modelo de ocupação da Amazônia e de desenvolvimento, que não se restringiu ao Brasil, era justificado pela alegada relevância ao crescimento do país, com a supervalorização dos benefícios do desenvolvimento (CASTRO, 2017). A enorme pressão exercida sobre a natureza e os territórios, bem como o avanço impetuoso da fronteira de *commodities*, são traços do neoextrativismo latino-americano que se processam, portanto, na Amazônia, e, diante disso, a intensificação dos conflitos socioambientais, denúncias e ações de resistência, que desafiam tal modelo, disputam o que se entende por “desenvolvimento”, com os grupos locais e movimentos sociais se contrapondo ao modelo imposto e lutando por projetos que incluam as populações locais, com seus modos de vida e a conservação da natureza (SVAMPA, 2019a;

2019b, WANDERLEY, 2016). Como aponta Wanderley (2016, p. 28), na Amazônia, se configuraria uma coexistência desarmônica de distintas espacialidades e temporalidades.

Configurada como uma fronteira de *commodities*, a Amazônia, no período mais recente, tem sua dinâmica atrelada mais intensamente ao mercado internacional e seus movimentos, grande motivação para expansão de tal fronteira, e muito menos à conjuntura e ao mercado nacionais (CASTRO, 2012; 2017; LOUREIRO, 2012). Trata-se de um processo contraditório, pois esse processo se dá com estímulo e apoio do Estado e, ao mesmo tempo, a abertura e expansão da fronteira, em vários sentidos de forma simultânea, acaba retirando dele o controle que tinha sobre a Amazônia, já restrito (LOUREIRO, 2012). A esse modelo implantado, legado da história regional e atualizado sob novas formas, não correspondeu a melhoria das condições de vida das populações; pelo contrário, manteve-se um padrão de concentração de renda, miséria, superexploração do trabalho e exaustão da natureza, comprometendo a multiculturalidade amazônica, conduzindo a uma homogeneização das sociedades, violando os direitos humanos fundamentais das populações tradicionais e locais e gerando poucos empregos (BECKER, 2013; LOUREIRO, 2012).

Se, a partir da última década do século XX, se processa uma reorganização do espaço amazônico, um fechamento parcial da fronteira amazônica – com o reconhecimento dos direitos das populações locais, indígenas, quilombolas e tradicionais, inclusive à terra e à natureza, e a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais agroextrativistas, e a criação de unidades de conservação (OLIVEIRA, 2021; WANDERLEY, 2016) –, tal processo permaneceu “[...] em disputa com aquela fronteira a ser livremente apropriada por interesses econômicos externos e explorada de forma predatória” (OLIVEIRA, 2021, p. 83). No governo Bolsonaro, apoiado pelo setor mais extremado e belicoso do agronegócio, pelo bloco político-econômico do agro-minero-petro-negócio associado ao capital financeiro rentista, essa ameaça vai se consolidando, por meio do projeto de reabertura da fronteira amazônica, com objetivos e métodos semelhantes aos praticados pela ditadura e, ainda, com uma retórica muito mais agressiva (OLIVEIRA, 2021; WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2020). Como coloca Oliveira (2021, p. 97), “no contexto do Brasil atual a reabertura da fronteira foi trazida à cena pública por meio de um projeto político desenvolvimentista e agroexportador”, comprometido com “[...] a implementação de uma Amazônia à margem da lei, uma Amazônia ilegal” (OLIVEIRA, 2021, p. 97).

Diante disso, verifica-se a reiteração de uma retórica de guerra, de extermínio de inimigos, configurando um cenário de violência, com perseguição política, ameaças e

assassinatos de indígenas e defensores dos direitos socioambientais, em meio a um governo que concebe o exercício do poder de forma estritamente patrimonial (OLIVEIRA, 2021), sob um discurso nacionalista, em nome da soberania, do desenvolvimento, do crescimento, do progresso, da modernização. Nesse sentido, se destaca que a atuação do Estado se conforma de modo colidente, contrário a suas atribuições, como pode se destacar, de modo particular, com as ações do ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que tinham como prioridade a agilização do licenciamento ambiental e a exploração dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2021). Isso se verifica, porém, em um contexto mais amplo, como um projeto sendo colocado em prática de desenvolvimento de setores econômicos fortemente degradadores da natureza, facilitação das atividades predatórias e violência contra os povos originários e populações tradicionais. Ademais, o caráter ultraliberal do neoextrativismo marginal de Bolsonaro, significa, ao mesmo tempo que argumenta pela soberania nacional, um enfraquecimento do poder de decisão e de mando do Estado, das determinações sobre o próprio destino da ocupação desses territórios.

Se já em 2019, a denúncia no tribunal de Haia apontava os ataques sistemáticos e generalizados e a incitação de genocídio contra os povos indígenas por parte de Bolsonaro – e um cenário de insegurança quanto aos direitos humanos socioambientais, intensificação de conflitos e violência, bem como do desmatamento e dos incêndios na Amazônia –, verifica-se que tal situação se mantém e atualiza no período mais recente, diante do desamparo aos indígenas por parte do governo e sua necropolítica com a pandemia da COVID-19, bem como da reafirmação de pautas como o marco temporal, o PL 490/2007 e o PL 191/2020, que ameaçam as terras indígenas, tanto no que se refere à sua demarcação, quanto à permissão de atividades econômicas como mineração, aproveitamento dos rios para geração de energia hidrelétrica, agricultura, pecuária, extrativismo, turismo e admissão do cultivo de organismos geneticamente modificados nessas terras (BREDA, 2021; OLIVEIRA, 2021; APIB, 2021a; 2021b; 2021c). Mesmo sem a aprovação dessas medidas, no período do governo Bolsonaro, já aumentaram as invasões de terras indígenas por empresas agroindustriais, madeireiros e garimpeiros, o que permanece com a pandemia, agregando a ameaça de contaminação (OLIVEIRA, 2021, p. 87-88). Tendo em vista as propostas acerca do marco temporal, que restringe os direitos constitucionais dos povos indígenas estabelecendo que só teriam direito às terras que estivessem sob sua posse ou disputa comprovada na data de promulgação da Constituição, cabe enfatizar que, como visto na introdução deste trabalho, essas populações habitavam as terras amazônicas há milhares de anos antes da própria chegada europeia à

América, desconsiderando tais proposições seus “direitos originários” e os deslocamentos forçados a que foram submetidos ao longo da história.

Foi destacado, ainda, a correlação entre o desmatamento e as atividades ilegais e que a degradação ambiental, que afeta intensa e desproporcionalmente os povos indígenas, caminha junto com ataques de grupos armados, projetos de infraestrutura privados e estatais e a expansão do agronegócio sobre florestas e terras demarcadas (BREDA, 2021). Todos esses fatores, que violentam os povos indígenas, suas terras e a manutenção de seus modos de vida, adquirem uma nova dimensão de gravidade no cenário de mudanças climáticas globais, diante da importância dos povos indígenas e comunidades locais amazônicas, com suas terras indígenas e as áreas naturais protegidas, em “[...] salvar a floresta amazônica contra demandas crescentes por terra, energia e recursos minerais da região” (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3022, tradução nossa), atuando como barreiras contra a degradação florestal e o desmatamento em regiões sob pressão, protegendo, assim, seus estoques de carbono e demais serviços ecossistêmicos críticos (WALKER *et. al.*, 2020, p. 3022-3023).

Diante do percurso histórico pelos processos de ocupação e formação territorial da Amazônia realizado nesta pesquisa, pode-se verificar que, na atualidade, existem elementos de continuidade em relação aos padrões históricos e, por outro lado, novas forças e atores emergentes no cenário político e econômico, nem sempre alinhados, com projetos diversos direcionados à região. Como apontava Pádua (2000), no complexo da Amazônia, diferentes dimensões da realidade interagem em ritmos diferentes em um mesmo tempo e lugar. Tem-se, assim, interagindo na região, os capitais internacionais e nacionais no agronegócio, na mineração, os consórcios entre capital externo, nacional privado e estatal confluindo para grandes projetos de infraestrutura, mas também, e de forma a tensionar essas forças, os movimentos sociais, a organização de comunidades locais e povos tradicionais na defesa por projetos que as incluam, com seus modos de vida e a conservação da natureza – disputando o entendimento sobre “desenvolvimento” –, associados a representantes da academia, de organizações não-governamentais ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, além dos governos de diversos países e suas agências (SVAMPA, 2019a; 2019b, WANDERLEY, 2016).

Atualmente, os interesses quanto à Amazônia se colocam nos níveis local, regional, nacional e global, e, ainda, nas dimensões econômica, política, ecológica, humana, assumindo a região fortíssimo sentido geopolítico. Sendo um espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo, para o mercado capitalista global, as fronteiras de expansão do capital permanecem ativas na Amazônia, com uma diversificação econômica a partir dos interesses

sobre seu capital natural e cultural (BECKER, 2001; WANDERLEY, 2016). A pressão do capital se estende, portanto, para além dos recursos da terra, minérios e energia, a outros elementos naturais e das tradições locais, como a biodiversidade, a água, a enorme capacidade de armazenamento de carbono – ainda mais no contexto das mudanças climáticas, do aquecimento global –, as plantas, as sementes, os conhecimentos tradicionais e a cultura local (BECKER, 2001; CASTRO, 2017; PÁDUA, 2000; WANDERLEY, 2016).

Os processos e transformações do capitalismo mundial a partir do fim do século XX, de globalização, financeirização, neoliberalização, intensificação da competição, da concentração e da centralização de capital, vieram somar e interagir no contexto brasileiro e amazônico com seus próprios processos históricos de ocupação econômica e formação territorial. O Brasil, então, se insere no ciclo de ajuste estrutural latino-americano ao capitalismo financeirizado, por meio do modelo rentista-neoextrativista, com a articulação entre a financeirização dependente e o extrativismo intensivo em riquezas (CARVALHO; MILANEZ, GUERRA; 2018). Assim, coloca-se um cenário de processos contraditórios, tendo ao mesmo tempo o avanço da fronteira do capital sobre os territórios, como na Amazônia, com apoio do Estado, e a democratização, uma legislação avançada, o maior reconhecimento dos direitos de povos indígenas e tradicionais à terra como bem comum (CARVALHO; MILANEZ, GUERRA; 2018; CASTRO, 2017). O Estado, em meio ao neoextrativismo, se insere, então, nesse cenário complexo e conflituoso, e o integra, se comportando de forma oscilante e dúbia, pois aspira a lucros crescentes com a produção de *commodities*, ao mesmo tempo em que “[...] fere direitos humanos fundamentais das populações locais e tradicionais, e ainda quando coloca as últimas em risco de desaparecer física ou culturalmente, ao menosprezar a rica multiculturalidade dos povos que povoam a Amazônia” (LOUREIRO, 2012, p. 535).

Configura-se, portanto, um cenário complexo e de contradições entre, por um lado, a proteção aos direitos socioambientais e à própria natureza, por outro, o avanço do capital, que impede a realização efetiva e mais completa do primeiro processo. No período atual, especialmente com o governo Bolsonaro, a situação se torna ainda mais grave, diante do desmonte das políticas de proteção aos povos tradicionais, bem como aos direitos sociais, em contexto mais amplo, e um processo progressivo de degradação da natureza, mostrando a perversidade da aliança entre o Estado e o capital, que se refletem intensivamente sobre as dinâmicas da Amazônia.

Cabe destacar que a configuração da situação da Amazônia na atualidade é composta por fenômenos que ali se estruturaram em diferentes tempos históricos, se consolidando ou

transformando ao longo tempo, diante das interações com outros processos. Diante do percurso histórico e da análise dos processos recentes na Amazônia, verifica-se que dinâmicas como a grilagem de terras e a pistolagem, em ascensão e proeminentes a partir da radicalização da preocupação em ocupar a Amazônia, de forma acelerada, na ditadura militar, passam a integrar a dinâmica da região e seguem se recolocando até hoje. Destaca-se, também, que os processos históricos de concentração fundiária, degradação ambiental e violência sobre povos tradicionais e comunidades locais e seus efeitos permanecem como parte integrante do cenário amazônico.

Como aponta Loureiro (2012), a Amazônia como fronteira continua com sua dinâmica fortemente atrelada ao mercado internacional e aos seus movimentos, grande motivação para expansão de tal fronteira. Isso pode ser visto diante da própria dinâmica do neoextrativismo no século XXI, que reforça a inserção subordinada dos países latino-americanos na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, como fornecedores globais de *commodities*, em meio ao comércio ecologicamente desigual (SAES, 2017). Nesse contexto, o neoextrativismo reitera o padrão histórico cujo advento remonta à colonização europeia da América, mas se recoloca em novas dimensões, atualizadas no século XXI (SVAMPA, 2019a; 2019b). Nesse contexto, da América Latina e do Brasil constituídos como periferias da economia-mundo capitalista, no bojo do paradigma de relação sociedade natureza que entende o progresso “[...] como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos” (BECKER, 2001, p. 135; 2005; 2009), conforme apresentado por Boulding (1996), a Amazônia se insere tendo como motivação dominante de sua ocupação, desde a colonização, o padrão econômico voltado à exportação (BECKER, 2001; 2005; 2009), da natureza vista na forma de recursos. Tal dimensão se reafirma na atualidade, mas agora acrescida de novas dimensões e preocupações, que se refletem em disputas e alianças por parte dos agentes e seus projetos para a Amazônia, mencionados anteriormente.

Por fim, cabe ressaltar que a obsessão desenvolvimentista, a partir da segunda metade do século XX, permeou a elaboração de políticas públicas ou, ao menos, o discurso dos governos brasileiros para justificar seus planos e ações, objetivando o crescimento econômico e retomando uma ideia de progresso. Diante disso, Svampa (2019a; 2019b) coloca que, no contexto do neoextrativismo no século XXI, a visão dominante sobre os territórios passou a se alinhar mais estritamente ao modelo de desenvolvimento dominante, aos interesses do capital. Assim, na defesa da ideologia do progresso, que traz consigo uma noção linear e homogeneizante, territórios que contêm bens valorizados pelo capital são recorrentemente

caracterizados como “vazio demográfico”, como reserva de recursos inesgotável, têm suas comunidades invisibilizadas, suas economias regionais desvalorizadas ou suas crises intensificadas, e todo um discurso lhes atribui um caráter de ociosidade, improdutividade e ineficiência, favorecendo e legitimando sua ocupação por grandes empreendimentos (SVAMPA, 2019a; 2019b).

Se já se verificava esse tipo de visão no Brasil décadas antes, fortemente nos governos militares e, de certo modo, com o reordenamento dos espaços amazônicos e a redefinição de territórios de ocupação milenar por meio de políticas nacionais e interesses de grupos econômicos neoextrativistas nos governos petistas – em meio a “[...] um projeto, acima de tudo, de grandes impactos sociais e ambientais, por ser amplo, totalizante, hegemônico e autoritário” (CASTRO, 2012, p. 51) –, tal concepção se recoloca, de forma aprofundada, com o governo neoextrativista ultraliberal marginal de Bolsonaro. Sob um discurso de impressão nacionalista, em nome da soberania, da integração e do desenvolvimento nacionais, o governo Bolsonaro promove a reabertura da fronteira amazônica com um projeto político fundado no agronegócio e o empenho no desenvolvimento de setores fortemente degradadores da natureza (OLIVEIRA, 2021). Como destacado previamente, são elementos constituintes desse projeto a conivência com atividades ilegais, ameaças e violência aos povos indígenas e tradicionais, com uma retórica de guerra àqueles que ousam contestar e se contrapor ao modelo imposto (OLIVEIRA, 2021).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. 224 p.
- APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **INÉDITO: APIB denuncia Bolsonaro, em Haia, por genocídio indígena**, 09 ago. 2021. 2021a. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/09/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Povos indígenas ocupam cúpula do Congresso Nacional em manifestação contra o PL 490**, 08 jun. 2021. 2021b. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/06/08/povos-indigenas-ocupam-cupula-do-congresso-nacional-em-manifestacao-contra-o-pl-490/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Tese do marco temporal é interpretação forçada e afronta Constituição, diz advogado indígena**, 31 ago. 2021. 2021c. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/31/tese-do-marco-temporal-e-interpretacao-forcada-e-afronta-constituicao-diz-advogado-indigena/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- BARRETO, André; TURA, Letícia Rangel. Os desafios para pensar “Alternativas”: ensinamentos das oficinas anteriores sobre contextos, potências e limites do cenário de disputa contra a mercantilização da natureza. **Visões alternativas ao Pagamento por Serviços Ambientais**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 21-29, 2016. Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Livro-caderno-de-debates-PSA-3-FASE-online-completo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 40, n. 1, p. 111-122, 1978. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n1.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.
- BECKER, Bertha. A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental. In: **Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento**. Brasília: MMA, 1995.
- BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BECKER, Bertha. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 201-228.
- BECKER, Bertha. Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional. **Parcerias Estratégicas**, v. 18, n. 36, p. 107-128, 2013.
- BOULDING, Kenneth E. The Economics of the Coming Spaceship Earth. In: JARRET, H. E. **Environmental Quality in a Growing Economy**. Baltimore: John Hopkins, 1996.
- BRAGA, José Carlos de Souza. **A temporalidade da riqueza**: Uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista. 1985. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BREDA, Tadeu (org.). Direitos indígenas e meio ambiente. In: BREDA, Tadeu (org.). **Bolsonaro Genocida**. São Paulo: Elefante, 2021. p. 1-109.

BURCHARDT, Has-Jürgen. El neo-extractivismo en el siglo XXI. Qué podemos aprender del ciclo de desarrollo más reciente em América Latina. In: BURCHARDT, Has-Jürgen; DOMÍNGUEZ, Rafael; LARREA, Carlos; PETERS, Stefan (org.). **Nada dura para siempre**: Neoextractivismo después del boom de las materias primas. Quito: Abya Yala, 2016, p. 55-89.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Brasil real em questão**: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias Ribeiro (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-58.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012.

CASTRO, Edna Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Ramos de (org.). In: **Territórios em transformação na Amazônia**: Saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.

CLEMENT, Charles R. *et. al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B**, v. 282, n. 1812, p. 1-9, 2015.

CUNHA, Paulo Roberto. Do “vazio” ao caos: a ocupação da Amazônia brasileira e as políticas públicas territoriais. In: **A política pública de regularização fundiária da Amazônia (2009)**: agenda, alternativas, ambiente político e a controvertida “fábula” do grilo. 2018. 373 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 72-126.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007. 238 p.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violências. **PAPELES de relaciones ecosociales y cambio global**, v. 143, p. 61-70, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://geofpt.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2020/Mapa_da_Amazonia_Legal_2020.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v8n2/v8n2a06.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rogério S. P. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. **Revista de Estudios Sociales**, v. 53, p. 12-28, 2015.

NISSANKE, Machiko. Commodity market linkages in the global financial crisis: excess volatility and development impacts. **The Journal of Development Studies**, v. 48, n. 6, p. 732-750, 2012.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia**: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 1, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. **Confluenze** – Rivista Di Studi Iberoamericani, v. 13, n. 1, p. 77–104, 2021. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/13087>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OUMA, Stefan; JOHNSON, Leigh; BIGGER, Patrick. Rethinking the financialization of 'nature'. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 50, n. 3, p. 500-511, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322815953_Rethinking_the_financialization_of_'nature'. Acesso em: 25 nov. 2020.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 6, p. 793-811, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a02.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 232-251, 2015. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8085>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PAULANI, Leda Maria. A dependência redobrada. **Le Monde Diplomatique** Brasil, ed. 61, 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-dependencia-redobrada/>. Acesso em 20 jun. 2021.

PAULANI, Leda Maria. Crise atual reflete dependência estrutural da economia brasileira. **Carta Maior**, 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Leda-Paulani-crise-atual-reflete-dependencia-estrutural-da-economia--brasileira/7/34150>. Acesso em 20 jun. 2021.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 31, n. 2, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24452>. Acesso em: 12 nov. 21.

PORTO, Marcelo Firpo; MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup. 4, p. S503-S512, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001600011>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PRATES, Daniela Magalhães *et. al.* Financeirização e dinâmica do capitalismo contemporâneo. Notas de apresentação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, p. i-vi, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art01>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SAES, Beatriz Macchione. **Comércio ecologicamente desigual no século XXI**: evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SVAMPA, Maristella. **Neo-extractivism in Latin America: Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019a. 68 p.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019b. 192 p.

VEIGA, Edison. O que é marco temporal e como ele atinge indígenas do Brasil. **DW**, 1 set. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-%C3%A9-o-marco-temporal-e-como-ele-atinge-os-ind%C3%ADgenas-do-brasil/a-58965557>. Acesso em: 18 nov. 2021.

WALKER, Wayne S. *et. al.* The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 6, p. 3015-3025, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16., n. 29, p. 555-599, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Repensando a noção de fronteira no contexto de reestruturação espacial da Amazônia no século XXI. **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 46, p. 13-48, 2016.